



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE LETRAS

**DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO LETRAS-
TRADUÇÃO-INGLÊS**

LARISSA BELCHIOR SANTOS COSTA

**VIOLÊNCIA SEXUAL EM CONFLITOS ARMADOS: A tradução
funcionalista de um manual da ONU e a promoção dos direitos
humanos**

Brasília, DF

2024

LARISSA BELCHIOR SANTOS COSTA

**VIOLÊNCIA SEXUAL EM CONFLITOS ARMADOS: A tradução
funcionalista de um manual da ONU e a promoção dos direitos
humanos**

Trabalho Final do Curso de Tradução-Ingês
apresentado como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Letras Tradução – Ingês.

Orientadora: Profa. Dra. Norma Diana
Hamilton, da Universidade de Brasília.

Brasília, DF

2024

LARISSA BELCHIOR SANTOS COSTA

**VIOLÊNCIA SEXUAL EM CONFLITOS ARMADOS: A tradução
funcionalista de um manual da ONU e a promoção dos direitos
humanos**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Universidade de Brasília,
como requisito parcial à obtenção do título
de bacharel em Curso Letras-Tradução.

Aprovada em ___/___/_____.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Norma Diana Hamilton

Universidade de Brasília

Orientadora

Profa. Dra. Alessandra Ramos de Oliveira Harden

Universidade de Brasília

Examinadora

Profa. Dra. Rachel Radhay

Universidade de Brasília

Examinadora

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas foram essenciais para eu estar aqui hoje, pois ninguém caminha sozinho. Graduar-me em Tradução pela UNB tem sido como chegar a um porto seguro, pois foi um curso em que me encontrei e me apaixonei.

Primeiramente, quero manifestar minha profunda gratidão a todos aqueles que, de maneira direta ou indireta, foram importantes para a produção deste trabalho acadêmico.

Agradeço sinceramente à minha orientadora, Norma Diana Hamilton, pela orientação valiosa durante este trabalho e toda a minha graduação, além de todas as aulas enriquecedoras e os conhecimentos compartilhados ao longo dos semestres.

Gostaria de agradecer a todos meus professores da Universidade de Brasília. Obrigada professora Elisa Teixeira, professor Dionei, professor Guilherme Borges, professor William Alves Biserra, saibam que as aulas de cada um e os conhecimentos compartilhados foram essenciais em minha jornada. As recordações de vocês e das aulas ministradas ficarão sempre em minha memória.

Quero expressar minha gratidão à minha família e amigos, que me acompanharam durante toda esta jornada, pelo encorajamento constante e compreensão nos momentos desafiadores. Vocês são meu porto seguro.

Agradeço também aos amigos e amigas que pude me conectar durante a graduação e que compartilharam conhecimentos e experiências que enriqueceram o curso.

À equipe da DIM do MRE, minha eterna gratidão por me ensinarem mais sobre imigração e acolhimento. Obrigada por me apoiarem incondicionalmente durante dois anos.

A todos, meu sincero obrigada.

“A essência dos Direitos Humanos é o direito de ter direitos.”

— *Hannah Arendt, filósofa política alemã.*

“Falo não por mim, mas por aqueles sem voz... aqueles que lutaram por seus direitos... seu direito de viver em paz, seu direito de ser tratado com dignidade, seu direito à igualdade de oportunidade, o seu direito de ser educado.”

— *Malala Yousafzai, ativista paquistanesa.*

RESUMO

A violência sexual nos conflitos armados é uma realidade devastadora que afeta principalmente mulheres adultas, mas também homens e crianças em diversas partes do mundo. Essa forma de violência é frequentemente utilizada como uma tática de guerra para atingir objetivos estratégicos e propagar terror entre populações civis e combatentes inimigos. No contexto brasileiro, a carência de informações sobre como enfrentar a violência sexual em conflitos e mitigar seus danos expõe a possibilidade da tradução como recurso de acesso a orientações que ajudam a abordar esse tipo de violência nos acordos de cessar-fogo e de paz nos contextos de conflitos. Nesse contexto, a tradução para o português do manual da ONU, intitulado *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*, pode ajudar a destacar a questão da violência sexual, proporcionando o acesso a orientações que defendem e protegem os direitos das vítimas afetadas nesse contexto. Com base nisso, o presente trabalho se debruça sobre a violência sexual e questões de gênero, a partir das teorias feministas, reflete sobre a tradução institucional e a mediação, e discute as estratégias de tradução de termos e expressões especializadas em relação à temática, assim como a função do texto traduzido. Este estudo e a versão para o português do manual foram fundamentados nos procedimentos técnicos da tradução discutidos por Heloísa Barbosa (2020), os conceitos funcionalistas da tradução (2013; 2018; 2016) e a teoria de análise textual de Christiane Nord (2016). A aplicação desses procedimentos levou a algumas decisões tradutórias, as quais foram discutidas no trabalho. Dessa forma, este trabalho culminou em uma tradução funcional que atende a um dos objetivos do estudo: investigar a utilização do recurso da tradução para facilitar o acesso, em português brasileiro, às orientações do manual *Guidance for Mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*, de modo auxiliar na promoção dos direitos humanos fundamentais das vítimas de violência sexual em contextos de conflito nos acordos internacionais.

Palavras-chave: Violência sexual nos conflitos; Mediação; Tradução especializada; Tradução institucional; Análise textual; Teoria funcionalista; Questões de gênero; Teorias Feministas; Estudos da Tradução; Manual; Nações Unidas.

ABSTRACT

Sexual violence in armed conflicts is a devastating reality that primarily affects adult women, but also men and children in various parts of the world. This form of violence is often used as a tactic of warfare to achieve strategic objectives and propagate terror among civilian populations and enemy combatants. In the Brazilian context, the lack of information on how to confront sexual violence in conflicts and mitigate its damages highlights the potential of translation as a resource for accessing guidelines that help address this type of violence in ceasefire and peace agreements in conflict situations. In this regard, the translation into Portuguese of the UN manual, undertaken in this work, titled *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*, can help emphasize the issue of sexual violence by providing access to guidelines that advocate for and protect the human rights of victims affected in this context.. This premise underpins the present work, which examines sexual violence and gender issues from feminist theories, reflects on institutional translation and mediation, and discusses strategies for translating specialized terms and expressions related to the topic, as well as the function of the translated text. This study and the Portuguese version of the manual is based on the technical procedures of translation discussed by Heloísa Barbosa (2020), the concepts of functionalist theory (2013; 2018; 2016), and Christiane Nord's theory of textual analysis (2016). The application of these procedures led to several translation decisions, which were discussed in the paper. Consequently, this work resulted in a functional translation that fulfills one of the study's objectives: to investigate the use of translation to facilitate access, in Brazilian Portuguese, to the guidelines of the *Guidance for Mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements* manual, in order to help promote the fundamental human rights of victims of sexual violence in conflict contexts in international agreements.

Keywords: Sexual violence in conflicts; Mediation; Specialized translation; Institutional translation; Textual analysis; Functionalist theory; Gender issues; Feminist theories; Translation studies; Manual; United Nations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Capa _____	27
Figura 2 - Contra-capa _____	27
Figura 3 - Página após contracapa _____	28
Figura 4 - Índice _____	29
Figura 5 - Nota de rodapé _____	31

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Exemplo de linguagem utilizada	25
Quadro 2 – Tipologias presentes	35
Quadro 3 - Comparação entre as características presentes no manual traduzido e nos manuais gerais.....	37
Quadro 4 - Exemplificação das questões propostas por Nord (2016).....	47
Quadro 5 - Análise textual do texto-fonte e da tradução de GM-SVPA	69
Quadro 6 - Exemplificação da intenção do texto-fonte e do texto-alvo	74
Quadro 7 - Tradução do termo “humanitarian liaison”.....	83
Quadro 8- Tradução de “rank and file” e “caught on”	86
Quadro 9 - Tradução do título do manual	89
Quadro 10 - Tradução da sigla "DDR"	90
Quadro 11 - Exemplificação das entidades responsáveis pela criação do manual	93
Quadro 12- Exemplificação dos títulos institucionais	96
Quadro 13- Exemplificação do contexto de utilização do manual.....	98
Quadro 14 - Tradução dos termos “indecent assault” e “blanket amnesty”....	99
Quadro 15 – A linguagem inclusiva do manual.....	101
Quadro 16 - Uso de pronomes inclusivos	101
Quadro 17 - Exemplificação de parataxe	103
Quadro 18 - Exemplificação de hipotaxes.....	104
Quadro 19 - Tradução das estruturas "importantly" e "it is important"	105
Quadro 20- Exemplificação de verbos modais.....	107
Quadro 21 - Sintaxe	108
Quadro 22 - Uso da voz passiva	109
Quadro 23 -Tradução dos trechos das tipologias textuais encontradas no texto-fonte	110
Quadro 24 - Uso de marcadores numerais	112
Quadro 25 - Exemplificação do uso de negrito	113
Quadro 26 - Exemplificação do uso de aspas.....	113
Quadro 27 - Uso de citações de documentos oficiais	115
Quadro 28 - Tradução de títulos	117
Quadro 29 - Uso da transcrição na tradução do termo “inter alia”	120

Quadro 30 - Uso da transcrição na tradução do termo “checklist”	120
Quadro 31 - Uso da transcrição na tradução do termo “continuum”	121
Quadro 32 - Uso da transcrição na tradução do termo “protection cluster”..	121
Quadro 33 -Tradução do termo ‘peacebuilding”	122
Quadro 34 - Tradução do termo “command responsibility”	124
Quadro 35 - Tradução do termo “criminal accountability”	124
Quadro 36 - Tradução dos termos “agreements” e “arrangements”	126
Quadro 37 - Uso da repetição lexical	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados quantitativos em relação aos intratextos presentes em Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements.....	92
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	19
1.1 Violência sexual nos conflitos	19
1.2 Mediação em conflitos	20
1.3 Tradução institucional no contexto diplomático	23
CAPÍTULO 2	25
2.1 Apresentação do texto	25
2.2– Tipologia e gênero textual do manual analisado.....	32
2.2.1 – O gênero “manual”	37
2.2.2 – O manual como texto técnico	40
CAPÍTULO 3	43
3.1 A AÇÃO, A LEALDADE E A INTENCIONALIDADE SEGUNDO NORD A PARTIR DA TEORIA FUNCIONALISTA	43
3.2 ANÁLISE TEXTUAL ORIENTADA PARA A TRADUÇÃO.....	46
3.3 FATORES EXTRATEXTUAIS	48
3.3.1 Emissor/Produtor	49
3.3.2 Intenção	51
3.3.3 Público	52
3.3.4 Meio	53
3.3.5 Lugar e tempo	53
3.3.6 Motivo	54
3.3.7 Função	55
3.4 FATORES INTRATEXTUAIS.....	57
3.4.1 Assunto	57
3.4.2 Conteúdo	58

3.4.3 Pressuposições	59
3.4.4 Estruturação do texto	59
3.4.5 Elementos não verbais	60
3.4.6 Léxico	61
3.4.7 Sintaxe	61
3.4.8 Elementos suprasegmentais	62
3.5 EFEITO.....	63
3.6 OS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS TRADUTÓRIOS.....	63
3.7 A FIGURA DO (A) TRADUTOR (A)	65
3.8 FERRAMENTAS UTILIZADAS	66
CAPÍTULO 4	68
4.1 ASPECTOS DA OBRA NUMA ABORDAGEM TRADUTÓRIA FUNCIONALISTA.....	68
4.2 FATORES EXTRATEXTUAIS	72
4.2.1 Emissor/Produtor.....	73
4.2.2 Intenção	73
4.2.3 Público	75
4.2.4 Meio.....	75
4.2.5 Lugar e tempo	76
4.2.6 Motivo	79
4.2.7 Função	82
4.3 FATORES INTRATEXTUAIS.....	84
4.3.1. Assunto	84
4.3.2. Conteúdo	86
4.3.3 Pressuposições	89
4.3.4 Estruturação do texto	91
4.3.5 Elementos não verbais	94

4.3.6 Léxico	95
4.3.7 Sintaxe	103
4.3.8 Elementos suprasegmentais	112
4.4 EFEITO	116
CAPÍTULO 5	117
5. Títulos	117
5.1 Estrangeirismo	119
5.2 Termos técnicos	122
5.3 Repetição	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
BIBLIOGRAFIA	133
ANEXO A – GLOSSÁRIO	142

INTRODUÇÃO

O objetivo geral deste trabalho é contribuir para um maior destaque à discussão sobre a temática da violência sexual em conflitos armados, uma vez que ainda se observa a urgência e a repercussão das consequências desse tipo de violência nos conflitos atuais. A disponibilização da tradução para o português neste trabalho do manual *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements* (2012), publicado dentro do âmbito da ONU, pode contribuir para o aumento da conscientização sobre essa transgressão de direitos humanos tanto no Brasil quanto em outras nações lusófonas.

O manual traduzido neste trabalho, *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*, fornece diretrizes para os (as) mediadores (as) da ONU e suas equipes da ONU sobre como abordar a violência sexual relacionada aos conflitos nos processos de paz e de cessar-fogo. Além disso, o referido documento pode ser um importante documento de consulta para outros atores envolvidos no processo de mediação, como Estados, além de ser relevante também para a sociedade civil em geral.

Segundo o documento *Women's Participation in Peace Negotiations: Connections between Presence and Influence*, a ausência das mulheres na mesa da paz é o principal motivo pelo qual as negociações raramente abordam a violência sexual relacionada com conflitos (United Nations Women, 2012, p.7). Diante da necessidade de uma maior prioridade relacionada à discussão e atenção à questão de gênero nesses contextos, em 2011, com a resolução 65/283 da Assembleia Geral, solicitou-se ao Secretário-Geral que se fosse elaboradas orientações para que os processos de mediação e de resolução de conflitos fossem mais eficazes, principalmente em relação à questão de gênero (United Nations Women, 2012, p.7). Mais tarde, em 2012, foi criado o manual *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*, agora adiante é referenciado como *GM-SVPA*, para fins de simplificação.

Conforme aponta a pesquisadora brasileira Isabela Andrade (2020), a questão da violência sexual em situações de conflito armado tem recebido considerável atenção tanto na esfera da Organização das Nações Unidas quanto no âmbito das teorias feministas. Esse tipo de violência caracteriza-se por ser uma “violação grave de Direito Humanos” (Gaggioli, 2014, p.514) e, de acordo com a Resolução do

Conselho de Segurança 1820 (2008), sua presença contribui para uma maior instabilidade política e social nos países afetados (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012, p.5).

Segundo documentos da Organização das Nações Unidas (ONU), como por exemplo, o manual *GM-SVPA* (2012, p.29) e a Resolução do Conselho de Segurança 1820 de 2008, a violência sexual é utilizada como tática de guerra e terror em numerosos conflitos contemporâneos. Além disso, essa questão afeta desproporcionalmente mulheres e meninas, embora homens e meninos também sejam vítimas significativas (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012, p.3).

Um relatório da ONU de 2023 destacou que em regiões como Israel e Gaza, Sudão, Ucrânia, Haiti, Mianmar e a República Democrática do Congo, a violência sexual é empregada sistematicamente (ONU News, 2024). Além disso, em 2023, informações que foram compartilhadas no Conselho de Segurança pela Representante Especial do Secretário-Geral para a Violência Sexual em Conflitos mostram um aumento expressivo de cerca de 50% de casos de violência sexual em conflitos em relação a 2022 (ONU News, 2024).

Apesar de existirem instrumentos legais, como as diversas resoluções da ONU que visam a repressão e a responsabilização por esse crime global, a aplicação prática desses instrumentos é frequentemente falha, o que faz com que muitas vítimas não têm acesso à justiça nem recebem a devida reparação de seus direitos (Andrade, 2020).

Como forma de enfrentamento do problema e de mitigação de seus efeitos, a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu, em 2007, a Ação da ONU contra a Violência Sexual em Conflito (*UN Action*) (ACNUR, 2011, p.12). Essa Ação da ONU é presidida pelo (a) Representante Especial do Secretário-Geral sobre Violência Sexual em Conflitos (RESG-SVC) e conta com o suporte de um Secretariado localizado no Escritório do RESG-SVC (Office of the Special Representative of the Secretary-General on Sexual Violence in Conflict, 2018). Esse Secretariado é gerido por um Comitê composto pelos diretores (as) das 25 entidades parceiras (ONU Mulheres, a Agência da ONU para Refugiados, o Programa das Nações Unidas para

o Desenvolvimento, entre outros).¹ (Office of the Special Representative of the Secretary-General on Sexual Violence in Conflict, 2018).

Dentro dessa ação global proposta pela ONU, em 2012, o Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz das Nações Unidas (DPPA)² desenvolveu diretrizes para que os (as) mediadores (as) abordassem de forma eficaz e sistemática a violência sexual relacionada em conflitos nos acordos de cessar-fogo e de paz firmados. Essas orientações reforçam os esforços de outras entidades da ONU para enfrentar o problema (Reliefweb, 2012).

Em relação à tradução de textos legais e a mediação nos acordos de paz e de cessar-fogo, é evidente que desempenham papéis cruciais no contexto da violência sexual relacionada a conflitos. Elas servem como pontes essenciais para a comunicação e compreensão entre diferentes grupos linguísticos e culturais. Essas funções são vitais em diversos aspectos, desde a defesa dos direitos das vítimas até a garantia de acordos internacionais, conforme demonstrado pelo manual traduzido neste trabalho.

Com base nas reflexões da pesquisadora brasileira Júlia de Lima (2021) sobre a relevância da tradução na efetivação de direitos humanos, este estudo visa refletir a tradução do manual *GM-SVPA* (2012) como um recurso que pode ser utilizado para disseminação de orientações que promovem a proteção e defesa dos direitos das vítimas de violência sexual em situações de conflito e que podem contribuir para a

¹ As entidades associadas são Comitê Antiterrorista (na sigla em inglês, CTED), Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz das Nações Unidas (DPPA, em inglês), Departamento de Operações de Paz (DPO, em inglês), Organização Internacional do Trabalho (OIT, em inglês), Organização Internacional para as Migrações (IOM), Centro de Comércio Internacional (ITC, em inglês), Departamento de Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA, em inglês), Escritório de Direitos Humanos das Nações Unidas (OHCHR, em inglês), Escritório do Assessor Especial das Nações Unidas para a Prevenção de Genocídio (OSAPG, em inglês), Gabinete do Enviado do Secretário-Geral para a Juventude (OSGEY, em inglês), Gabinete de Ligação das Nações Unidas do Representante Especial do Secretário-Geral para as Crianças e Conflitos Armados (OSRSG-CAAC, em inglês) Gabinete do Representante Especial do Secretário-Geral sobre a Violência contra as Crianças (OSRSG-VAC, em inglês), Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS, em inglês), Departamento de Comunicação Global da ONU (UNDGC, em inglês), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, em inglês), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, em inglês), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, em inglês), Agência da ONU para Refugiados (ACNUR, em inglês), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, em inglês), Escritório das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento (UNODA, em inglês), Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, em inglês), ONU Mulheres, Escritório da ONU de Contraterrorismo (UNOCT, em inglês), Organização Mundial da Saúde (OMS, em inglês) e Programa Alimentar Mundial (PMA, em inglês).

² Em 2017, António Guterres assumiu a Secretaria Geral e reformou transformou o DPA (Department of Political Affairs) em DPPA (Department of Peacebuilding and Political Affairs) (Security Council Report, 2019, p.2).

mitigação dos danos da questão no contexto brasileiro. O manual em língua portuguesa pode ser uma fonte de consulta para a capacitação e informação de (as) mediadores (as) e suas equipes, cuja língua principal é o português do Brasil. Além disso, espera-se que a tradução do manual esteja também disponível para outros atores, como, por exemplo, as entidades governamentais e não governamentais brasileiras.

Dessa forma, os objetivos específicos deste trabalho incluem:

- I. Elaborar a tradução para o português do manual supracitado;
- II. Debruçar sobre a violência sexual e questões de gênero, a partir das teorias feministas;
- III. Discutir as estratégias de tradução de termos e expressões especializadas em relação à temática, assim como a função do texto traduzido.

O Brasil tem uma extensa história de participação em operações de paz da ONU (Ministério da Defesa, 2020), contribuindo com tropas e pessoal para missões em regiões afetadas por conflitos. Essas missões frequentemente incluem mandatos para proteger civis contra a violência sexual, portanto, o treinamento das tropas brasileiras para lidar com a violência sexual em zonas de conflito é crucial e reflete o compromisso do país em enfrentar externamente a questão. Um exemplo notável da participação brasileira é o papel de chefia desempenhado pelo Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) (Ministério das Relações Exteriores, 2021; 2022).

No entanto, a realidade interna brasileira apresenta uma perspectiva distinta. A questão da violência sexual relacionada ao conflito, embora não seja imediatamente óbvia como nos cenários de guerra internacionais, se manifesta em contextos de conflitos internos, como nas disputas territoriais e nas tensões sociais e políticas. É possível observar a presença da temática nos conflitos agrários, confrontos em áreas urbanas, bem como nas áreas de tensões em terras indígenas.

Nesses contextos, a violência sexual é frequentemente usada como arma para intimidar, marginalizar comunidades e reforçar o controle territorial (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012, p.4). Diante disso, a importância de abordar essa forma de violência no Brasil se evidencia em vários aspectos críticos que impactam diretamente a sociedade e o país (consequências que abrangem desde danos psicológicos profundos às vítimas, desestabilização das comunidades

afetadas, perpetuação de ciclos de violência até o aumento da desigualdade de gênero).

O conhecimento de ambas as realidades brasileiras, tanto interna quanto externa, levantou reflexões sobre como os direitos das vítimas de violência sexual no contexto dos conflitos estariam garantidos e protegidos e por quem. A consideração desses contextos foi ampliada durante meu estágio no Ministério das Relações Exteriores, na Divisão de Imigração, onde tive a oportunidade de explorar e aprender sobre diversos temas, incluindo diplomacia internacional e direito humanitário. Em particular, fiquei intrigada com o impacto da questão da violência na vida das mulheres, sejam elas imigrantes, apátridas ou vítimas de conflitos em seus próprios países.

Ao me deparar com inúmeros relatos de violência doméstica e sexual no contexto imigratório e de conflitos, percebi a escassez de discussões e de informações, além da limitação de políticas domésticas e internacionais que abordassem esses temas. Durante esses contatos, também notei a importância crucial do mediador ou da mediadora nesses contextos. Eles são responsáveis pelo primeiro contato com o problema e são fundamentais para advogar em nome das vítimas nos acordos de paz e cessar-fogo tão necessários para esses grupos historicamente prejudicados, como meninas, adolescentes e mulheres.

Ao encontrar o manual *GM-SVPA* disponível *online* em inglês, pude confirmar a relevância da tradução como um possível recurso poderoso na disponibilização de informações, que muitas vezes não se encontram disponibilizadas em uma determinada língua. Além disso, refleti que materiais de consulta e capacitação, como o manual escolhido, poderiam contribuir significativamente para destacar a necessidade de uma maior atenção à abordagem da violência sexual nos conflitos armados para mitigar os efeitos da violência sexual sobre as vítimas de conflito.

A ausência do manual da DPA, atualmente DPPA, em língua portuguesa – disponível apenas em inglês, espanhol, russo, mandarim, francês e árabe, as seis línguas oficiais da ONU – contribui para a limitação no acesso à informação por parte do público brasileiro sobre o tema. Diante disso, pelas razões e reflexões apresentadas anteriormente, o manual *GM-SVPA* foi selecionado para análise e tradução neste estudo.

Os principais objetivos neste trabalho são tornar o manual acessível em português para o público brasileiro, principalmente para os (as) mediadores (s),

contribuir para o aumento da conscientização sobre a violência sexual em conflitos e fomentar uma discussão mais extensa sobre o problema. Ao disponibilizar a tradução do manual em português, os mediadores (as) brasileiros (as), além de leitores (as) interessados (as) brasileiros, como entidades governamentais e não governamentais, poderão acessar um material que divulgam orientações que visam a negociação de acordos de paz e cessar-fogo mais justos para as vítimas de violência sexual nos conflitos armados.

Neste estudo, para alcançar os objetivos propostos, foram utilizados os procedimentos técnicos da tradução discutidos por Heloísa Barbosa (2020), teórica brasileira, os conceitos da abordagem funcionalista da tradução (2013; 2016; 2018) e a metodologia de análise funcionalista textual voltada para a tradução de Christiane Nord (2016), teórica alemã. A tradução proposta neste trabalho, fundamentada nesses procedimentos, conceitos e metodologia, resultou em estratégias tradutórias que foram analisadas ao longo do estudo.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos. No capítulo 1, debruça-se sobre o fenômeno da violência sexual nos conflitos armados, a importância da mediação como um instrumento empregado na resolução de conflitos para a instauração da paz, além da necessidade de se considerar a tradução institucional e diplomática na tradução de *GM-SVPA* (2012). No capítulo 2, discute-se sobre a estrutura textual do manual, assim como sua tipologia e gênero textual. No capítulo 3, discute-se sobre os fundamentos e elementos da análise textual funcionalista da tradução segundo Nord (2016) e os procedimentos tradutórios discutidos por Barbosa (2020), que foram utilizados neste trabalho. No capítulo 4, realiza-se a análise textual do *GM-SVPA* utilizando o modelo de análise textual orientado para a tradução proposta por Nord (2016). Além disso, discutem-se estratégias tradutórias adotadas durante o processo tradutório que se basearam nas funções estabelecidas com a produção do texto-alvo em português. Por fim, no capítulo 5, discute-se outras decisões tradutórias que surgiram durante o processo de tradução e que não foram abordadas no capítulo 4.

CAPÍTULO 1

Neste capítulo, debruça-se sobre o fenômeno da violência sexual nos conflitos e sobre a importância da mediação como uma ferramenta para a resolução de conflitos para a restauração da paz. Ademais, discorre-se sobre a necessidade de se considerar a tradução institucional e diplomática na tradução de *GM-SVPA* (2012), visto que o manual está inserido no contexto diplomático das Nações Unidas, uma instituição internacional que está inserida no contexto das relações diplomáticas entre as diversas nações

O objetivo do presente capítulo é fornecer uma compreensão ampla sobre as temáticas acima mencionadas, com o objetivo de apresentar uma discussão geral sobre a violência sexual em conflitos e sobre as questões relevantes nesse contexto, antes de abordar os aspectos específicos do manual traduzido.

1.1 VIOLÊNCIA SEXUAL NOS CONFLITOS

As Nações Unidas registraram em 2022, 2.455 casos de violência sexual em conflitos em 20 localidades ao redor do mundo, com 94% das vítimas sendo mulheres e meninas, e 32% dos afetados sendo crianças (ONU News, 2023). No ano seguinte, em 2023, a ONU observou um aumento de 50% nos casos de violência sexual durante guerras, totalizando mais de 3,6 mil ocorrências (ONU News, 2023).

As perspectivas feministas em relações internacionais direcionadas à violência sexual em conflitos armados discorrem sobre o fenômeno da violência sexual em zonas de conflito (Andrade, 2020; Santos, 2022), tema da área de paz e de direitos humanos. Conforme destacado por Elisabeth Jean Wood (2010, p.133), cientista política americana, dentre outros usos desse tipo de violência, certos grupos armados utilizam a violência sexual como um instrumento para alcançar objetivos específicos almejados por esses grupos através da tortura, humilhação sexual das vítimas ou como forma de instaurar o terror e promover a punição de comunidades.

Nesse sentido, em cenários de conflitos armados, o estupro, uma forma de violência sexual, serviria como um meio de fortalecer laços entre os combatentes e de terror entre os adversários, além de funcionar como um “escape dos horrores da guerra” (Santos, 2022, p.24). Referente a essa forma de violência física que pode ser

promovida por homens em um contexto de poder e dominação, Rita Segato (2003, p.13, *tradução nossa*), antropóloga argentina, a insere como uma “condição necessária para a reprodução de gênero como estrutura de relações entre posições marcadas pelo diferencial hierárquico e pela instância paradigmática de todas as ordens de status- racial, de classe, entre nações e regiões”³.

Segato (2018) defende que a “masculinidade” seria um título que exigiria que o homem fosse visto como uma figura de autoridade e dominadora que precisa ter controle sobre um território. No entanto, no contexto do conflito, a autora observa que a figura masculina pode não se sentir intitulada como “homem”, pois ele poderia perder a sua autoridade e controle sobre um território. Desse modo, nesse contexto, o homem pode buscar a restauração de seu título, recorrendo ao domínio do corpo da mulher, visto como um território a ser conquistado (Segato, 2018). Desse modo, nesses cenários, a violência sexual contra a mulher pode se tornar uma expressão dessa busca por controle e afirmação de poder masculina.

No contexto dos conflitos, segundo Aline Santos (2022, p.23), pesquisadora brasileira, há o enaltecimento da violência e o aumento das desigualdades de gênero. Nesse cenário instável de enfraquecimento das instituições de comando, de controle e da moral (Wood, 2010, p.137), de modo que há pouca ou nenhuma distinção entre o que é certo ou o que é errado, as mulheres do grupo adversário seriam consideradas, também, como a parte oponente e, portanto, estariam mais propensas a serem vítimas de violência, assim como seus familiares (Santos, 2022, p.23-24).

Apesar de um número crescente de acordos de paz que preverem mecanismos de justiça para assegurar a responsabilização por violações cometidas durante a guerra, a maioria desses acordos tem se mostrado ineficientes em relação à responsabilização pela violência sexual relacionada a conflitos e à reparação de suas vítimas (Andrade, 2020, p.106). Desse modo, embora esses mecanismos possam abordar várias formas de abuso e crimes, a violência sexual, por vezes, não é combatida, mostrando falhas significativas na justiça e na proteção dessas vítimas.

1.2 MEDIAÇÃO EM CONFLITOS

³ No original: “[...]la condición necesaria para la reproducción del género como estructura de relaciones entre posiciones marcadas por un diferencial jerárquico e instancia paradigmática de todos los otros órdenes de estatus -racial, de clase, entre naciones o regiones (Segato, 2003, p.13).”

Após a Guerra Fria, a mediação tornou-se crucial devido às mudanças significativas na natureza dos conflitos e às dificuldades enfrentadas pelos Estados em um contexto internacional de inexistência de uma ordem global estabelecida (Medeiros; Dantas; Raffaele, 2021, p. 174).

Durante esse período, a Organização das Nações Unidas (ONU) se tornou uma figura chave na mediação de conflitos, principalmente na gestão de conflitos nos processos de mediação de entendimentos políticos entre os envolvidos (Medeiros; Dantas; Raffaele, 2021, p.174-75). Conforme exposto no Artigo 1º da Carta das Nações Unidas, a Organização tem os seguintes objetivos:

ARTIGO 1 – Os propósitos das Nações unidas são:

1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz;
2. Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal;
3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; e
4. Ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns. (ONU, 2022, p.4-5).

Dessa forma, a Organização das Nações Unidas atua como uma figura mediadora em negociações políticas internacionais relacionadas às áreas desestabilizadas por conflitos armados, assegurando que a resolução de conflitos seja feita de forma harmoniosa (Freitas; Lacerda, 2016). Segundo o prefácio da *Diretrizes das Nações Unidas para uma mediação eficaz*, manual produzido pela ONU em 2012, neste contexto, a mediação seria “um dos métodos mais eficazes para prevenir, gerenciar e resolver conflitos nos níveis internacional, nacional e local” (United Nations Peacemaker, 2012, p.3).

A figura do (a) mediador (a) nesses contextos é essencial, visto que é ele/ela “ [...] que coloca seus conhecimentos e habilidades à serviço das partes em um processo voluntário e confidencial, cujo resultado deve ser imparcial [...]” (Horowitz,

2007, p.53, *tradução nossa*).⁴ Portanto, na leitura dos pesquisadores brasileiros Medeiros, Dantas e Raffaele (2021, p.177) sobre as reflexões da autora brasileira Fernanda Tartuce (2018, p.203) acerca do processo de mediação, o (a) mediador (a) desempenha um papel ativo ao sugerir, explicar e comunicar as propostas de um lado para o outro, de modo que não determina ou impõem nenhum tipo de decisão. Adicionalmente, esse profissional pode ser designado (a) a esse título, com base em suas características pessoais ou pela posição que exerce/ocupa, mas é mais comum que essa tarefa seja delegada a uma entidade estatal (Carreau; Bichara; 2015, p. 663).

A missão desse profissional envolve reunir informações, estabelecer a pauta e facilitar o entendimento mútuo entre os participantes de acordos políticos, além de promover o reconhecimento e o atendimento das demandas de cada parte (Freitas; Lacerda, 2016, p.92). De acordo com as reflexões contidas no documento *Diretrizes das Nações Unidas para uma mediação eficaz* (2012), é fundamental que os mediadores sigam práticas eficazes para garantir abordagens bem-sucedidas, pois quando a mediação é realizada de forma improvisada e sem a devida coordenação, cria-se uma dificuldade de obtenção de uma paz sustentável (United Nations Peacemaker, 2012, p.1).

Diante disso, conforme ainda exposto por esse documento (2012), as abordagens eficazes de mediação, especialmente no contexto de conflitos complexos, exigem uma combinação de estratégias bem coordenadas, planejamento detalhado e execução cuidadosa. Por essas razões, a capacitação adequada dos (as) mediadores (as) é crucial. O treinamento correto desses agentes garante que estejam bem-preparados (as) para lidar com desafios da mediação de conflitos, compreender as dinâmicas dos conflitos, aplicar abordagens de negociação mais eficazes que promovam uma paz estável e igualitária.

Dessa maneira, observa-se que os (as) mediadores (as) são figuras fundamentais na promoção da paz e para a estabilidade global, atuando como facilitadores do diálogo, num contexto em que as soluções precisam ser mais eficazes e justas para as partes. Além de ajudar a negociar acordos, desempenham um papel vital na supervisão da implementação desses acordos, como no monitoramento de

⁴ No original: "In plain terms, a mediator is a person who puts his knowledge and skills at the service of the parties in a voluntary and confidential process whose result is expected to be impartial for it does not benefit or have to do with the mediator" (Horowitz, 2007, p.53)

acordos de cessar-fogo, de desarmamento e de implementação de medidas de construção da paz, como é mostrado no manual *GM-SVPA*.

1.3 TRADUÇÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DIPLOMÁTICO

É essencial discutir a tradução institucional (Mossop, 1988), especialmente no que diz respeito à tradução realizada dentro das organizações internacionais envolvidas no contexto diplomático. Esse debate é particularmente relevante para o presente trabalho, pois a “clareza das traduções é essencial para promover relações pacíficas entre nações” no ambiente pluricultural da diplomacia da ONU (Lemos; Thiago, 2023, p.156).

A tradução institucional dentro de entidades oficiais não serve apenas como meio de comunicação com o público-alvo, mas também como forma de representação dessas instituições (Barros, 2022, p. 26). Nesse âmbito, essa modalidade de tradução se refere à tradução de textos técnicos ou administrativos, realizada por grandes organizações contemporâneas, que atuam como atores econômicos e políticos (Mossop, 1988, p. 69).

No cenário institucional, como o da ONU, a diplomacia abrange as relações entre povos, nações e indivíduos, sendo a linguagem empregada nessas interações de extrema relevância (Neves, 2021, p. 56). Segundo Maria Neves (2021, p.56), pesquisadora portuguesa, durante essas trocas, é fundamental atentar-se ao que se expressa, pois valores e culturas diversas estão envolvidos nesse contexto.

Em *Use of Language in Diplomacy* (2001), o embaixador croata Stanko Nick discorre sobre o fato de que “[...]a linguagem não é uma simples ferramenta, um veículo de transmissão de pensamentos ou um instrumento de comunicação, mas muitas vezes a própria essência da vocação diplomática [...]” (Nick, 2001, p.39, *tradução nossa*).⁵ Portanto, no cenário global e diplomático, a tradução contribui significativamente para a troca de informações e para o consenso entre Estados (Lemos; Thiago, 2023).

Para promover um entendimento comum, é crucial que os (as) tradutores (as) adotem uma postura cuidadosa, prevenindo mal-entendidos que possam prejudicar a

⁵ No original: “[...] the use of language in diplomacy is of major importance, since language is not a simple tool, vehicle for transmission of thoughts, or instrument of communication, but very often the very essence of the diplomatic vocation [...]” (Nick, 2001, p.39).

paz em ambientes de relações internacionais complexas (Lemos; Thiago, 2023, p.165). Nesse ambiente, o (a) tradutor (a) atua como intermediário em instituições multilíngues, facilitando a comunicação entre diferentes idiomas (Barros, 2022, p. 26). Portanto, no contexto multilíngue das instituições, como por exemplo no contexto da Comissão Europeia e a ONU, a tradução pode ser uma ferramenta essencial para ajudar o governo em sua função de gestão pública (Koskinen, 2014).

Após as reflexões acima, é aconselhável que o (a) tradutor (a) se atente às escolhas de tradução realizadas, que podem influenciar significativamente a forma como os discursos políticos são interpretados. Essa reflexão é necessária, pois a linguagem e a tradução, entre outros aspectos, possuem um caráter político (Castro, 2013, p.5). Mona Baker, estudiosa e tradutora egípcia na área dos Estudos de Tradução, discute em *Translation and Conflict: A Narrative Account* (2006), por exemplo, a função da tradução na resolução de conflitos internacionais. Ela enfatiza a importância da escolha de palavras e da representação das diferentes perspectivas nos conflitos, essenciais para evitar interpretações errôneas e para representar as diversas vozes envolvidas nesse processo. Portanto, diante de tais reflexões, a tradução pode ser vista também como uma ferramenta ética para a resolução de conflitos e a promoção da paz.

CAPÍTULO 2

Neste capítulo, será feita a apresentação do texto traduzido, *GM-SVPA*, assim como a discussão sobre a tipologia e gênero textual do manual. Tais discussões são essenciais, uma vez que entender a estrutura do texto (gênero e tipologia) é importante para que a tradutora observe as características do texto analisado para que sejam levadas em consideração durante o processo de tradução.

2.1 APRESENTAÇÃO DO TEXTO

O texto analisado, *GM-SVPA*, trata-se de um manual⁶ que oferece aos mediadores e mediadoras e às suas equipes princípios e estratégias, isto é, diretrizes gerais sobre como abordar a violência sexual relacionada ao conflito nos acordos de cessar-fogo e de paz. Esse manual foi desenvolvido pelo Departamento de Assuntos Políticos da ONU, atual DPPA, no ano de 2012 e está disponível na internet⁷.

O manual é dividido em quatro grandes partes, cada uma composta de subpartes delimitadas por títulos e subtítulos. As frases estão organizadas na ordem padrão SVO e possuem orações complexas, como orações subordinadas, contendo múltiplas camadas de informação. A linguagem é bastante formal e especializada, repleta de terminologia técnica e de conceitos específicos das relações internacionais, do campo da segurança, do direito e da gestão de conflitos.

Quadro 1- Exemplo de linguagem utilizada

Texto-fonte
The mediator and his/her team are advised to consider three key areas in addressing sexual violence in security arrangements: (1) command responsibility and accountability of armed forces and groups; (2) community security; and (3) military and law-enforcement capability.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

⁶ No presente trabalho, não foi encontrada literatura suficiente no português que distinguisse um guia de um manual e vice-versa. Em muitas publicações, os termos são usados como sinônimos.

⁷Disponível em: <<https://dppa.un.org/en/guidance-mediators-addressing-conflict-related-sexual-violence-ceasefire-and-peace-agreements>>

No exemplo acima, a construção segue a ordem básica de sujeito, verbo e objeto (SVO). A estrutura da frase é complexa, mas é organizada de forma clara, facilitando a compreensão das informações e recomendações apresentadas. A oração acima começa com o sujeito ("The mediator and his/her team"), depois há o verbo principal ("are advised"), e então apresenta o objeto direto ("to consider three key areas..."). A frase continua com uma frase preposicional que detalha o contexto em que as áreas-chave devem ser consideradas.

O vocabulário usado é técnico e específico do campo de estudos sobre conflitos, segurança e direitos humanos. Termos como "command responsibility", "community security", e "law-enforcement capability" são comuns em discussões sobre segurança e justiça internacional e direitos humanos, contribuindo, assim, para a especificidade e relevância do texto.

Em relação à estrutura visual do texto, percebe-se que o manual é composto de uma capa e contracapa. A capa, elaborada com cores azul, vermelho e branca, é composta pelo símbolo da Nações Unidas, assim como o nome da instituição por extenso, o departamento, a unidade e a divisão responsáveis pela elaboração do manual. Segundo instruções editoriais do *United Nations Editorial Manual Online* (2004), disponibilizado na internet⁸, o nome da instituição, "Nações Unidas", deve ser utilizado por extenso em inglês".

Em relação ao título e o subtítulo do manual, segundo orientações do *United Nations Editorial Manual Online* (2004), deve-se utilizar a pontuação de dois pontos para distingui-los. Ainda de acordo com instruções editoriais da ONU (2004), os títulos e subtítulos de obras de mais de 50 páginas devem ser escritos com letra maiúscula. As letras maiúsculas devem ser usadas no início de todas as palavras, exceto em artigos, conjunções e preposições, salvo se essas construções estiverem no início ou final do título ou subtítulo (United Nations Department for General Assembly and Conference Management, 2004).

A construção do manual traduzido, *GM-SVPA*, é regida por algumas das orientações editoriais presentes no *United Nations Editorial Manual Online* (2004). Por exemplo, conforme orientações desse manual, o título, "Guidance for mediators", encontra-se escrito em letras maiúsculas, em contraste com o subtítulo, "Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements" que apresenta

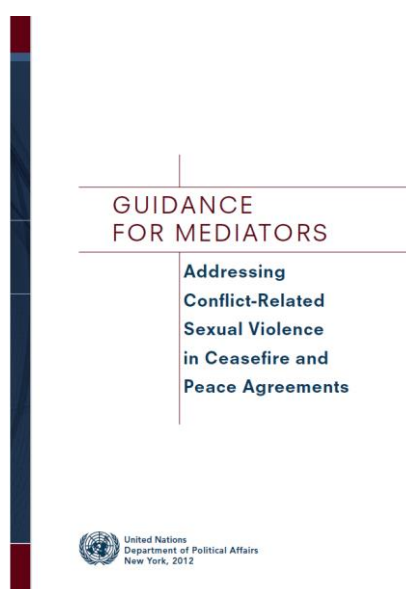
⁸ Disponível em: <<https://www.un.org/dgacm/en/content/editorial-manual>>

as letras iniciais de cada palavra em letras maiúsculas, exceto os artigos, conjunções e preposições, como mostrado abaixo.

Figura 1 - Capa



Figura 2 - Contra-capa



Após a contracapa e antes do índice, há um pequeno texto que discorre sobre a produção deste manual e os responsáveis por sua elaboração, conforme apresentado abaixo.

Figura 3 - Página após contracapa

Development of this guidance for mediators benefited from material generated during the United Nations Inter-Agency High-Level Colloquium "Conflict-Related Sexual Violence and Peace Negotiations: Implementing Security Council Resolution 1820" in June 2009. The Colloquium was organized by the United Nations Development Fund for Women (now part of UN Women), Department of Political Affairs, Department of Peacekeeping Operations, United Nations Development Programme, and Office for the Coordination of Humanitarian Affairs on behalf of UN Action Against Sexual Violence in Conflict and in partnership with the Centre for Humanitarian Dialogue. The Department of Political Affairs is grateful for the contributions of these partners and for the financial support provided through UN Action Against Sexual Violence in Conflict.

A próxima página refere-se ao sumário que estabelece a organização do documento em quatro partes: Parte I- Panorama Geral; Parte II- Como Abordar a Violência Sexual Relacionada a Conflitos Durante Hostilidades em Curso e Acordos de Cessar-Fogo; Parte III- Como Abordar a Violência Sexual Relacionada a Conflitos nos Arranjos de Segurança e Parte IV- Como abordar a Violência Sexual Relacionada a Conflitos na Elaboração de Disposições Relativas à Justiça e Reparações Pós-Conflito. Ao final de cada parte, há a chamada “checklist do (a) mediador (a)” referente ao assunto principal da parte. Essa seção final funciona como uma espécie de resumo sobre as considerações que o (a) mediador (a) leitor deve entender e seguir durante os processos de mediação.

Conforme *United Nations Editorial Manual Online* (2004), os títulos pertencentes a um mesmo nível de importância no documento devem ter uma estrutura gramatical semelhante e obedecer a uma organização lógica. Além disso, os títulos principais de capítulos ou seções devem ser sinalizados com números romanos, enquanto os subtítulos de primeiro nível devem ser apresentados em letras maiúsculas (United Nations Department for General Assembly and Conference

Management, 2004). Para os subtítulos intermediários, pode-se utilizar o negrito ou itálico (United Nations Department for General Assembly and Conference Management, 2004). Tais características podem ser observadas nos títulos e subtítulos de *GM-SVPA*, conforme pode ser observado na figura a seguir.

Figura 4 - Índice

Table of Contents	iii
Part I.	
Global Overview	3
Legal Norms	5
<i>When is Sexual Violence Conflict-Related?</i>	5
<i>When is Sexual Violence an International Crime?</i>	5
Key Principles	6
Part II.	
Addressing Conflict-Related Sexual Violence During	
Ongoing Hostilities and Ceasefire Agreements	13
Principles	14
Implementation Guidance for the Mediator	16
<i>Knowledge Gathering, Knowledge Sharing</i>	
<i>and Strategic Communication</i>	16
<i>Information and Outreach</i>	19
<i>Pre-ceasefire Commitments</i>	19
<i>Inclusion of Language on Conflict-Related</i>	
<i>Sexual Violence in Ceasefire Agreements</i>	20
<i>Examples of Language Prohibiting Sexual Violence</i>	
<i>in the Definition of Ceasefire</i>	21
<i>Monitoring Sexual Violence</i>	22
<i>Education and Information Campaigns</i>	23
Mediator's Checklist	25

Outro recurso que deve ser discutido na presente seção é a nota de rodapé. De acordo com o *United Nations Manual Online* (2004), as notas de rodapé em publicações das Nações Unidas devem ser utilizadas para se referir a:

- Publicações das Nações Unidas
- Relatórios de conferências das Nações Unidas
- Opiniões consultivas, julgamentos e ordens da Corte Internacional de Justiça
- Documentos e publicações emitidos por outras organizações e por governos
- Livros, periódicos e artigos contidos neles
- Trabalhos e relatórios de pesquisa em uma série publicada
- Trabalhos e dissertações não publicados
- Fontes multimídia

(United Nations Department for General Assembly and Conference Management, 2004, *tradução nossa*)

Esse recurso, segundo o *United Nations Manual Online* (2004), deve estar localizado na parte inferior da página e há certas regras em relação a produção desses elementos:

- a) Quando se fundamenta ou detalha uma declaração, o indicador da nota de rodapé deve ser colocado no final da frase ou da sentença;
- b) Quando sinais de pontuação (como vírgula, dois pontos ou ponto final) aparecem no local onde o número da nota de rodapé deve ser inserido, o indicador deve ser colocado após a pontuação em inglês, mas antes da pontuação em francês e espanhol;
- c) Em documentos e publicações, as notas de rodapé devem ser numeradas de forma sequencial na estrutura principal do texto, salvo em casos específicos, como nos Relatórios das principais comissões da Assembleia Geral, Relatórios que contêm respostas a pedidos de informação de organizações e governos, entre outros.
- d) Quando as notas de rodapé citam títulos de artigos, documentos internos, trabalhos não publicados e a maioria dos relatórios de pesquisa, esses devem estar escritos em fonte padrão (romana) e destacados entre aspas.
- e) Quando as notas de rodapé citam outras fontes, como artigos de livro ou periódico, websites e trabalhos inéditos com até 50 páginas, somente a primeira palavra do título, nomes próprios e adjetivos e nomes geográficos amplamente reconhecidos devem ser escritos com letras maiúsculas.
- f) Quando as notas de rodapé citam documentos das Nações Unidas, as notas de rodapé devem citar os números dos parágrafos, e não as páginas.
- g) Os relatórios das conferências devem ser mencionados nas notas de rodapé obedecendo as seguintes regras: título (em itálico); número do volume e título, se houver (número do volume em fonte padrão seguido de vírgula; título em itálico). Quando uma obra em vários volumes é citada como um todo, utiliza-se apenas os números dos volumes.

(United Nations Department for General Assembly and Conference Management, 2004, *tradução nossa*)

Em *GM-SVPA*, observa-se a presença de notas de rodapé, utilizadas com o objetivo de direcionar o público-alvo a documentos das Nações Unidas e publicações, para que se forneça informações e referências adicionais que proporcionam aos (às) leitores (as) uma compreensão mais profunda do conteúdo. No manual traduzido, por exemplo, as notas de rodapé numeradas e localizadas na parte inferior da página, direcionam principalmente a resoluções das Nações Unidas, destacadas com o uso de aspas, conforme as orientações editoriais da instituição responsável pela produção, mencionadas anteriormente.

Figura 5 - Nota de rodapé

Global Overview 5

Legal Norms⁴

When is Sexual Violence Conflict-Related?

The United Nations Security Council considers that *“sexual violence, when used or commissioned as a tactic of war in order to deliberately target civilians or as a part of a widespread or systematic attack against civilian populations, can significantly exacerbate situations of armed conflict and may impede the restoration of international peace and security.”*⁵ Three Security Council resolutions specifically oblige the UN system to address conflict-related sexual violence.⁶

Sexual violence as a “tactic of war” refers to acts of sexual violence that are linked with military/political objectives and that serve (or intend to serve) a strategic aim related to the conflict. Sexual violence, however, does not need to be explicitly orchestrated for military gain to be considered relevant to the Security Council’s remit. The Council also considers sexual violence conflict-related when it is *“committed against civilians”, committed “in and around UN managed refugee and internally displaced persons camps”, or committed during “disarmament, demobilization and reintegration processes”.*

When is Sexual Violence an International Crime?

Depending on the circumstances of the offense, sexual violence can constitute a war crime, crime against humanity, act of torture or

⁴ See “Analytical and conceptual framing of conflict-related sexual violence”, UN Action Against Sexual Violence in Conflict.

⁵ Security Council resolution 1820 (2008).

⁶ Security Council resolution 1820 (2008), Security Council resolution 1888 (2009) and Security Council resolution 1960 (2010), among their provisions, prohibit amnesty for conflict-related sexual violence; require the UN system to develop mediation methods to address conflict-related sexual violence; and provide the accountability architecture to list and de-list perpetrators, as well as to report on patterns and trends in conflict-related sexual violence.

Outra consideração a respeito dos títulos de capítulos, seções e subseções do manual *GM-SVPA* é que esses elementos são escritos com letras maiúsculas. Conforme as diretrizes do *United Nations Manual Online*, as iniciais maiúsculas são utilizadas:

- 1) Na primeira palavra, substantivos próprios e outras palavras que normalmente são capitalizadas:
 - Nos títulos de documentos das Nações Unidas
 - Nos títulos de capítulos, seções, subseções, anexos, tabelas, figuras e artigos
 - Nas legendas de figuras e mapas
 - Nos títulos de artigos e trabalhos não publicados
- 2) Nos títulos oficiais de pessoas, conselhos, comissões, comitês, unidades do Secretariado, organizações, instituições, partidos políticos e movimentos organizados devem ser capitalizados.
- 3) Em substantivos próprios, adjetivos e nomes geográficos reconhecidos.

(United Nations Department for General Assembly and Conference Management, 2004, *tradução nossa*)

O uso do elemento “see” ou *Vide*, em português, está presente nas notas de rodapé que encaminham os (as) leitores (as) a outras fontes para esclarecimentos ou informações adicionais. Essas fontes complementares e ilustrativas são introduzidas por “vide”, “ver”, “ver também” ou “ver, por exemplo”. Tais tipos de referências também podem ser observados em muitos artigos e documentos escritos na língua portuguesa.

Embora o foco principal deste trabalho não seja a análise descritiva do texto, é fundamental considerar a análise das microestruturas e macroestruturas, assim como entender que a publicação a ser traduzida está inserida em um contexto institucional no qual existe normas e diretrizes editoriais específicas da instituição que devem ser observadas. Essas análises são necessárias para proporcionar ao (à) tradutor (a) um melhor entendimento antes e durante o processo de tradução, assegurando que as regras e o estilo das estruturas do texto-fonte sejam comunicados de maneira eficaz na tradução final.

2.2– TIPOLOGIA E GÊNERO DO MANUAL ANALISADO

De acordo com Katharina Reiss (2000, p.17, *tradução nossa*)⁹, tradutora e teórica alemã, “o tipo de texto é o principal fator que influencia a escolha do tradutor de um método de tradução adequado”. Desse modo, dentro da análise textual orientada para a tradução proposta por Nord (2016), utilizada neste trabalho, é essencial entender e analisar o tipo textual do texto a ser traduzido e as suas características convencionais.

Basil Hatim e Ian Mason (1990, p.140), estudiosos da Jordânia e do Reino Unido, respectivamente, desenvolveram uma abordagem para classificar os tipos de texto com base nas intenções comunicativas e no propósito retórico geral. Para tal classificação, de acordo com a pesquisadora polonesa Karolina Puchala (2011, p. 360), os teóricos basearem-se na tipologia de Egon Werlich (1976), linguista alemão, que inclui cinco tipos textuais: “descrição, narração, exposição, argumentação e instrução” (Puchala, 2011, p. 360 *apud* Werlich, 1976).

Entretanto, como destaca Nord (2016, p.48), Reiss (2000, p.26) foi a pioneira ao estabelecer a primeira tipologia textual voltada à tradução, ao distinguir três tipos de texto com base na função da linguagem textual que predomina: expressivo, que busca expressar um conteúdo preocupando-se com a estética textual; operativo, com o objetivo de convencer o interlocutor a realizar uma ação e informativo, com o intuito de oferecer informações sobre algo.

Vanilda Salton Köche, Odete Maria Benetti Boff, Adiane Fogali Marinello (2009), pesquisadoras e acadêmicas brasileiras, também apresentam uma discussão sobre tipologias textuais, abordando a chamada “tipologia injuntiva”, de grande importância para a presente análise. Essa tipologia “caracteriza-se por guiar os indivíduos para a execução de uma atividade específica e/ou estabelecer normas para direcionar as práticas sociais” (Boff, Köche e Marinello, 2009, p.8).

Conforme as referidas autoras (2009, p. 10), os mecanismos linguísticos característicos dessa tipologia incluem as “orações com verbos modais”, os “verbos no futuro do presente e no infinitivo”, e especialmente os “verbos no modo imperativo” implícitos ou explícitos. Além disso, as pesquisadoras (2009, p. 10) observam que gêneros textuais de natureza injuntiva frequentemente utilizam períodos concisos e de entendimento claro, pois períodos extensos podem tornar as instruções mais difíceis de serem compreendidas e assimiladas.

⁹ No original: “[...] the type of text is the primary factor influencing the translator’s choice of a proper translation method (Reiss, 2000, p.17).”

Segundo Adriana Rosa (2003, p.21), pesquisadora brasileira, os textos da tipologia injuntiva são usados para fins de aprendizado ou para a realização de uma tarefa. Desta maneira, verifica-se que o texto injuntivo tem a função fornecer orientações e informações, através de uma abordagem direta e objetiva.

Rosa propõe uma categorização dos gêneros textuais pertencentes à injunção com base em “critérios pragmáticos-discursivos e formais” (Rosa, 2003, p. 13). Ela divide esses textos em três categorias: os “textos instrucionais-programadores”, como receitas, que servem para guiar alguém no desempenho de uma ação concreta; os “textos de conselho”, que têm o propósito de aconselhar, como orientações de saúde; e os “textos reguladores-prescritivos”, como ordens e comandos, que visam coagir alguém a adotar um determinado comportamento (Rosa, 2003, p.13).

Segundo o linguista alemão Paul Kussmaul (1997, p. 77, *apud* Silva, 2021, p. 31), os textos instrucionais em inglês, como manuais, possuem certas características convencionais em relação às estruturas verbais e lexicais. Entre essas estruturas, destacam-se o imperativo, a expressão "please" seguida de imperativo, o uso de "must" com formas no infinitivo, tanto ativas quanto passivas, a construção "have to", além de estruturas como "it is advisable", "we recommend", "it is recommended", "it is important" e o verbo modal "should".

Ao comparar as análises de Boff, Köche e Marinello (2009) com as de Kussmaul (1997, p. 77 *apud* Silva, 2021, p. 31), identificam-se semelhanças na construção dos textos instrucionais em inglês e português (Silva, 2021, p. 32), como a presença de estruturas que indicam recomendações. Entretanto, conforme observado pela pesquisadora brasileira Júlia da Silva (2021, p. 31), essas similaridades das construções lexicais não garantem uma equivalência exata entre os dois idiomas em termos de discurso e tipologia, pois “outras variáveis, como convenções, expectativas, gêneros e as limitações impostas por elas, influenciam a situação comunicativa e, conseqüentemente, a produção textual”.

Em relação às categorias dos tipos textuais, o linguista brasileiro Luiz Antônio Marcuschi classifica os tipos textuais como “narração, argumentação, exposição, descrição e injunção” (Marcuschi, 2022, p. 22). Segundo o linguista, essas tipologias textuais são “uma espécie de construção teórica definida pela natureza linguística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas)” (Marcuschi, 2002, p.22).

Marcuschi (2002, p.27) argumenta que diversos gêneros podem conter vários tipos textuais, enquanto Travaglia (2007, p. 1299), outro renomado linguista brasileiro, defende a concepção de que um texto apresenta diversas tipologias textuais. Esse último (2007, p. 1299) discorre sobre o fato de que os textos podem mesclar, associar e integrar características de diferentes tipos textuais em sua estrutura textual, embora haja um tipo textual principal devido a existência de relações de subordinação entre esses tipos.

Neste trabalho, adotou-se a concepção defendida por Travaglia (2007) de que um texto pode apresentar diferentes tipos textuais em sua estrutura, além da classificação de tipologias textuais proposta por Marcuschi (2002). No quadro abaixo, é possível observar, por meio de exemplos retirados do *GM-SVPA*, que ao longo do manual, há a presença de diferentes tipos de texto, como a injunção e a descrição, com a injunção sendo a principal tipologia utilizada.

Quadro 2 – Tipologias presentes

TIPO TEXTUAL	EXEMPLOS
<p style="text-align: center;">Injunção</p>	<p>“At the earliest point of the mediation process, particularly during ongoing hostilities¹⁰ [sic] and in ceasefire agreements [sic], the mediator and his/her team <u>are advised</u> to <u>consider</u> three key areas when addressing conflict-related sexual violence: (1) <u>preparing</u> the ground and confidence-building measures; (2) <u>prohibiting</u> sexual violence and promoting command responsibility; and (3) <u>ensuring</u> robust monitoring arrangements” (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012, p.13, <i>grifos meus</i>).</p>
<p style="text-align: center;">Descrição</p>	<p>“In today’s violent conflicts, civilians <u>are</u> increasingly <u>caught</u> on the front line. One of the most devastating forms of extreme hostility waged against civilians <u>is</u> conflict-related sexual violence. While women and girls <u>are</u> often primary targets, conflict-related sexual violence <u>is</u> also strategically <u>perpetrated</u> against men and boys” (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012, p.3, <i>grifos meus</i>).</p>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012); Godoy (2014, p.18), Travaglia (2007) e Marcuschi (2002).

No quadro acima, foram destacados os verbos de cada tipologia verbal, uma vez que, conforme defendido anteriormente por Marcuschi (2002), entre outras estruturas, os tempos verbais definem uma tipologia textual. Observa-se que existem diferenças nos tempos verbais geralmente associados às tipologias de texto (injunção e descrição).

A injunção utiliza principalmente o presente simples para dar instruções ou comandos diretos (Rosa, 2003, p.116). Por exemplo, no trecho "[...] the mediator and his/her team are advised to consider three key areas [...]", o verbo "are advised" está no presente simples, que é comum em textos injuntivos e é utilizado para fornecer conselhos ou recomendações diretas. Conforme destacado pelo site *Grammarling*, o tempo verbal presente simples é usado em instruções como alternativa ao imperativo, estrutura comumente utilizada nos textos injuntivos ou instrucionais, conforme Kussmaul (1997, p.77, *apud* Silva, 2021, p. 31).

A construção "are advised" indica que há uma orientação a ser seguida. "To consider" é uma construção no infinitivo que segue o verbo "advised" e introduz as ações que devem ser consideradas. O uso dos gerúndios ("preparing", "prohibiting", "ensuring") após "consider" é gramaticalmente necessário porque "consider" é um verbo que exige um complemento na forma de gerúndio.

Os verbos "preparing", "prohibiting" e "ensuring" estão na forma do gerúndio (*present participle*) e são usados para listar as ações específicas que o (a) mediador (a) e sua equipe devem considerar. Eles não são comandos diretos, mas fazem parte de uma lista de ações recomendadas ou instruções indiretas.

Outra tipologia presente, a descrição, envolve fornecer informações detalhadas e específicas sobre um assunto. O trecho da segunda linha descreve uma situação atual nos conflitos violentos, mencionando como os civis estão cada vez mais expostos na linha de frente nesses contextos. Além disso, descreve a natureza da violência sexual relacionada a conflitos, destacando os alvos principais e a estratégia por trás desses atos.

Por descrever uma situação atual, o trecho utiliza predominantemente tempos verbais no presente ("are caught", "is waged", "is perpetrated"), o que é comum em descrições, especialmente quando se quer transmitir fatos atuais e permanentes

(Vilela; Koch, 2001, p.550). Essa escolha do presente como tempo verbal principal reforça a ideia de que esses eventos estão ocorrendo agora e continuam sendo uma realidade presente nos conflitos violentos atuais.

Uma vez discutido sobre a tipologia textual, a atenção é direcionada à definição de gênero textual, que se caracteriza por ser uma forma de interação social e uma estrutura discursiva fundamental em um contexto de comunicação (Marcuschi, 2002, p.19). Segundo Marcuschi (2002, p.23-24), os gêneros textuais “constituem textos empiricamente realizados, cumprindo funções em situações comunicativas” e incluem uma ampla variedade de formas, como “telefonemas, sermões, cartas comerciais, romances”, entre outros.

2.2.1 – O gênero “manual”

Hatim e Mason (1990, p.157) afirmam que a principal característica dos textos instrucionais é direcionar a atitude dos leitores desse tipo de texto ou moldar as suas opiniões. Desse modo, essa categoria de textos tem como principal função divulgar orientações sobre como realizar um procedimento ou utilizar determinado produto.

A partir das reflexões de Hatim e Mason (1990) sobre as tipologias textuais, em especial a tipologia instrucional, Puchala (2011, p.360) cita como exemplos de textos instrumentais, os manuais. As pesquisadoras Boff, Köche e Marinello (2009, p.8) também classificam o manual como um gênero do tipo injuntivo, pois, como tal, possui particularidades desse tipo de texto, como verbos no imperativo.

O texto-fonte analisado neste trabalho, *GM-SVPA* é considerado um “manual” por possuir elementos e estruturas textuais convencionais do gênero, como a predominância da injunção e da função referencial da linguagem, entretanto, ele se diferencia dos manuais em geral. Estes últimos visam apenas fornecer orientações sobre um produto específico (Boff, Köche e Marinello, 2009, p.16), enquanto o manual *GM-SVPA* oferece aos (às) mediadores (as) diretrizes para a inserção da violência sexual em conflitos nos acordos a serem estabelecidos, visando a promoção da paz e da justiça.

Quadro 3 - Comparação entre as características presentes no manual traduzido e nos manuais gerais

	Manual da ONU	Manuais em geral

Propósito e Objetivo	O principal objetivo é fornecer diretrizes detalhadas e orientações sobre como abordar a violência sexual relacionada a conflitos armados em acordos de cessar-fogo e paz.	O propósito é instruir sobre como utilizar, configurar ou solucionar problemas técnicos de um determinado produto específico.
Conteúdo e Complexidade	Apresenta estratégias, princípios e práticas específicas sobre como lidar com a violência sexual relacionada a conflitos em acordos de cessar-fogo e paz, uma questão sensível de direitos humanos e de justiça.	Apresentam informações técnicas de um produto e fornecem orientações sequenciais e práticas.
Linguagem	Usa uma linguagem formal e especializada (técnica e jurídica).	Utilizam uma linguagem clara e simples.
Contexto de Aplicação	Aplicado em contextos de mediação nos conflitos e negociações de acordos internacionais.	Aplicados no uso cotidiano de produtos, com foco na utilização, funcionamento e resolução de problemas de um produto.
Público-Alvo	Destinado aos (às) mediadores (as), profissionais que atuam na mediação de acordos e que necessitam ter acesso a orientações sobre como inserir a violência sexual em negociações internacionais.	Destinados ao consumidor que necessita de orientações específicas sobre como utilizar ou resolver problemas técnicos de um produto.

Fonte: Elaboração própria, com base em Boff, Köche e Marinello (2009, p.16-19), em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012), em Fávero e Koch (1998 apud Boff, Köche e Marinello, 2009, p.17) e Rosa (2003).

A identificação da autoria do texto, presente na capa, “Department of Political Affairs”, revela a origem do documento como uma produção oficial de uma divisão específica das Nações Unidas. Essa indicação confere credibilidade às informações fornecidas, uma vez que é emitida por uma instituição reconhecida internacionalmente.

Associado a um departamento dedicado a assuntos políticos internacionais e de consolidação da paz, espera-se que o texto aborde questões relacionadas à mediação, às relações internacionais e à política internacional. Essa especificidade

temática oferece uma orientação inicial sobre o foco do texto e sua relevância para questões de política e de paz global.

O manual se dirige explicitamente a um público-alvo específico, conforme indicado pelo título com a estrutura "for mediators", ou seja, para mediadores (as), em português. Esses profissionais são responsáveis por lidar com questões de mediação dentro da organização. Portanto, o manual presume um certo nível de familiaridade com o contexto da mediação e com os procedimentos da ONU, fato que é percebido através da linguagem e a especificidade do conteúdo apresentado.

Diante dessa reflexão sobre o título e quando comparado a outros manuais, espera-se que o manual da ONU contenha termos mais técnicos mais especializados, como exemplificado abaixo, refletindo a natureza técnica das atividades de mediação e de diplomacia conduzidas pela instituição.

- “Sexual violence, when used as a method or tactic of warfare, should be treated as such in relevant provisions of **ceasefire and peace agreements**, including those which define **disengagement** and set the rules and responsibilities for **demilitarized zones, buffer zones** and **DDR-related assembly areas/points**” (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012, p. 29, *grifos nossos*)¹⁰.

Os termos destacados em negrito acima são específicos do contexto de conflitos armados e de negociações de paz. Esses termos referem-se, principalmente, ao contexto específico dos conflitos armados, sendo utilizados principalmente em situações de guerra, conflito armado ou processos de construção da paz. Esses termos descrevem medidas, ações e estratégias específicas adotadas para controlar hostilidades, promover a segurança e a integração e facilitar a construção da paz.

Cada um desses termos possui definições técnicas precisas que são percebidas em documentos formais como tratados internacionais, resoluções da ONU, acordos entre partes em conflito, entre outros. Essas estruturas específicas são elaboradas para serem precisas e claras dentro do campo da diplomacia internacional e da gestão de crises da instituição. Por isso, muitas vezes, podem não ser

¹⁰ No original: “A violência sexual, quando utilizada como método ou tática de guerra, deve ser tratada como tal nas disposições pertinentes dos acordos de cessar-fogo e de paz, incluindo as que definem a desengajamento militar e estabelecem as regras e responsabilidades para as zonas desmilitarizadas, zonas-tampão e áreas ou pontos de reunião relacionados com DDR” (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012, p. 29.)

amplamente entendidas pelo senso comum ou por leitores (as) que não possuem conhecimento prévio desses contextos e processos.

O termo "ceasefire", por exemplo, é um acordo formal que define as condições sob as quais as hostilidades serão interrompidas (Campos, [s.d]). Outro termo específico é a construção "DDR-related assembly areas/points", expressão relacionada ao processo de DDR (Desarmamento, Desmobilização e Reintegração) de ex-combatentes promovido pela ONU nos contextos de conflito (Peixoto, 2006).

O termo, DDR, trata-se de um conjunto de processos estratégicos e coordenados frequentemente utilizados em contextos pós-conflito para ajudar ex-combatentes a reintegrarem-se à sociedade civil (Peixoto, 2006). Esse termo específico não é comumente usado fora dos contextos especializados da ONU de resolução de conflitos e operações de paz.

A ONU desenvolveu esse vocabulário técnico para padronizar e otimizar a comunicação entre diferentes partes, incluindo Estados-membros, organizações, durante os processos complexos dos conflitos, isso inclui aspectos como a retirada de tropas (*disengagement*), zonas-tampão (*buffer zones*) para separar forças hostis (Silva, 2023), e a desarmamento, desmobilização e reintegração de ex-combatentes (*DDR*) (Peixoto, 2006). A utilização correta desses termos requer um entendimento detalhado das dinâmicas dos conflitos armados, das operações de paz e de mediação, noções que apenas mediadores (as) ou especialistas da área podem possuir.

2.2.2 – O manual como texto técnico

O manual caracteriza-se por ser um texto instrucional frequentemente utilizado em várias áreas do conhecimento e apresenta características convencionais de textos técnicos (Godoy, 2014, p.22). O texto traduzido, *GM-SVPA*, é um documento técnico que faz parte predominantemente da tipologia textual injuntiva.

O manual traduzido apresenta uma abordagem tanto técnica quanto instrucional, pois ao fornecer informações detalhadas que orientam os (as) profissionais da área da mediação, apresenta uma linguagem mais técnica e específica da área jurídica e internacional em suas instruções. As orientações fornecidas no manual têm como propósito principal auxiliar os (as) mediadores (as) na abordagem da violência sexual nos acordos firmados nos contextos de conflitos.

Observa-se, portanto, que no contexto do texto técnico, há a presença de termos específicos que variam de acordo com a temática tratada. Conforme expõe o linguista tcheco Rostislav Kocourek (1991, p.73), ao analisar um determinado texto especializado, é possível encontrar dentro do seu léxico termos temáticos de uma área de conhecimento especializada, os quais formam uma determinada terminologia.

O autor (1991, p.71) destaca que o termo desempenha um papel fundamental dentro do texto técnico, pois funciona como uma “unidade léxica dominante” que expressa o grau de complexidade e especificidade de um texto e de seu conteúdo (Kocourek, 1991, p. 74). Portanto, a seleção cuidadosa e o uso adequado dos termos são vitais para garantir a compreensão e a eficácia da transmissão de uma mensagem dentro de um determinado campo de conhecimento.

Conforme apontado por Jacinto Martín *et al.* (1996 *apud* Galvão, 2004, p.249), linguistas espanhóis, os textos técnico-científicos são definidos por uma série de elementos característicos, que incluem:

- 1) **Universalidade:** Ao publicar um texto, o pesquisador pretende que suas descobertas sejam amplamente acessíveis, abrangendo uma vasta audiência e mantendo sua relevância em diferentes contextos e períodos.
- 2) **Objetividade:** O emissor busca redigir de maneira imparcial, clara e direta, removendo suas opiniões pessoais e focando apenas nos fatos.
- 3) **Denotação:** Em textos científicos, os termos geralmente têm uma significação denotativa, ou seja, são usados em seu sentido literal e específico.
- 4) **Função linguística:** Em textos técnico-científicos, há o predomínio da função denotativa da linguagem. Dessa forma, a função principal da mensagem é referencial.
- 5) **Formalização:** A linguagem especializada nos textos técnico-científicos busca atingir a máxima precisão, eliminando ambiguidades. Essa formalização resulta na criação de terminologias.
- 6) **Coerência:** A natureza universal da linguagem utilizada exige que um termo, ao ser definido ou atribuído um valor específico no início do texto, mantenha esse significado ao longo de todo o discurso, garantindo que a fidelidade e a objetividade sejam preservadas.
- 7) **Adequação e elegância:** A precisão e a consistência dos elementos linguísticos não sugerem que os textos técnico-científicos precisem ser rígidos.

O autor adequa a mensagem às normas linguísticas, garantindo a objetividade e a formalidade, sem perder a fluidez e a expressividade textual.

João Jr. Azenha (1999) sugere que a tradução de textos técnicos vai além de ser uma atividade linguística, pois é influenciada por condicionantes culturais. Segundo Azenha (1996, p. 141), essa modalidade de tradução está relacionada a uma “realidade cultural externa à linguagem”. Nessa perspectiva, Vermeer (1992, p.40) argumenta que o processo tradutório é um tipo de instrumento de comunicação específico de uma situação, que não consiste meramente numa transferência linguística e gramatical entre idiomas, mas sim, em um fenômeno direcionado a culturas específicas, isto, é uma “ação transcultural”.

Desse modo, deve-se atentar ao fato de que a tradução não consiste apenas na transposição de significados lexicais, mas envolve também adaptações para que o texto-alvo seja eficaz e funcional na língua alvo (Nord, 2016). Assim, percebe-se a complexidade que permeia a tradução de textos técnicos, como pode ser exemplificado pelo processo de tradução do manual *GM-SVPA* para a língua portuguesa.

A observação das características técnicas e injuntivas do texto, como a objetividade, é essencial para que durante o processo tradutório mantenha a objetividade e a exatidão do conteúdo contido nas orientações presentes no texto-fonte. Nesse contexto, conforme exposto por Rosemary Arrojo (1996; 2007), renomada tradutora e crítica, é crucial destacar a relevância do papel do (a) tradutor (a) e a responsabilidade fundamental que ele/ela detém como “produtor de significados” (Arrojo, 2007, p.79), como será abordado no próximo capítulo. A responsabilidade dessa figura vai além da posse de habilidades tradutórias, uma vez que também envolve a capacidade de tomar decisões conscientes levando em consideração as características do texto-fonte e do texto-alvo, a mensagem contida no texto-fonte, a intenção comunicativa e os contextos culturais da cultura-fonte e da cultura-alvo durante processo tradutório (Nord, 2016),

CAPÍTULO 3

Neste capítulo, será discutida a abordagem funcionalista da tradução e o modelo de análise textual orientada para a tradução segundo Nord (2016), assim como serão abordados alguns dos procedimentos tradutórios discutidos por Barbosa (1990) utilizados na tradução do manual. A intenção dessas discussões é oferecer um contexto abrangente sobre a abordagem funcionalista discutida por Nord (2016) e sobre os procedimentos tradutórios de Barbosa, de modo a posteriormente analisá-los no processo tradutório de *GM-SVPA*.

3.1 A AÇÃO, A LEALDADE E A INTENCIONALIDADE SEGUNDO NORD A PARTIR DA TEORIA FUNCIONALISTA

A tradução é um importante instrumento para que diferentes culturas e povos diversos se comuniquem e se entendam. Ela não apenas facilita a comunicação entre línguas diferentes, mas também promove um intercâmbio cultural, pois ao construir pontes entre diferentes mundos e contextos (Trindade, 2003, p.182 *apud* Oliveira, 2017, p.353), a tradução permite que ideias, valores e conhecimentos sejam compartilhados de forma eficaz entre textos-fontes e textos-alvos.

Primeiramente, faz-se necessário entender o conceito de cultura, que é indissociável da tradução, conforme observado por Christiane Nord (2016) e pela pesquisadora portuguesa Maria Ramos (2023). Na Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável (MONDIACULT 2022), tendo como base os princípios presentes nas declarações adotadas na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais (1982) e na Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento (1998) (UNESCO, 2022, p.1), a *cultura* foi definida como:

[...] o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social, [e que] abrange, além das artes e letras, os modos de vida, os direitos fundamentais, os sistemas de valores, as tradições e as crenças [...] (UNESCO, 2022, p.1)

Ao analisar tal discurso, observa-se que o conceito de cultura compreende uma série de significados, incluindo os “direitos fundamentais”, que estão consagrados em diversas declarações internacionais de direitos humanos. A tradução leal desses documentos, portanto, é fundamental para garantir que os direitos humanos sejam entendidos de maneira consistente e eficaz em diferentes idiomas e culturas.

O princípio da "lealdade" é uma das diretrizes propostas por Christiane Nord em seu modelo funcionalista voltado à tradução, que visa orientar os (as) tradutores (as) na tomada de decisões e estratégias durante o processo de tradução. De acordo com Nord (2016, p.62), a lealdade refere-se ao compromisso ético que o (a) tradutor tem em relação à observância das relações humanas presentes nos processos de tradução.

Ao levantar essas questões, Nord (2016) também aborda a relação entre contexto de produção e de recepção e o funcionalismo na teoria da tradução. Em seus trabalhos, a teórica enfatiza a importância de se considerar, por exemplo, o contexto de produção e recepção do texto-fonte e do texto-alvo, para que se possa produzir um texto-alvo funcional na cultura-alvo. De acordo com a autora, “a tradução é sempre realizada para uma situação alvo com seus fatores determinantes (receptor (a), tempo, lugar, entre outros)” (Nord, 2016, p.62).

Além do contexto cultural mais amplo, Nord (2013; 2016; 2018) também destaca a importância do contexto situacional específico em que o texto é desenvolvido e recebido, de modo que se considere elementos, como o propósito comunicativo do texto, o público-alvo, o meio de comunicação e o contexto de produção. De acordo com a autora (2016), recomenda-se que os (as) tradutores (as) levem em conta esses elementos contextuais ao realizar uma tradução, adaptando ou preservando elementos do texto-fonte, de acordo com as necessidades de comunicação, a cultura e a função do texto-fonte, para garantir que ele atenda às necessidades e expectativas do público e seja apropriado para o objetivo pretendido/exigido.

Nord (2016) também discorre sobre a importância de se entender o contexto pragmático, pois a pragmática desempenha um papel crucial na compreensão do significado além das palavras. A autora propõe, portanto, que os (as) tradutores (as), analisem tanto aspectos contextuais quanto estruturais, considerando assim não apenas o significado semântico das palavras, mas também as intenções

comunicativas, as expectativas do público e as especificidades da língua e cultura-alvo.

No contexto de entidades internacionais, como a Organização das Nações Unidas, conforme discutido na seção 1.3, a tradução de documentos requer uma consideração cuidadosa do contexto situacional e pragmático em que os documentos são produzidos. Muitas vezes, nesses ambientes pluriculturais, é necessário adaptar o texto traduzido para garantir sua relevância e compreensão pelo público-alvo na língua-alvo, além de assegurar uma interpretação precisa das intenções comunicativas durante as negociações internacionais.

Nord (2018) cita Hans Josef Vermeer, linguista alemão, que caracteriza a tradução como uma ação humana que envolve uma interação intercultural deliberada, que é tanto interpessoal quanto parcialmente verbal, baseada em um texto-fonte (Vermeer, 1989, p. 173 *apud* Nord, 2018, p. 18). Segundo Nord (2018), Vermeer ainda discorre que a ação humana pode ser definida como “um comportamento intencional e significativo que ocorre em dada situação e é parte da situação ao mesmo tempo que modifica esta situação” (Vermeer, 1943, p. 49, *apud* Nord, 2018, p. 11, *tradução nossa*)¹¹. Quanto a isso, Nord acrescenta que:

Quando dizemos que a tradução é uma interação intencional, queremos dizer que, antes de tudo, ela tem como objetivo mudar um estado de coisas existente (mínimo, a incapacidade de certas pessoas se comunicarem entre si). Pode haver outras intenções de uma natureza mais estritamente comunicativa, como informar os destinatários-alvo sobre algo que o remetente do texto fonte tem a dizer (Nord, 2018, p. 19, *tradução nossa*)¹².

Diante disso, percebe-se que a tradução tende a modificar ou preservar alguma situação, uma vez que tem o poder de “provocar ou impedir uma mudança no mundo (na natureza)” (Von Wright, 1968, p. 38 *apud* Nord, 2018, p. 16, *tradução nossa*)¹³. A partir disso, a intencionalidade torna-se um conceito fundamental para o modelo de análise textual funcionalista orientado para a tradução de Nord, já que se refere ao

¹¹ No original: “[...] An intentional, purposeful behavior that takes place in a given situation; it is part of the situation at the same time as it modifies the situation” (Vermeer, 1943, p. 49, *apud* Nord, 2018, p. 11).

¹² No original: “When we say translation is an intentional interaction we mean it is first and foremost *intended* to change an existing state of affairs (minimally, the inability of certain people to communicate with each other). There may be further intentions of a more strictly communicative nature, such as to inform the target addressees about something the source-text sender has to say.” (Nord, 2018, p. 19).

¹³ No original: “[...]intentionally (at will) bringing about or preventing a change in the world (in nature)” (Von-Wright, 1968, p. 38 *apud* Nord, 2018, p. 16).

“interesse concreto que determinou a produção textual”, que deve ser considerado pelo (a) tradutor (a) ao realizar uma tradução (Nord, 2016, p. 200).

Nord destaca a importância de compreender as intenções comunicativas do emissor (a) em relação ao texto-fonte para que se garanta uma tradução que respeite essas intenções e transmita eficazmente a mensagem original para o público-alvo na língua e cultura-alvo. Para a referida autora (2016), a intencionalidade não se limita apenas às intenções explícitas do (a) emissor (a), mas também abrange as expectativas do (a) emissor (a) em relação à resposta do (a) leitor (a), o contexto de produção e de recepção do texto e os efeitos pretendidos sobre o público-alvo.

Diante dessas discussões, a tradução proposta neste trabalho adota como arcabouço teórico-metodológico a análise textual funcionalista voltada à tradução sugerida por Christiane Nord (2016). Diferentemente das visões mais tradicionais que se concentram na equivalência lexical ou gramatical entre as línguas do texto de origem e do de chegada, a abordagem funcionalista focaliza na função comunicativa pretendida/exigida pela tradução (Zipser; Polchlopek, 2008, p.61).

Nas teorias tradicionais de tradução, a equivalência lexical é geralmente enfatizada (Zipser; Polchlopek, 2008). Há uma tentativa de encontrar palavras ou expressões na língua-alvo que correspondam o mais próximo possível às palavras ou expressões na língua-fonte em termos de significado (Zipser; Polchlopek, 2008, p.60). Por outro lado, na abordagem funcionalista da tradução, é mais relevante que o (a) tradutor (a) considere não apenas o significado das palavras ou expressões e as suas estruturas, mas também o contexto comunicativo, a função do texto na língua-fonte e língua-alvo, principalmente, e a intenção comunicativa do (a) autor (a)/ emissor (a) (Nord, 2016).

Diante disso, a análise textual funcionalista proposta por Nord destaca a necessidade de uma abordagem que leve em consideração os elementos externos e internos específicos dos textos analisados, assim como o propósito comunicativo do texto-alvo. Neste cenário, o modelo de análise textual orientado para a tradução de Nord (2016) funciona como um guia, ajudando tradutores (as) a entenderem os elementos e características do texto-fonte e a escolherem métodos tradutórios que permitam cumprir com a função esperada pela tradução.

3.2 ANÁLISE TEXTUAL ORIENTADA PARA A TRADUÇÃO

Na década de 1970, a abordagem funcional nos Estudos da Tradução surgiu como um novo entendimento em relação às visões formalistas, através dos conceitos de autores, como Katharina Reiss, Hans Vermeer e Christiane Nord (Zipser; Polchlopek, 2008, p.57-60). Nessa nova visão, a tradução direciona-se para a interação e a comunicação com o (a) leitor (a) da cultura-alvo (Zipser; Polchlopek, 2008, p.59).

Anteriormente, a tradução era vista principalmente como uma transferência lexical, entretanto, em 1984, Vermeer, por meio da sua teoria do *skopos*, sugeriu que o processo tradutório devia ser guiado pela função ou finalidade que o texto-alvo deveria cumprir dentro de um novo contexto comunicativo e situacional (Nord, 2016, p.22; Zipser; Polchlopek, 2008). Mais tarde, Nord, influenciada por Vermeer, elaborou um modelo de análise textual orientado para a tradução que se concentra na comparação das funções e das características textuais, de modo a auxiliar o (a) tradutor (a) a realizar processos tradutórios mais pertinentes em relação ao objetivo almejado ou demandado pela tradução (Nord, 2016, p.50).

Segundo Nord (2016, p.61), os textos devem ser funcionais para o (a) leitor (a) -alvo no que diz respeito a situação do texto-alvo. Assim, Nord descreve um modelo de análise textual orientado para a tradução que inclui a observância de uma série de elementos textuais externos e internos do texto-fonte para que o (a) tradutor (a) construa um instrumento de comunicação funcional na cultura-alvo.

A análise proposta por Nord (2016) abrange tanto fatores extratextuais quanto intratextuais. Enquanto os fatores extratextuais referem-se ao contexto de produção e de uso do texto, incluindo elementos como, por exemplo, a intenção do (a) emissor (a), os fatores intratextuais dizem respeito aos elementos linguísticos do próprio texto e podem ser apontados durante interpretação do texto.

De acordo com Nord (2016, p.74), durante o processo de tradução, podem ser observadas os seguintes questionamentos propostos, as quais estão associadas aos fatores intratextuais e extratextuais, respectivamente:

Quadro 4 - Exemplificação das questões propostas por Nord (2016)

Quem transmite	Sobre qual assunto ele diz
Para quê	O quê

Para quem	(o que não)
Por qual meio	Em qual ordem
Em qual lugar	Usando quais elementos não verbais
Quando	Com quais palavras
Por quê	Em quais orações
Com qual função	Com qual tom

Fonte: Nord (2016, p.74) e Coutinho (2021, p.19)

Neste trabalho, foram respondidas adiante as questões acima, de forma que se utilizou o modelo de análise textual orientado para a tradução proposto pela autora (2016) para analisar textualmente internamente e externamente os elementos presentes no manual *GM-SVPA*.

De modo a entender a função do texto-fonte na cultura-fonte e contrastá-la com a função que o (a) tradutor (a) precisa/gostaria de atingir com a tradução no novo contexto cultural, o (a) tradutor (a) aplica esse modelo de análise que leva em conta tanto os aspectos internos do texto quanto os externos e identifica quais partes do texto-fonte devem ser “conservadas” ou “adaptadas” para que a tradução cumpra a função pretendida no novo contexto (Nord, 2016, p.50).

A seguir, será abordada mais detalhadamente os conceitos dessa análise conforme discutido por Nord (2016) e que posteriormente serão aplicados à análise do manual *GM-SVPA*.

3.3 FATORES EXTRATEXTUAIS

Os fatores extratextuais estão relacionados aos aspectos externos ao próprio texto. Esses fatores vão além das palavras e das estruturas linguísticas e incluem aspectos como o contexto cultural, a circunstância de produção do texto e as expectativas do público. Tais fatores, que podem ser determinados antes da leitura textual (Nord, 2016, p.75), impactam a interpretação e a tradução de um texto, pois eles ajudam o (a) tradutor (a) a compreender o que está sendo dito, as razões subjacentes à produção e os contextos de produção do texto-fonte e do texto-alvo.

3.3.1 Emissor/Produtor

Segundo Nord (2016), em certos textos, o (a) emissor (a) e o (a) produtor (a) podem ser a mesma pessoa; no entanto, em muitas produções esses papéis podem ser desempenhados por indivíduos diferentes. Diante de uma possível diferença, a autora (2016, p.84) distingue essas duas figuras, indicando que a primeira é a “pessoa ou instituição” que utiliza um texto para um determinado propósito e para um determinado efeito, enquanto a segunda é o (a) autor (a) do texto, que segue as orientações estabelecidas pelo (a) emissor (a) ao produzir o texto.

O emissor é a pessoa ou entidade responsável pela transmissão do texto, e suas preferências, habilidades linguísticas, comunicativas e intenções podem influenciar tanto a produção do conteúdo quanto a forma do texto (Nord, 2016, p.92-96). Ao desenvolver um texto, essa figura tem como objetivo de comunicar uma mensagem específica e provocar um determinado impacto desejado em um (a) receptor (a) (Nord, 2016, p.84).

Nord discorre sobre a figura do (a) tradutor (a) dentro das relações entre emissor (a) e produtor (a). Segundo Nord, o (a) tradutor (a) não atua como o (a) emissor (a) do texto-alvo, mas como um (a) criador (a) desse texto que observa a intenção do (a) emissor (a) do texto-fonte e elabora um texto-alvo adaptado à nova situação comunicativa, com base na mensagem presente na cultura- fonte (Nord, 2016, p. 33).

Desse modo, percebe-se a centralidade desse profissional no processo de transposição de mensagens entre idiomas e contextos culturais diversos. O tradutor trata-se de um “mediador linguístico-cultural das duas línguas envolvidas na tradução” (Sekino, 2007, p.5), sendo responsável por realizar a adaptação entre sistemas linguísticos diferentes.

É nesse contexto que a pesquisadora espanhola Hurtado Albir (2001, p. 41, *tradução nossa*) delimita o conceito de tradução como sendo um “processo interpretativo e comunicativo que consiste na reformulação de um texto através de outra língua que se desenvolve em um contexto social e com uma determinada finalidade”.¹⁴ Em outras palavras, conforme exposto por Vermeer, a tradução é, em

¹⁴No original: “[...] definir la traducción como un proceso interpretativo y comunicativo consistente en la reformulación de un texto con los medios de otra lengua que se desarrolla en un contexto social y con una finalidad determinada” (Hurtado Albir, 2001, p. 41)

essência, a criação de um texto-alvo voltado para um propósito específico dentro de um contexto-alvo particular e com destino um público-alvo particular, a partir de um texto original previamente produzido. (Vermeer, 1992, p. 45)

Com base nos conceitos discutidos por Nord (2016), Albir (2001), Arrojo (2003; 2007) e Vermeer (1992; 1989) sobre a tradução, é importante não enxergar o (a) tradutor (a) apenas como um elemento receptor (a) de um texto, mas sim como um (a) produtor (a) ativo (a) de um mesmo texto em outra língua e cultura. Esse reconhecimento implica que o (a) tradutor (a) seja o responsável por interpretar um texto-fonte ao realizar uma tradução, tomando decisões que irão impactar no conteúdo, estilo e forma do texto-alvo.

Diante disso, neste trabalho, adota-se a ideia de que a figura do (a) tradutor (a) é “produtora ativa de significados” (Arrojo, 2007, p.79), que influencia diretamente no processo de produção de texto-fonte. Essa posição decorre do entendimento de que “cada leitor/tradutor realiza uma leitura, uma interpretação, fruto de suas interrelações com outros textos” (Piucco, 2008, p.179).

Dessa maneira, rejeita-se a concepção de que o processo tradutório seja a “substituição ou transferência direta de significados estáveis de um texto para outro e de uma língua para outra” (Arrojo, 2003, p.100). Neste trabalho, compreende-se, portanto, a tradução como a “produção ativa de um texto que se assemelha ao original, mas que mesmo assim o transforma e que sofre intervenção ativa do tradutor” (Venuti, 1995, p.112 *apud* Piucco, 2008, p.179).

Em *As (in) fidelidades da tradução: servidões e autonomia do tradutor*, por exemplo, o linguista e tradutor naturalizado brasileiro Francis Aubert (1993) apresenta um esquema comunicativo/tradutório que diferencia o emissor 1 (emissor (a) original/ autor (a) do texto produzido) do emissor 2 (emissor (a) - tradutor (a) / tradutor (a) durante o ato tradutório). Segundo o autor, o (a) tradutor (a) o papel de um segundo emissor (a), conforme discutido abaixo:

Ao assumir, porém, o papel de Emissor2, o tradutor vê-se diante de outras contingências. Estabelece, direta ou indiretamente, uma relação comunicativa com os receptores. Consciente ou subconscientemente, tenderá a levar em conta que as condições de recepção dos destinatários da tradução são ao menos parcialmente distintas das condições de recepção vivenciadas por ele, tradutor. Negocia significados e sentidos não mais apenas com o texto original e com o constructo mental que corresponde à sua visão do autor original do texto, mas com outro constructo mental, o de sua visão, unitária ou multifacetada, do conjunto de receptores da tradução

que empreenderá do texto, ou, mais precisamente, do novo texto que substituirá o primeiro, na recepção do(s) seu(s) público(s)-alvo. É outra, portanto, a situação comunicativa, são outras as relações intersubjetivas e, assim, necessariamente será outra a abordagem do texto no decorrer da execução do ato tradutório (Aubert, 1993, p.27)

Nesse contexto, o termo "emissor-tradutor", conforme definido por Aubert (1993), refere-se ao papel do (a) tradutor (a) em ajustar os recursos e realizar escolhas tradutórias eficazes para que o texto-alvo atenda às expectativas dos leitores em relação ao texto-alvo. O (A) tradutor (a), então, não está apenas lidando com o texto original e suas possíveis interpretações, mas também considerando o que os leitores do texto traduzido esperam ao receber aquele determinado texto. Por isso, o (a) tradutor (a) deve escolher a abordagem de tradução mais adequada, levando em conta o contexto de cada texto e procurando termos que se ajustem bem à língua e à cultura de destino (Nord, 2016).

3.3.2 Intenção

O conceito de intenção na tradução é parte integrante do processo de compreensão do texto-fonte e de tomada de decisões por parte do (a) tradutor (a). Ao produzir um texto, o (a) emissor (a) tem em mente uma determinada intenção a ser alcançada, de modo que busca atingir um propósito e efeito específico com o texto (Nord, 2016, p.91). Segundo Nord (2016, p.62), “espera-se do tradutor que não falsifique a intenção do autor”.

Conforme discutido por Nord (2016), a intenção do (a) emissor (a) é determinante para a seleção dos métodos de produção de um texto e tem um impacto significativo na função textual que ele exercerá. A autora (2016, p.94) discorre que o (a) tradutor (a), ao captar a intenção dessa figura (referencial, expressiva, apelativa ou fática), se utiliza dela e cria um outro instrumento de comunicação, o texto-alvo direcionado para a cultura-alvo, ou também um texto que é direcionado para a cultura-alvo, porém é produzido a partir de uma mensagem da cultura-fonte (Nord, 2016, p.33).

Entender a intenção definida pelo ponto de vista do emissor é particularmente importante para que o (a) tradutor (a) entenda a organização textual em relação ao conteúdo e à forma (Nord, 2016, p.92). A partir da análise da estrutura organizacional

específica de um texto, por exemplo, pode-se determinar seu gênero e orientar os (as) receptores (as) sobre como devem empregar o texto (Nord, 2016, p.93).

3.3.3 Público

Quando aborda o elemento “público”, Nord faz referência a Reiss e Vermeer, que defendem a essencialidade de se considerar informações sobre o público, como o cenário social e cultural que estão inseridos, as suas projeções em relação à recepção do texto, a capacidade de ser influenciado, entre outros aspectos (Reiss e Vermeer, 1984, p. 101 *apud* Nord, 2016, p.30). Como destacado na discussão sobre o (a) emissor (a), presente na seção 3.3.1, o (a) tradutor (a), que é parte produtora do texto-alvo, precisa selecionar os recursos tradutórios e tomar decisões eficazes para que o texto-alvo atenda às expectativas dos (as) leitores da cultura-alvo.

De acordo com Nord (2016), um texto é considerado um meio de comunicação temporário até que ocorra sua recepção por parte de um (a) receptor (a). Em outras palavras, enquanto resultado da intenção do autor, o texto, como instrumento de comunicação, permanece temporário até que o (a) receptor (a) o interprete na situação de recepção para que se finalize o processo comunicativo e estabeleça a sua função textual (Nord, 2016, p. 42).

No contexto de recepção, Nord (2016, p. 99) distingue dois tipos de leitores: o “público destinatário” e o “receptor eventual”. O primeiro é aquele que o (a) emissor (a) tem em mente ao criar o texto, enquanto o (a) receptor (a) ocasional é qualquer pessoa que possa ter acesso ao material. Como o (a) receptor (a) do texto traduzido é distinto do (a) receptor (a) do texto-fonte, o (a) tradutor (a) deve considerar não apenas as particularidades dos leitores para os quais o texto-fonte foi escrito, mas também as dos destinatários da tradução, “cujas expectativas irão influenciar a organização estilística do texto-alvo” (Nord, 2016, p.103).

Segundo a autora, após reunir os conhecimentos acerca do (a) receptor (a) destinatário do texto-alvo, o (a) tradutor (a) pode, então, entender o perfil desse (a) receptor (a). Particularidades desses indivíduos como idade, gênero, nível de educação, contexto social, região de origem, posição social e o papel que esse receptor desempenha em relação ao emissor poderão ser analisados (Nord, 2016, p. 100).

3.3.4 Meio

Todo texto circula por um meio, ou canal, no qual é veiculado e recebido pelos receptores (as)- alvos ou eventuais. Segundo Nord, os aspectos relacionados ao meio englobam a percepção do texto, a retenção de informações e as suposições envolvidas na comunicação entre partes (Nord, 2016, p. 106). Assim, avaliar, por exemplo, “se o texto está sendo transmitido em um ato de comunicação face a face ou por escrito” (Nord, 2016, p.104), é uma consideração importante na tradução, pois influencia a forma como o texto é percebido, armazenado e interpretado pelos (as) receptores (as).

Em materiais escritos, como o GM-SVPA, a transmissão de informações é realizada predominantemente através das palavras, o que geralmente resulta em um tom mais formal do que na interação verbal. Na fala, elementos não verbais como a entonação transmitem sutilezas e intenções comunicativas, enquanto nos textos escritos, essas nuances podem ser transmitidas principalmente pela escolha de palavras, organização das frases e uso de recursos visuais, como o itálico e o negrito.

Os textos podem ser disponibilizados em formatos diversos, como *websites* e redes sociais. Esses meios variados ampliam o alcance e a acessibilidade às informações. Ao facilitar o acesso rápido por leitores (as) em diferentes plataformas, a consulta e aplicação das informações tornam-se mais efetivas e reconhecidas.

Desse modo, compreender o meio é primordial para ajudar o (a) tradutor (a) a captar com precisão o significado original do texto. Conforme discutido e refletido, a tradução não abrange apenas a reflexão de itens lexicais textuais, mas também envolve análise do meio da transmissão efetivo de uma determinada mensagem para que ela seja relevante e eficaz para o novo público-alvo.

3.3.5 Lugar e tempo

Ao considerar tanto o contexto espacial quanto o temporal, os (as) tradutores (as) podem produzir traduções que transmitam o mesmo significado e intenção do texto-fonte e que sejam cultural e temporalmente apropriadas para o público-alvo. Nord (2016) ressalta que é fundamental que os (as) tradutores (as) analisem o contexto cultural do texto-fonte, que inclui fatores como a localização geográfica, variações culturais e linguísticas que moldam o texto, entre outros.

Nord discorre sobre a influência dos aspectos espaciais e temporais na tradução. Segundo Nord (2016, p.114), o contexto espacial não se limita apenas ao local de criação do texto, mas também envolve o local onde o texto é interpretado. O fator temporal, segundo a autora, se refere ao cenário histórico e cronológico no qual o texto foi desenvolvido. É preciso se atentar a esses fatores para que se produza uma tradução que seja espacialmente e temporalmente relevante e compreensível para o público-alvo, a fim de evitar interpretações inadequadas.

Ao considerar o tempo e o lugar de elaboração e de interpretação de um texto, os (as) tradutores (as) consideram as condições políticas, culturais e sociais que influenciaram, por exemplo, o texto-fonte, bem como as mudanças linguísticas observadas ao longo do tempo. Pensar na temporalidade de um texto também é relevante para garantir que a tradução seja acessível ao novo público, de modo que se atualize ou não as referências históricas, temporais ou culturais, conforme necessário.

3.3.6 Motivo

Ao entender o motivo por trás do texto-fonte, o (a) tradutor (a) compreende a justificativa da elaboração de um determinado texto. Segundo Nord (2016, p. 125-127), entender a intenção por trás de um texto envolve perceber os determinantes que levaram o (a) autor (a) a escrever de determinada forma, a delimitar a mensagem que ele ou ela desejava comunicar e a definir o impacto textual no público.

Nord (2016, p. 128) ressalta que a compreensão do motivo é importante para o (a) tradutor (a), pois ele/ ela deve avaliar as motivações que levaram a produção do texto-fonte em comparação com as do texto-alvo, avaliando as possíveis mudanças e preservações desses motivos, que impactarão as escolhas feitas durante toda a tradução. Analisar as motivações permite que o (a) tradutor (a) não atue contrariamente à intenção do (a) emissor (a) do texto-fonte (Nord, 2016, p.93).

O entendimento desse elemento não compreende apenas o entendimento da motivação da produção do texto, mas também o contexto de sua produção (Nord, 2016, p. 126). Além disso, esse fator pode influenciar estruturas internas ao texto, como conteúdo, aspectos de entonação e de ritmo, o léxico e a sintaxe, além disso, pode sinalizar determinadas características típicas do texto e ajudar a moldar as expectativas do (a) receptor (a) (Nord, 2016, p. 127).

O motivo é frequentemente identificado erroneamente como a intenção de um texto. Nesse sentido, é necessário diferenciar os dois. A intenção, conforme a Nord, refere-se ao objetivo que o (a) autor (a) busca alcançar ao escrever, como informar, persuadir, expressar sentimentos ou cumprir uma finalidade comunicativa específica. Assim, a intenção abrange os propósitos que orientam a criação do texto.

O motivo diz respeito à razão subjacente à elaboração do texto (Nord, 2016, p. 125), que envolve não apenas à razão de produção, mas engloba os fatores que levaram o (a) autor (a) a escrever o texto, como as necessidades de comunicação, o contexto social ou cultural, e as expectativas do público, entre outros aspectos.

Assim, enquanto a intenção se concentra no objetivo ou propósito (Zipser; Polchlopek, 2008, p.61) pretendido pelo (a) autor (a) ao elaborar o texto, o motivo abrange fatores mais amplos que motivaram a criação de um texto. Entender esses dois conceitos tão importantes na abordagem funcionalista da tradução é fundamental, pois eles ajudam o (a) tradutor (a) a compreender não apenas o que está claramente expresso no texto-fonte, mas também os contextos e as intenções que podem estar implícitas nele.

3.3.7 Função

De acordo com a abordagem funcionalista da tradução, a tradução deve ser moldada em função do *skopos* do texto-alvo, que é determinado pelo contexto em que o texto-alvo serve como instrumento de comunicação. Segundo Nord (2016, p.130), a função se origina da “configuração específica de fatores extratextuais”, como o papel do (a) autor (a), sua intenção, o público-alvo e suas expectativas, o meio, os contextos espaciais e temporais, o motivo.

Segundo Nord, (o) tradutor (a) deve examinar a função do texto-fonte na cultura-fonte para decidir e identificar a (s) provável (is) função (ões) do texto-alvo na cultura-alvo (Nord, 2016, p.133). A partir disso, (o) tradutor (a) pode determinar quais os componentes do texto-fonte serão conservados e quais serão modificados durante o processo tradutório. A análise da função do texto-fonte é importante é possível identificar aspectos cruciais para a tradução, assegurando que o texto-alvo seja funcional na cultura-alvo, sem comprometer o princípio de lealdade que o (a) tradutor deve observar (Nord, 2016, p.297).

Baseada nos modelos Bühler e Jakobson, Nord (2016, p. 82- 83) discorre sobre quatro funções comunicativas elementares: referencial, expressiva, conativa ou apelativa, e fática. A autora (2016, p.82) explica que essas funções estruturam eventuais questões relacionadas aos elementos circunstanciais e impactam a constituição do “mundo” de um texto.

Segundo a teórica (2016), na primeira função, os elementos mais importantes são o interlocutor ou a situação situacional que o texto se insere. A segunda função envolve a expressão de sentimentos e emoções do (a) emissor (a). A terceira função visa influenciar o (a) receptor (a), com o intuito de levá-lo (a) a ação. Por último, a função fática tem como objetivo iniciar, sustentar ou finalizar a comunicação entre os interlocutores (Jakobson, 1960, p. 355 *apud* Nord, 2016, p.82).

Nord ainda afirma que ao analisar a (s) função (ões) do texto-fonte e o texto-alvo, é crucial que o (a) tradutor (a) avalie a relação entre esses dois textos, para que ele/ela decida as estratégias utilizadas, assim como métodos tradutórios. Nesse contexto, Nord (2016, p.134) distingue duas modalidades de tradução: a tradução-documento e a tradução-instrumento.

Na tradução-instrumento, o (a) tradutor (a) foca no texto-alvo e adapta o conteúdo para atender às expectativas e necessidades do público-alvo, levando em consideração o novo contexto cultural, linguístico e social. Por outro lado, na tradução-documento, o (a) tradutor (a) foca no texto-fonte. A ênfase está na reprodução fiel do conteúdo e do estilo do texto-fonte, sem atentar-se às demandas ou ao perfil do público-alvo do texto-alvo.

Desse modo, percebe-se que essas duas abordagens têm implicações diferentes no processo de tradução. Enquanto, a tradução-instrumento permite maiores adaptações (expansões ou reduções) por parte do (a) tradutor (a) para que o texto seja mais compreensível e relevante para o novo público, a tradução-documento confere uma maior rigidez em relação à manutenção das características do texto-fonte.

Em uma tradução instrumental, segundo Nord (2016), a intenção do(a) emissor(a) não deve se restringir apenas aos(as) receptores(as) da cultura-fonte, mas também deve abranger os(as) receptores(as) da cultura-alvo (Nord, 2016, p. 135). Dessa forma, nesse tipo de tradução busca-se garantir a produção de um texto eficaz e facilmente compreensível para o novo público, enquanto se observa a essência e as intenções do texto-fonte.

3.4 FATORES INTRATEXTUAIS

Segundo Nord (2016, p.145), os fatores intratextuais dizem respeito aos elementos contidos no próprio texto e são moldados por elementos contextuais, como a local de origem do (a) emissor (a), o meio utilizado e as circunstâncias temporais e espaciais de criação do texto. Além disso, esses elementos intratextuais podem ser estabelecidos a partir das “convenções de gênero ou pela intenção comunicativa específica do emissor [...]” (Nord, 2016, p.145).

Nord propõem a análise de oito aspectos intratextuais: “assunto, conteúdo, pressuposições, estruturação, elementos não verbais, léxico, sintaxe e características suprasegmentais” (Nord, 2016, p.145). Um texto pode também apresentar, além das palavras, elementos não verbais, como “os elementos paralinguísticos da comunicação face a face (por exemplo, expressões faciais, gestos, qualidade da voz etc.) bem como os elementos não linguísticos pertencentes ao texto escrito (por exemplo, fotos, ilustrações, logos, fontes especiais de impressão etc.)” (Nord, 2016, p.190). No entanto, conforme argumenta a teórica, os componentes verbais, como o vocabulário específico, a construção das orações, aspectos prosódicos e de entonação são os aspectos cruciais na efetivação da comunicação da mensagem.

A teórica sugere que o(a) tradutor(a), atuando como um dos (as) potenciais receptores (as) do texto-fonte e como produtor (a) do texto-alvo deve inferir a intenção do(a) autor(a) ao elaborar o texto. Para isso, deve considerar tanto os elementos presentes no próprio texto quanto os fatores extratextuais que moldam a mensagem textual, aspectos anteriormente discutidos.

3.4.1 Assunto

O assunto refere-se à “informação ou conteúdo presente no texto que identificam o tema” (Woiciechowski, 2021, p.8). A reflexão “sobre o assunto revela, muitas vezes, informações sobre certos fatores extratextuais [...], quando estes não tiverem sido determinados por uma análise externa” (Nord, 2016, p. 154). Ademais, o assunto abordado pode influenciar na organização do texto e na seleção de palavras textuais empregadas (Nord, 2016, p.153).

Nord aponta uma série de justificativas que levam o (a) tradutor (a) analisar o assunto de um texto (Nord, 2016, p.152-153). Um primeiro motivo diz respeito à habilidade do(a) tradutor(a) em identificar a coerência de um texto, que pode ser percebida quando “um assunto domina consistentemente todo o texto” (Nord, 2016, p.152). Um outro fator diz respeito a necessidade de se considerar se um assunto está relacionado a uma realidade cultural particular, pois “pode indicar possíveis pressuposições e sua relevância para a tradução” (Nord, 2016, p.153). Outra razão é que se recomenda que o (a) tradutor (a) decida após a caracterização do tema se ele/ela detém “o conhecimento especializado (incluindo terminológico) exigido para compreensão e tradução do texto e/ou que tipo de pesquisa deverá ser realizada antes de traduzi-lo” (Nord, 2016, p.153). Ademais, a partir da investigação do assunto de um texto, pode-se entender a possibilidade de execução do processo tradutório de um determinado texto (Nord, 2016, p.153).

3.4.2 Conteúdo

A investigação do conteúdo textual é importante para um (a) tradutor (a), pois essa análise possibilita um maior conhecimento acerca do texto, permitindo que esse (a) profissional desenvolva uma maior habilidade linguística para traduzir o texto (Nord, 2016, p.161). O conteúdo abrange tudo o que é transmitido em um texto e se associa à forma como o texto remete elementos que pertencem a uma realidade que é externa à linguagem (Nord, 2016, p. 161).

Por estar manifestado no nível semântico das palavras e estruturas gramaticais (Nord, 2016, p. 161-164), a teórica sugere o uso da paráfrase e a análise das estruturas que formam a coesão de um texto para a investigação do conteúdo textual. A autora (2016, p.162) ainda recomenda que a investigação comece pelos elementos que unem as partes superficiais do texto, como elementos de ligação, que são essenciais para a percepção da estrutura e da lógica do texto, de maneira a facilitar uma interpretação do texto e uma tradução mais adequada.

A análise dos mecanismos de conexão nesse contexto se mostra, portanto, vital, pois ajuda a assegurar que a tradução mantenha a coerência e coesão presente no texto-fonte. Desse modo, os elementos que estabelecem a conexão e a coesão dos elementos lexicais do texto são fundamentais para que o (a) tradutor (a) reflita

sobre as relações lógicas e a fluidez presentes texto-fonte, ao mesmo tempo em que respeita as diferenças linguísticas entre as línguas envolvidas.

3.4.3 Pressuposições

Toda comunicação envolve suposições implícitas ou explícitas que permeiam o que é dito ou escrito. Essas pressuposições podem refletir crenças e conhecimentos, e sua identificação é fundamental para uma compreensão mais profunda da mensagem transmitida. Segundo Nord, há a ênfase na “pressuposição pragmática” que são pressuposições “implicitamente aceitas pelo falante que acredita acontecer o mesmo com o ouvinte” (Nord, 2016, p.170).

Nord esclarece que, por serem implícitas, as pressuposições não aparecem diretamente no texto (Nord, 2016, p.144), portanto, é importante que o(a) tradutor(a) leve em conta a familiaridade do conhecimento compartilhado entre o(a) emissor(a) e o(a) receptor(a) da mensagem. Assim, nesse contexto, surge a seguinte questão: o que o(a) emissor(a) presume que o(a) receptor(a) já sabe ou compreende?

A autora destaca que o(a) tradutor(a) precisa estar ciente de que muitas informações que são culturalmente conhecidas pelo(a) receptor(a) do texto-fonte podem não ser familiares e compreendidas pelo (a) receptor (a) do texto-alvo. Assim, o (a) tradutor (a) deve avaliar se é necessário ampliar ou condensar essas informações no texto-alvo para garantir a compreensão adequada (Nord, 2016, p.174).

Ao contrário do que afirma Nord sobre a não verbalização das pressuposições nos textos, o linguista britânico Norman Fairclough defende que existem “várias pistas formais na organização da superfície do texto” que podem levar às pressuposições (Fairclough, 2008, p.155). Assim, ao considerar as abordagens de ambos os teóricos, nota-se que o(a) tradutor(a) pode ou não encontrar pressuposições explicitamente apresentadas, dependendo do texto em questão.

3.4.4 Estruturação do texto

A estrutura de um texto se manifesta em dois níveis: na macroestrutura e na microestrutura. De acordo com Nord (2016, p.145), a macroestrutura de um texto abrange elementos como “capítulos e parágrafos”, enquanto a microestrutura focaliza

na análise das estruturas sintáticas e lexicais, bem como dos elementos de entonação e de ritmo das orações e frases (Nord, 2016, p.190).

A análise das estruturas macro e micro é fundamental para a análise textual orientada para o processo tradutório, segundo Nord, por diversas justificativas (Nord, 2016, p.179). Primeiramente, um texto pode incorporar vários subtextos externos, cada um com suas funções, o que requer que o(a) tradutor(a) adote abordagens diferentes. Além disso, as partes iniciais e finais de um texto têm papéis importantes na sua compreensão, justificando uma análise separada dessas seções. Adicionalmente, analisar a estrutura do texto pode revelar o tipo textual e a função textual, pois os tipos e os gêneros textuais possuem características específicas relacionadas às macros e microestruturas. Por fim, em textos mais complexos, a análise das microestruturas informacionais pode ajudar a identificar a informação central ou o tema do texto (Nord, 2016, p.179).

3.4.5 Elementos não verbais

Os elementos não verbais consistem em signos provenientes de códigos que não são linguísticos, como imagens, e são utilizados para enriquecer, esclarecer ambiguidades ou reforçar a comunicação no texto (Nord, 2016, p.190). Nord afirma que esses componentes funcionais são fundamentais, pois enriquecem a comunicação verbal e ajudam a transmitir significados de forma mais eficaz.

Os elementos não verbais referem-se aos aspectos paralinguísticos que ocorrem em interações face a face e aos componentes não linguísticos presentes em um texto, como ilustrações (Nord, 2016, p.190). Os elementos paralinguísticos incluem expressões faciais e gestos, enquanto os elementos não linguísticos se referem a imagens e logotipos que podem enriquecer o conteúdo do texto (Nord, 2016, p.190).

Para os (as) tradutores (as), entender e interpretar corretamente os elementos não verbais é fundamental para captar o significado completo de um texto. Isso inclui considerar como esses elementos contribuem para a intenção comunicativa do (a) autor (a) e como podem ser modificados ou preservados na língua-alvo. A tradução de tais elementos pode apresentar desafios, uma vez que o contexto situacional tradutório e as diferenças linguísticas e estruturais entre o texto-fonte e a língua-alvo podem afetar sua interpretação e eficácia.

3.4.6 Léxico

O conjunto de termos e palavras de uma língua, ou seja, seu léxico, é a base necessária para que uma comunicação efetivamente aconteça. A seleção de palavras de um texto está condicionada aos aspectos intratextuais e extratextuais (Nord, 2016, p.197). Na prática da tradução, a seleção cuidadosa das palavras é essencial para garantir que o significado e a intenção do texto-fonte sejam compreendidos e transmitidos de forma eficaz na língua-alvo.

Nord discute a chamada "intencionalidade semântica", termo que consiste na reflexão das "razões que induziram o autor a selecionar uma determinada informação dentre a quantidade infinita de informações possíveis para o texto" (Nord, 2016, p.202). Além disso, segundo a autora (2016), essa intencionalidade leva em conta também o impacto que a seleção de certas informações tem sobre o público.

Assim, o conceito de intencionalidade semântica abordado por Nord envolve tanto a escolha deliberada de palavras, estruturas e recursos linguísticos pelo(a) autor(a) para transmitir uma mensagem específica entre várias outras possibilidades, quanto a consideração sobre qual impacto que essa escolha causa sobre o(a) receptor(a).

3.4.7 Sintaxe

A sintaxe é fundamental para garantir que um texto seja lógico e consistente, pois a relação entre as frases e a ordem em que aparecem têm um grande impacto na leitura e interpretação textual. Fatores como a extensão da estrutura das frases, as relações entre as orações, entre outros, são aspectos sintáticos que devem ser considerados na análise textual orientada para a tradução (Nord, 2016, p. 362).

Entender a sintaxe de um texto permite investigar as diversas construções frasais presentes, possibilitando a análise das relações sintático-semânticas entre elas. Além disso, é possível observar como as frases se conectam através do uso de conectores, conjunções e advérbios. A análise dessas interações ajuda a compreender como a informação é organizada e apresentada no texto.

Nord (2016) cita na análise da disposição das orações dois tipos de relações sintáticas diferentes: a parataxe e a hipotaxe. A parataxe que consiste em uma

estrutura em que as orações ou frases são apresentadas de forma coordenada, muitas vezes sem o uso de conectivos (Menezes; Lopes, 2018). A hipotaxe, por outro lado, refere-se a estruturas em que as orações subordinadas estão relacionadas uma oração principal, estabelecendo uma relação de hierarquia entre elas (Menezes; Lopes, 2018).

De acordo com Nord (2016, p.209), a utilização de “orações hipotáticas” é com o objetivo de retratar situações complexas, permitindo uma distinção clara nos níveis de subordinação entre as orações, ao contrário do que acontece na parataxe (Menezes; Lopes, 2018).

Assim, a forma das orações, a disposição das orações principais e subordinadas, o comprimento das frases, o uso de conectores e elementos de coesão são elementos cruciais na análise textual orientada para a tradução (Nord, 2016, p. 362). Essa abordagem abrange tanto as estruturas sintáticas comuns a determinados gêneros/ tipos textuais quanto aquelas escolhidas para gerar um impacto específico no leitor por parte do (a) emissor (a).

3.4.8 Elementos suprasegmentais

Os elementos suprasegmentais incluem os componentes presentes na disposição de um texto que vão além dos “segmentos lexicais ou sintáticos, frases e parágrafos” (Nord, 2016, p.212). Segundo Nord (2016, p. 212), esses elementos contribuem para definir a estrutura “fonológica” textual e estão representados “por meios visuais como itálico, espaços, negritos, aspas, travessões e parênteses, entre outros”.

Ainda, conforme discutido por Nord, os aspectos suprasegmentais podem desempenhar diversas funções, incorporando detalhes ao texto (informação) e destacando ideias (ênfase). Além disso, esses elementos também podem ter uma função estilística, que, segundo Nord (2016, p.145), afetam o tom de uma obra.

O uso desses recursos visuais pode conferir entonações e ritmos de leituras específicos ao texto ou criar impressões particulares em determinados trechos no (a) leitor (a). Portanto, os elementos suprasegmentais são cruciais tanto na análise linguística quanto na tradução, pois ajudam a captar o significado explícito das palavras, bem como a intenção, o impacto estilístico e a organização textual do texto-fonte.

3.5 EFEITO

O conceito de "efeito" refere-se ao impacto que a tradução tem sobre o (a) receptor (a) final do texto traduzido. O (A) tradutor(a) pode pensar em possíveis efeitos que o texto traduzido terá sobre o público que o receberá, levando em conta que esse impacto pode ser igual ou diferente do efeito que o texto-fonte causa no público-fonte, dependendo do objetivo da tradução (Nord, 2016, p. 230).

Ao criar um texto, o (a) emissor (a) busca gerar uma determinada impressão em um (a) determinado (a) receptor (a). Esse elemento, conhecido como "efeito", distingue-se de outros dois aspectos importantes para a análise textual orientada para a tradução de Nord (2016), a intenção e a função comunicativa.

A intenção de um texto está relacionada a um determinado objetivo que o (a) autor/emissor (a) do texto-fonte busca atingir com uma produção textual. O efeito também parte da perspectiva do (a) autor/ emissor (a), que procura comunicar uma mensagem para alcançar uma reação específica. Entretanto, segundo Nord (2016), essa reação só pode ser conhecida após a interpretação do texto por parte do (a) interlocutor (a).

Por outro lado, a função de um texto é moldada externamente e é definida antes da interpretação do (a) interlocutor (a) (Nord, 2016, p.92). Nord salienta que tanto o efeito quanto a função podem ser preservados ou modificados na tradução, entretanto, em relação à intenção, o (a) tradutor (a) "não deve atuar contrariamente" a ela (Nord, 2016, p.93).

Ao considerar o efeito que o texto-alvo terá sobre o (a) público (a) da língua alvo, recomenda-se que o (a) tradutor (a) considere não apenas as estruturas linguísticas e os significados das palavras, mas também os contextos culturais, sociais e situacionais externos ao próprio texto, além das expectativas dos (as) leitores (as) na língua-alvo, pois, conforme pontuado em reflexões anteriores, a tradução não se limita à transposição de significados lexicais entre idiomas, mas também envolve adaptações ou preservações que visam atingir um impacto ou efeito, que pode ser ou não o mesmo do texto-fonte na nova cultura e no novo contexto linguístico (Nord, 2016).

3.6 OS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS TRADUTÓRIOS

Antes de analisar textualmente o manual traduzido com base nos conceitos de Nord (2016), é fundamental compreender os procedimentos técnicos tradutórios gerais utilizados nas decisões tradutórias finais. A discussão da tradução final será abordada nas seções seguintes, a fim de analisar certas decisões tradutórias presentes na versão final do manual, com base na análise textual apresentada por Nord (2016).

As decisões tradutórias adotadas durante o processo tradutório do *GM-SVPA* foram fundamentadas nos procedimentos técnicos de tradução presentes na obra de Heloísa Barbosa (1990) intitulada "Procedimentos Técnicos da Tradução: Uma nova proposta" (2020). A autora fundamenta sua análise nos procedimentos de tradução sugeridos por Vinay e Darbelnet (1977). Esses procedimentos vão desde a tradução palavra por palavra até a adaptação. Tais procedimentos orientaram as escolhas feitas na tradução do manual, garantindo uma abordagem tradutória consistente.

Na sua obra, Barbosa apresenta uma abordagem minuciosa e bem estruturada dos processos tradutórios, buscando a "recharacterização e recategorização" (Barbosa, 2020, p.11) de técnicas já existentes para facilitar sua aplicação pelos (as) tradutores (as), especialmente em contextos de línguas distintas, como o inglês e o português. Essa recategorização é importante para os (as) tradutores (as) que atuam principalmente no cenário brasileiro, fornecendo uma perspectiva valiosa que complementa os modelos tradicionais já existentes. Entre os procedimentos abordados pela autora (2020), alguns se destacam:

- **Transposição:** Há a alteração da classe gramatical de uma palavra (Barbosa, 2020, p.72).
- **Modulação:** Há a repressão de uma mensagem de uma língua-fonte a partir da estrutura linguística e cultural da língua-alvo (Barbosa, 2020, p.73).
- **Equivalência:** Busca-se termos ou expressões funcionalmente equivalentes, mas que não sejam traduções literais (Barbosa, 2020, p. 74).
- **Adaptação:** Realiza-se a adaptação cultural de elementos que não existem "na realidade extralinguística" do texto-alvo, para sejam compreensíveis no novo contexto sociocultural (Barbosa, 2020, p.84).
- **Explicação:** É a técnica em que o(a) tradutor(a) recorre a uma explicação para remover os estrangeirismos do texto original (Barbosa, 2020, p. 83).

- **Compensação:** Técnica que compensa a perda de um “recurso estilístico” de uma parte do texto em outra parte do texto (Barbosa, 2020, p. 75).
- **Omissão:** Refere-se a não tradução de termos do texto-fonte considerados redundantes ou irrelevantes pelo (a) tradutor (a) (Barbosa, 2020, p. 75).

É preciso que os (as) tradutores (as) empreguem uma variedade desses procedimentos técnicos listados, conforme necessário, para manter a intenção presente no texto-fonte e a terminologia essencial do manual traduzido, ajustando-os às expectativas e normas linguísticas da língua-alvo e da cultura-alvo.

3.7 A FIGURA DO (A) TRADUTOR (A)

O (A) tradutor(a) exerce uma função crucial na comunicação internacional, atuando como ponte de transmissão de informações entre diferentes línguas e culturas (Trindade, 2003, p.182 *apud* Oliveira, 2017, p.353). A capacidade de lidar com sutilezas linguísticas e com diferentes contextos culturais, qualidades de um (a) tradutor (a), é vital para garantir que a tradução seja eficaz e que o conhecimento e as informações sejam transmitidos de compreensível para um novo público.

A tradução é um instrumento comunicativo (Nord, 2016). O pesquisador brasileiro Marcelo Greuel (1996) enfatiza que, na função de autor(a) da língua-alvo, o(a) tradutor(a) tem um papel fundamental na adaptação e transmissão da mensagem para o novo público, conforme exposto abaixo:

O primeiro tradutor é sempre o último leitor do texto original até então existente, visto que esse, após a tradução, deixa de ter uma manifestação única. Por outro lado, ele é também o primeiro leitor da nova expressão da obra. Nesse sentido ele passa a ser autor, porque uma característica essencial de ser autor é ser primeiro leitor da obra. O texto original muda pois, mediante a tradução, o seu estatuto. Passa, por vezes, até a substituir o original, como p.e., na tradução de *O mundo de Sofia [sic.]*, a partir da tradução alemã *Sophies Welt*. O tradutor é, portanto, o autor de uma nova forma, e como a forma dá o acesso ao conteúdo, autor de uma forma específica de abordagens do conteúdo expresso no original. (Greuel, 1996, p.35)

Silvânia Margarida (2011), outra pesquisadora brasileira, ressalta que durante a tradução, três figuras interagem dinamicamente, o(a) autor(a) do texto original, o(a)

leitor(a) do texto original, o(a) tradutor(a) como criador(a) do texto na língua-alvo e o(a) leitor(a) da língua-alvo, sendo que o (a) tradutor é influenciado (a) suas próprias experiências e entendimentos prévios e transmite isso durante o processo de tradução (Margarida, 2011; Nord, 2016, p. 95).

Dessa maneira, observa-se que a tradução é um instrumento de comunicação que carrega em si não só palavras, mas estruturas sociais, culturas, relações políticas e hierárquicas. Diante disso, a pesquisadora espanhola Olga Castro (2013) argumenta que existe uma relação direta entre poder, linguagem, ideologia e tradução, especialmente a partir de uma perspectiva de gênero. Para a autora, a tradução e a linguagem não são processos neutros, mas práticas que podem influenciar comportamentos e ideologias (Castro, 2013, p.5).

De acordo com a autora, a linguagem e a tradução têm o potencial de preservar ou contestar os sistemas de autoridade existentes (Castro, 2013, p.5). Dessa forma, o(a) tradutor(a) desempenha um papel crucial ao determinar como um texto será compreendido em outro idioma e outra cultura, tendo a capacidade de reforçar ou desafiar normas e valores estabelecidos.

3.8 FERRAMENTAS UTILIZADAS

A construção da tradução do manual *GM-SVPA* para o português presente neste trabalho foi feita através de diferentes recursos tecnológicos importantes. Essas ferramentas foram indispensáveis para que a tradução final focasse no contexto de uso frequente das estruturas do texto-alvo por parte do público-alvo definido para o manual.

Utilizou-se a ferramenta *Smartcat* que facilitou a coleta de termos técnicos da área das relações internacionais, do direito internacional e humanitário, além de outros termos relevantes. A partir dessa plataforma, foi construído um glossário que serviu de consulta durante a construção da tradução dos termos presentes no manual e que pode ser encontrado no Anexo A.

O software *AntConc* permitiu o agrupamento de textos encontrados e selecionados das áreas relacionadas ao tema presente no manual, como a área das relações internacionais e do direito, e a consequente formação de um corpus a partir desses textos. A escolha desses textos em português foi fundamental para embasar as decisões tradutórias que serão discutidas nos próximos capítulos. Entre os textos

selecionados estão: “Ação contra a Violência Sexual e de Gênero: Uma Estratégia Atualizada”, da Divisão de Proteção Internacional da ACNUR; “Desmobilização, desarmamento e reintegração”, de João Gomes Porto, pesquisador brasileiro, trabalho publicado na revista científica *Janus de Relações Internacionais*; “Diretrizes das Nações Unidas para uma mediação eficaz”, um documento da ONU traduzido como parte de um projeto da Unidade do Sul Global para Mediação em colaboração com o BRICS Policy Center; e “Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito”, de Paul van Zyl, professor na Universidade de Direito de Nova Iorque e vice-presidente do Centro Internacional de Justiça de Transição, publicado no site da Corte Interamericana de Direitos Humanos, entre outros.

É necessário pontuar que a disponibilidade de textos referentes à temática do manual em questão é escassa, o que tornou a procura por termos correspondentes na língua-alvo igualmente difícil. Devido a fatores como a especificidade, complexidade, e a falta de informações em relação à temática, os textos que discorrem sobre a violência sexual relacionada a conflitos são poucos, o que dificultou o trabalho tradutório. Diante disso, foram utilizados outros recursos para solucionar a escassez de fontes externas para o levantamento de terminologia, como o uso dos procedimentos tradutórios de Barbosa (2020).

Os dicionários online de língua inglesa (como *Cambridge Dictionary* e *The Free Dictionary*). e de língua portuguesa (como Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, Michaelis), além dos sites institucionais oficiais, como o site da ONU, da ACNUR e do Ministério das Relações Exteriores, foram outras fontes externas utilizadas de consulta e apoio.

CAPÍTULO 4

Neste capítulo, realiza-se a análise textual do manual *GM-SVPA*. A análise baseia-se nos princípios da análise textual orientada da tradução discutidos anteriormente e na análise textual orientada para a tradução proposta por Nord (2016). Essas abordagens orientaram diversas decisões tradutórias, que são detalhadas e comentadas nesta seção.

As discussões presentes nesta parte foram fundamentais para alcançar os objetivos deste trabalho: aumentar a conscientização sobre a violência sexual em contextos de conflito; promover um estudo mais detalhado sobre esse problema global, além de tornar acessível a tradução do manual em português aos órgãos e destinatários da familiarizados ou não com a temática da mediação.

4.1 ASPECTOS DA OBRA NUMA ABORDAGEM TRADUTÓRIA FUNCIONALISTA

A análise textual proposta neste trabalho abrange a interpretação de diversos elementos textuais, desde o conteúdo até a intenção comunicativa do texto-fonte. Esse exame do texto não considera não apenas os aspectos intratextuais do texto-fonte, mas também os aspectos pragmáticos, culturais e contextuais. Estes últimos elementos são elementos externos ao texto (fatores extratextuais) que também influenciam as decisões de tradução, assim como os elementos internos.

Neste trabalho, a tradução é guiada pela abordagem funcionalista proposta por Christiane Nord, que serve como estrutura teórica e metodológica adotada pelo presente estudo. Ao contrário das abordagens tradicionais que focavam durante o processo tradutório apenas na equivalência entre as línguas, a abordagem funcionalista foca na função comunicativa do texto-alvo (Zipser; Polchlopek, 2008). De acordo a perspectiva funcionalista, o foco recai sobre a função estabelecida ou requerida do texto traduzido (*skopos* do texto-alvo) (Nord, 2016, p.61).

Ao analisar o texto em questão e responder às questões propostas por Nord, mencionadas na seção 3.2, com base no modelo de análise textual orientado para a tradução formulado por Nord (2016) e no Projeto de Tradução elaborado por Lima (2021), apresenta-se abaixo o quadro da análise textual do texto-fonte e da tradução de *GM-SVPA*:

Quadro 5 - Análise textual do texto-fonte e da tradução de GM-SVPA

	Perfil do texto-fonte (TF)	Perfil do texto-alvo (TA)
Fatores extratextuais		
Emissor/ Produtor	Departamento de Assuntos Políticos das Nações Unidas	1- Departamento de Assuntos Políticos das Nações Unidas. 2- Tradutora
Intenção	1. Divulgar orientações para ajudar o (a) mediador (a) e sua equipe na abordagem da violência sexual relacionada a conflitos 2. Fornecer estratégias para incluir a questão da violência sexual nos acordos de cessar-fogo e de segurança e na elaboração de disposições para justiça e reparações pós-conflito.	1. Divulgar orientações para ajudar o (a) mediador (a) brasileiro (a) e sua equipe na abordagem da violência sexual relacionada a conflitos 2. Fornecer estratégias para incluir a questão da violência sexual nos acordos de cessar-fogo e de segurança e na elaboração de disposições para justiça e reparações pós-conflito.
Público	Os (As) mediadores (as) e sua equipe que familiarizados com a leitura de textos em inglês.	Os (As) mediadores (as) e sua equipe que familiarizados com a leitura de textos em português brasileiro
Meio	Site escrito em inglês da ONU	Site escrito em português da ONU
Lugar	Estados Unidos	Brasil
Tempo	2012	2024
Motivo	Para enfrentar a violência sexual em conflitos, mitigar os seus efeitos e promover uma maior atenção às questões de gênero, a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu, em 2007, a Ação da ONU contra a Violência Sexual em Conflito. Dentro desse Plano, em 2012, o Departamento de	No contexto brasileiro, a falta de um debate mais amplo e a escassez de informações sobre o enfrentamento da violência sexual em conflitos contribuem para a escolha da tradução do manual <i>GM-SVPA</i> como forma de promover a divulgação e o acesso a orientações sobre como abordar a violência

	Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz das Nações Unidas (DPPA) desenvolveu diretrizes direcionada aos (às) mediadores (as) sobre como abordar a violência sexual relacionada em conflitos em acordos de cessar-fogo e de paz.	sexual nos acordos de cessar-fogo e de paz, especialmente direcionadas ao público brasileiro
Função	<ul style="list-style-type: none"> - Informar sobre orientações práticas e educativas para mediadores (as) e suas equipes; - Instruir sobre como lidar com a violência sexual em conflitos - Servir como material didático para capacitar os (as) mediadores (as) com conhecimentos práticos - Função informativa, instrucional e didática. 	<ul style="list-style-type: none"> - Informar sobre orientações práticas e educativas para mediadores (as) e suas equipes; - Instruir sobre como lidar com a violência sexual em conflitos - Servir como material didático para capacitar os (as) mediadores (as) com conhecimentos práticos - Função informativa, instrucional e didática.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Lima (2021), Nord (2016), Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

	Perfil do texto-fonte (TF)	Perfil do texto-alvo (TA)
Fatores intratextuais		
Assunto	Como abordar a violência sexual relacionada a conflitos nos acordos de paz e cessar-fogo?	Como abordar a violência sexual relacionada a conflitos nos acordos de paz e cessar-fogo?
Conteúdo	Princípios, orientações e checklists	Princípios, orientações e checklists
Pressuposições	Receptores (as), enviados da ONU ou governos, sociedade	Receptores (as), enviados da ONU que tem o português

	civil, organizações regionais e não governamentais, trabalham na mediação de conflitos não familiarizados com as novas diretrizes da ONU para ajudá-los a abordar a violência sexual em conflitos em acordos de cessar-fogo e de paz.	brasileiro como língua materna ou governos, sociedade civil, organizações regionais e não governamentais brasileiras não estão familiarizados com as novas diretrizes da ONU para ajudá-los a abordar a violência sexual em conflitos em acordos de cessar-fogo e de paz.
Estruturação	<ul style="list-style-type: none"> - A estrutura do manual segue as normas editoriais do <i>United Nations Editorial Manual Online (2004)</i>; - Texto dividido em quatro partes, com títulos e subtítulos nas seções; - Presença de intratextos referenciando fontes externas de consultas. 	<ul style="list-style-type: none"> - A estrutura do manual segue as normas editoriais do <i>United Nations Editorial Manual Online (2004)</i>; - Texto dividido em quatro partes, com títulos e subtítulos nas seções; - Presença de intratextos referenciando fontes externas de consultas.
Elementos não verbais	Emblema das Nações Unidas	Ausência do emblema das Nações Unidas devido a texto-alvo não possuir um caráter oficial.
Léxico	<ul style="list-style-type: none"> - Linguagem instrucional e objetiva; - Presença de terminologia da área jurídica, das relações internacionais e termos padronizados utilizados dentro da organização internacional autora e emissora (ONU). 	<ul style="list-style-type: none"> - Linguagem instrucional, objetiva, com modificações e adequações ao português brasileiro, conforme a necessidade. - Presença de terminologia da área jurídica, das relações internacionais e termos padronizados utilizados dentro da organização internacional autora e emissora (ONU).
Sintaxe	Ordem direta (SVO) e presença de orações subordinadas e coordenadas.	Ordem direta (SVO) e presença de orações subordinadas e coordenadas.

Características suprasegmentais	Os elementos textuais estão destacados em negrito e itálico.	e
Efeito comunicativo		
Efeito	Efeito orientativo e informativo – Informa orientações para que os (as) mediadores (as) abordem a violência sexual em conflitos nos acordos de paz e cessar-fogo.	Efeito orientativo e informativo – Informa orientações para que os (as) mediadores (as) brasileiros abordem a violência sexual em conflitos nos acordos de paz e cessar-fogo.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Lima (2021), Nord (2016), Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

Esse quadro, desenvolvido a partir da análise textual orientada para a tradução proposta por Nord (2016) e com base em Lima (2021), permite uma análise geral dos aspectos intratextuais e extratextuais que foram levados em consideração ao examinar o texto-fonte, o manual *GM-SVPA*, e ao realizar a tradução para o português do manual. Neste modelo de análise textual orientado para a tradução, ressalta-se a relevância da visão funcionalista da tradução discutida Nord (2016), que enfatiza a importância da o princípio da funcionalidade do texto-alvo e da fidelidade do(a) tradutor(a) às relações éticas envolvidas no processo de tradução. Ao compreender esses elementos e adquirir um entendimento mais profundo sobre as características do texto-fonte e do texto-alvo, o(a) tradutor(a) pode fundamentar seu processo tradutório e torná-lo mais eficaz.

Nos próximos tópicos, a análise dos fatores extratextuais e intratextuais de *GM-SVPA* será realizada, assim como serão apresentados trechos da tradução realizada a fim de explicar algumas escolhas tradutórias.

4.2 FATORES EXTRATEXTUAIS

Compreender os fatores extratextuais permite ao (à) tradutor (a) fazer escolhas informadas em relação à preservação ou adaptação de elementos presentes no texto-fonte. Isso é especialmente importante em traduções de textos técnicos e

especializados, como em *GM-SVPA*, em que a precisão dos termos e a clareza das orientações são essenciais para garantir que as instruções e informações presentes no manual sejam corretamente compreendidas e aplicadas pelo seu público-alvo.

4.2.1 Emissor/Produtor

Nord, em sua abordagem funcionalista da tradução, destaca a importância do (a) emissor (a) e do (a) produtor (a) no processo de tradução. Do ponto de vista do (a) emissor (a), há sempre uma intenção e um efeito que motivaram a produção de um texto. Segundo a teórica (2016, p. 40), a intenção do(a) emissor(a) é crucial na definição dos métodos de criação do texto, como a escolha do tema e dos recursos estilísticos, além de ter um impacto considerável sobre a função que o texto assume.

Conforme discutido anteriormente, cada tradutor (a) é influenciado (a) por suas próprias experiências e por conhecimentos de outros textos (Margarida, 2011; Nord, 2016, p.95). Essas vivências e conhecimentos influenciam como o (a) tradutor (a) interpreta e recria o texto-fonte, moldando a forma como a mensagem é recebida pelo público-alvo na tradução final.

Nesse sentido, segundo Nord (2016, p.33), o (a) produtor (a) de um texto não é apenas a pessoa ou entidade que idealiza e produz o texto-fonte, mas também é o (a) próprio (a) tradutor (a), que produz um novo texto-fonte em outra situação comunicativa. O (A) tradutor (a), ao realizar a tradução, atua como um (a) espécie de mediador (a) entre a intenção e situação comunicativa do texto-fonte e o do texto-alvo.

No caso do texto-fonte e da tradução do manual *GM-SVPA*, de acordo com os conceitos de Nord (2016) e Aubert (1993), tanto a Organização das Nações Unidas (ONU) quanto a tradutora desempenham o papel de emissores e produtores. A ONU concebe e produz o texto-fonte, enquanto o (a) tradutor (a), ao adaptar o manual para um novo idioma e um novo contexto cultural, influencia como a mensagem é recebida e interpretada pelos (as) mediadores (as) brasileiros (as). Tal situação destaca a complexidade da tradução, onde a interação entre emissor (a), tradutor (a) e público-alvo é crucial para a eficácia da comunicação e para a consideração da intenção do texto-fonte.

4.2.2 Intenção

Como já mencionado, Nord destaca que a intenção do(a) emissor(a) é fundamental na tradução, pois é ela que orienta o propósito comunicativo do texto-fonte. O (A) emissor (a) pode ter propósitos distintos ao elaborar um texto, como informar (intenção referencial) ou convencer (intenção apelativa). Cada um desses objetivos distintos oferece ao(a) tradutor(a) uma compreensão distinta sobre a estrutura do texto-fonte.

GM-SVPA é um material de capacitação dos (as) mediadores (as), constituído de orientações sobre a maneira de se abordar a violência sexual em conflitos durante a mediação dos acordos de paz e cessar-fogo. O público-alvo inclui todos (as) mediadores (as) e suas equipes.

A intenção do manual, como observado no trecho presente no quadro abaixo, é, principalmente, fornecer orientação prática aos (às) mediadores (as) para que esses profissionais integrem a questão da violência sexual relacionada a conflitos nos acordos de cessar-fogo e de paz. O objetivo principal do texto-fonte é assegurar que a violência sexual, frequentemente usada como tática de guerra (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012, p.3), seja adequadamente durante os processos de mediação e nas fases anteriores e posteriores à assinatura dos acordos.

Quadro 6 - Exemplificação da intenção do texto-fonte e do texto-alvo

Texto-fonte	Texto-alvo
<p><i>This guidance offers advice to aid the mediator and his/her team in addressing a frequently used method and tactic of warfare: conflict-related sexual violence. It provides strategies for including this security and peacebuilding concern within ceasefire and security arrangements and in framing provisions for post-conflict justice and reparations.</i></p>	<p>Este manual oferece orientação para auxiliar o (a) mediador (a) e sua equipe a abordar um método e uma tática de guerra frequentemente utilizados: a violência sexual relacionada a conflitos. Ele fornece estratégias para incluir essa preocupação de segurança e de consolidação da paz nos arranjos de cessar-fogo e segurança, bem como elaborar disposições relativas à justiça e reparações pós-conflito.</p>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

Acima, observa-se que o documento busca garantir a proteção dos direitos das vítimas de violência sexual nos conflitos armados, assegurar a responsabilização dos agressores e ajudar a promover uma paz duradoura ao apresentar diretrizes claras sobre como prevenir e lidar com a violência sexual no contexto dos conflitos armados.

4.2.3 Público

Nord em sua leitura de Reiss e Vermeer (1984) discute a importância do (a) tradutor (a) refletir sobre as características dos destinatários dos textos durante o processo de tradução. Essa análise é importante, pois, conforme a autora, o texto traduzido deve ser funcional na cultura-alvo, ou seja, deve atender às expectativas e levar em consideração as particularidades culturais do público que o receberá.

Desse modo, Nord (2016, p.103) sugere que o (a) tradutor (a) observe as características do público do texto-fonte e do texto-alvo, de maneira a produzir uma tradução que favoreça a compreensão e a funcionalidade da mensagem no novo contexto cultural (Nord, 2016, p.30). Analisar o perfil desses públicos não apenas facilita a comunicação eficaz, mas também promove a aceitação e a recepção adequada do texto traduzido, tornando-o relevante e compreensível para o público pretendido.

Observa-se que o título do manual *GM-SVPA* (2012) se direciona a um público específico, o seu público de destino – os (as) mediadores (as), possivelmente falantes de inglês devido ao fato de que foi disponibilizado inicialmente em língua inglesa. No caso da tradução do manual para o português, o público-alvo seria os (as) mediadores (as) brasileiros (as) ou falantes de língua portuguesa.

Em seu título e ao longo do texto, o manual direciona-se apenas para os (as) mediadores (as) e sua equipe, público familiarizado com o tema “mediação”. Entretanto, o (a) tradutor (a) deve considerar também os (as) chamados receptores (as) eventuais, uma vez que o manual pode ser acessado por outros grupos interessados na temática, por exemplo, outros atores que podem estar envolvidos na mediação de conflitos, como governos, organizações regionais e não governamentais, a sociedade civil e entre outros.

4.2.4 Meio

Todo texto é divulgado através de um meio e por meio dele que atingirá a necessidade comunicativa esperada ou exigida por parte do (a) emissor (a)/ produtor (a). O canal influencia também as decisões tradutórias tomadas, pois determina como o texto será apresentado e consumido.

O *GM-SVPA* foi elaborado no formato do gênero textual “manual”, desse modo, de acordo com as características convencionais do gênero, a linguagem encontrada no texto caracteriza-se por ser concisa e clara. A objetividade e a precisão presentes na linguagem desse gênero permitem que os (as) leitores (as) compreendam facilmente as informações e instruções apresentadas no texto.

Além disso, o *GM-SVPA* é um material escrito, portanto, supõe-se que o documento tem um tom mais formal em comparação com um texto oral, uma vez que o texto passa por revisão e edição prévia. Essa objetividade e formalismo contribuem para a credibilidade e autoridade do conteúdo apresentado.

Adicionalmente, o manual é disponibilizado online, através do *website* da ONU¹⁵, o que amplia seu alcance e facilita o acesso de forma global às informações por parte dos mediadores (as). Essa rápida e fácil disponibilidade garante que as orientações possam ser consultadas rapidamente e aplicadas em diversos contextos de mediação e de resolução de conflitos.

4.2.5 Lugar e tempo

Para Nord, o período histórico e cronológico em que o texto foi escrito, influencia a linguagem e as referências culturais, enquanto o lugar reflete a cultura e as particularidades sociais por trás de um texto. Compreender esses aspectos ajuda o (a) tradutor (a) a captar nuances e significados específicos, garantindo que a tradução respeite e transmita os elementos contextuais temporais e locais de maneira eficaz no novo contexto cultural e temporal.

GM-SVPA foi produzido pelo Departamento de Assuntos Políticos da ONU, atual DPPA, com sede na sede da ONU em Nova York. Originalmente redigido em inglês, o texto se beneficia do status da língua inglesa como a principal língua falada globalmente, uma vez que é o idioma reconhecido internacionalmente e utilizado em comunicações internacionais, no estabelecimento de normas, legislações e orientações (Siqueira, 2015; Cunha, 2018).

Ao utilizar o inglês na escrita do manual e optar por divulgar o texto na internet, pressupõe-se que a ONU tem como objetivo atingir um amplo público internacional

¹⁵ Disponível em <<https://dppa.un.org/en/guidance-mediators-addressing-conflict-related-sexual-violence-ceasefire-and-peace-agreements>>

através das orientações do manual. Esse público inclui especificamente, como mencionado em seções anteriormente, os (as) mediadores (as) que trabalham com mediação na ONU e em outras instituições, além de possíveis leitores, como a sociedade civil ao redor do mundo.

Ao analisar as funções do departamento encarregado de elaborar o documento traduzido, percebe-se que o DPA, agora conhecido como DPPA, é responsável por monitorar os processos de mediação, de prevenção e de resolução de conflitos (Department of Political and Peacebuilding Affairs, [s.d]). Assim, torna-se claro que os objetivos do departamento estão sintetizados na produção de um manual que contém orientações aplicáveis em diversas regiões do mundo que enfrentam conflitos armados.

Refletir sobre essa universalidade do *GM-SVPA* levanta a questão fundamental sobre o contexto temporal e espacial de produção desse manual e, mais importante, sua concretização. Desde 2008, com a Resolução 1820, o Conselho de Segurança “reconhece a violência sexual como uma tática de guerra e uma questão de paz e segurança internacional, que exige uma resposta de segurança” (ONU Mulheres, 2023, p.1), que são questões primordiais para a organização, uma vez que a paz é uma das principais missões das Organizações das Nações Unidas. A introdução da Carta das Nações Unidas discorre de maneira clara e objetiva a missão e os objetivos da ONU, enfatizando o compromisso da instituição na promoção da paz e da segurança em nível internacional, assim como dos direitos humanos, conforme especificado abaixo:

NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS

a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do direito internacional possam ser mantidos, e a promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla (ONU, 2022, p.3).

O manual em questão apresenta diretrizes para incorporar a questão da violência sexual nos acordos de cessar-fogo e na sua monitorização, além de inserir

tal questão nos acordos de paz, a fim de que se garanta principalmente dois direitos essenciais, que são mencionados acima, os “direitos fundamentais do homem” e a “dignidade e o valor do ser humano”. Para assegurar esses princípios fundamentais, o manual orienta os (as) mediadores (as) a inserir a questão da violência sexual nas negociações internacionais de paz e de cessar-fogo e a buscar soluções duradouras e justas para eliminar as ocorrências de violência sexual nos conflitos (Reliefweb, 2012).

Margot Wallström, ex-Representante Especial do Secretário-Geral para a Violência Sexual em Conflitos, enfatizou em 2012 durante uma conferência de imprensa a importância das orientações presentes no manual *GM-SVPA* (2012). Wallström pontuou que o manual “repensa criticamente a forma como concebemos e implementamos acordos de cessar-fogo e de paz e fornece formas de elaborar acordos que vão além de simplesmente silenciar armas, mas parar táticas de terror, como o estupro” (ONU News, 2012, *tradução nossa*)¹⁶.

O manual foi publicado em janeiro de 2012, dois anos após a aprovação da Resolução 1960 (2010) pelo Conselho de Segurança da ONU, que destacou a importância de se adotar medidas apropriadas para enfrentar a violência sexual em situações de conflito armado (ONU, 2010). Em resposta a essa resolução, a equipe da Unidade de Apoio à Mediação na Divisão de Política e Mediação do Departamento de Assuntos Políticos (DPA), atual DPPA, produziu orientações destinadas a mediadores (as) sobre como abordar a violência sexual em acordos de cessar-fogo e paz.

Com um objetivo de ser um manual universal e aplicável aos conflitos em geral, a universalidade contextual e temporal, além da ausência de referências a locais específicos no manual refletem a natureza global do documento e a autoridade das Nações Unidas em lidar com questões de conflito e paz em uma escala internacional. Essas características demonstram o compromisso da ONU em promover diretrizes que sejam aplicáveis em diferentes contextos ao redor do mundo, sem restrições geográficas ou culturais que poderiam limitar sua utilidade. Essa abordagem ampla e inclusiva contribui para a relevância e eficácia do manual em alcançar seu objetivo de abordar a violência sexual em situações de conflito e paz em escala global.

¹⁶ No original: “It critically rethinks how we conceive and implement ceasefire and peace agreements. It provides ways of framing agreements that go beyond simply silencing guns – but stopping tactics of terror, such as rape” (ONU News, 2012).

Portanto, o manual *GM-SVPA*, espacialmente, direciona-se para as zonas de conflito, onde a violência sexual é frequentemente usada como tática de guerra (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012, p.3). Elaborado em 2012, o manual abrange todas as fases do ciclo de conflito, oferecendo orientações sobre a abordagem da violência sexual em cada fase. Assim, o texto adota uma abordagem abrangente, que considera tanto os momentos de ocorrência do conflito quanto o cenário posterior a ele.

4.2.6 Motivo

Compreender o motivo de um texto esclarece a intenção comunicativa do (a) autor (a) ao elaborá-lo. A justificativa da elaboração de um texto orienta o (a) tradutor (a) nas escolhas das estratégias tomadas em conformidade com o *skopos* da tradução, de modo a não desconsiderar à intenção do (a) emissor (a) do texto-fonte.

O *GM-SVPA* faz parte dos esforços da ONU para enfrentar a violência sexual em conflitos na chamada “Ação da ONU contra a Violência Sexual em Conflitos” (*UN Action*)¹⁷. O manual tem como principais metas enfrentar e amenizar os efeitos da violência sexual durante conflitos, além de promover um maior debate sobre as questões de gênero presentes nesses contextos.

Conforme discutido anteriormente, a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu, em 2007, a Ação da ONU contra a Violência Sexual em Conflito (ACNUR, 2011, p.12). Dentro dessa ação, em 2012, o Departamento de Assuntos Políticos (DPA), atual Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz das Nações Unidas (DPPA), desenvolveu o manual em questão para orientar os mediadores (as) da ONU sobre a abordagem da violência sexual em conflitos. O objetivo é fornecer a esse público conhecimento para que possam advogar por acordos internacionais a favor das vítimas e contribuir para o combate e prevenção do problema.

A ONU caracteriza a “violência sexual relacionada ao conflito” como “práticas que incluem estupro, escravidão sexual ou indução à prostituição, gravidez e aborto

¹⁷ Ver mais em <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Ação-contra-a-violência-sexual-e-de-gênero_ACNUR-2011.pdf>

forçados, esterilização, casamento e qualquer outra forma de violência sexual similar” (ONU News, 2021).

O manual GM-SVPA inicia reconhecendo a prevalência e a urgência da violência sexual em conflitos armados, enfatizando que essa prática infringe os direitos fundamentais das vítimas e contribui para o aumento das tensões em situações de conflito, conforme é pontuado na Resolução do Conselho de Segurança 1820 (2008), mencionada no documento. Além disso, destaca que, embora as mulheres e meninas são frequentemente alvos primários, homens e meninos são igualmente afetados (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012, p.3)

Nas páginas iniciais, a motivação da produção do manual é explicitamente revelada:

Ao tentar mediar acordos duradouros e abrangentes, o (a) mediador (a) e sua equipe enfrentam demandas significativas para incluir uma série de elementos. Este manual oferece orientação para auxiliar o (a) mediador (a) e sua equipe a abordar um método e uma tática frequentemente utilizados na guerra: a violência sexual relacionada ao conflito. Ele fornece estratégias para incluir essa preocupação de segurança e de consolidação da paz nos acordos de cessar-fogo e segurança, bem como elaborar disposições relativas à justiça e reparações pós-conflito. Este manual surgiu a partir de um Colóquio de Alto Nível das Nações Unidas sobre a Violência Sexual Relacionada ao Conflito e de uma estreita consulta com os (as) mediadores (as) eminentes, equipe de apoio à mediação e especialistas no assunto (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012, p.3, *tradução nossa*¹⁸).

Em relação a motivação do texto-alvo, primeiramente, é necessário ressaltar o contexto em que o Brasil se insere dentro da temática da violência sexual relacionada a conflitos. Observa-se que o Brasil está amplamente envolvido nas operações para a paz e de missões políticas da ONU, devido ao longo histórico de participação do país externamente nesses contextos (Ministério da Defesa, 2020; Ministério das Relações Exteriores, 2021).

¹⁸ No original: In attempting to broker durable and comprehensive agreements, the mediator and his/her team face significant demands to include a number of elements. This guidance offers advice to aid the mediator and his/her team in addressing a frequently used method and tactic of warfare: conflict-related sexual violence. It provides strategies for including this security and peacebuilding concern within ceasefire and security arrangements and in framing provisions for post-conflict justice and reparations. This guidance emerged from a United Nations¹ High-Level Colloquium on Conflict-Related Sexual Violence and close consultation with eminent mediators, mediation support staff and subject experts (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012, p.3).

Segundo o Ministério das Relações Exteriores (2021), o país possui um extenso histórico de participações em operações de paz e missões políticas especiais da ONU. De acordo com dados divulgados pelo Ministério (2021), ao longo dos últimos 70 anos, o país esteve envolvido em mais de 50 missões de manutenção da paz, com a contribuição de mais de 55 mil militares e policiais. O Brasil liderou a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) durante treze anos e a Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) durante quase uma década (Ministério das Relações Exteriores, 2021; Ministério das Relações Exteriores, 2022).

A participação externa do Brasil em operações de paz contrasta com a situação interna do país, onde a violência sexual pode se manifestar em contextos de conflitos internos, como em disputas por território. Embora não ocorra da mesma forma que nos cenários de guerra internacionais, no território brasileiro, a violência sexual também pode ser utilizada como uma forma de intimidação de comunidades e de controle territorial (Department of Political and Peacebuilding Affairs 2012, p.4).

A relevância de tratar essa forma de violência no Brasil é clara em diversos aspectos importantes, desde o efeito social direto sobre as populações mais vulneráveis até em relação à diminuição da confiança nas instituições. Esses fatores influenciam profundamente a sociedade e o desenvolvimento do país, de maneira que seja fundamental atribuir uma maior atenção a discussão dessa questão nos processos de resolução de conflitos e na promoção da paz, contribuindo para a proteção de indivíduos e a restauração da confiança nas instituições (Van Zyl, 2009).

Ao considerar o contexto social no ambiente nacional e internacional em que o Brasil está inserido, a tradutora, como produtora do texto-alvo, diante das reflexões de Nord (2016) e Aubert (1993), identificou a necessidade de se traduzir o manual selecionado como um recurso fundamental para facilitar o acesso por parte do público brasileiro, principalmente dos (as) mediadores (as) brasileiros (as), de orientações sobre a abordagem da violência sexual em acordos de cessar-fogo e paz. Essa motivação se torna ainda mais significativa diante da escassez de informações no contexto brasileiro sobre como tratar essa forma de violência em negociações de paz.

Desse modo, com base nas reflexões da pesquisadora Júlia Lima (2021) sobre a relevância da tradução na proteção de direitos, este trabalho propõem a utilização do recurso da tradução como meio de divulgação de informações para proteger e assegurar os direitos fundamentais das vítimas de violência sexual nos conflitos e na

mitigação dos seus danos no contexto brasileiro, uma vez que esse tipo de violência representa uma ameaça aos direitos fundamentais das vítimas, bem como à paz e à segurança de toda a sociedade, visto que a violência sexual não é apenas um problema regional, mas internacional.

Ao capacitar pessoas qualificadas através do manual traduzido neste estudo, de modo que abordem de maneira eficaz a violência sexual durante a assinatura de um acordo de paz ou de cessar-fogo, busca-se garantir legalmente os direitos humanos das vítimas, a proteção de civis (homens, mulheres e crianças), além de facilitar os processos de construção da paz.

4.2.7 Função

Nord aborda a função de um texto como um elemento que guia o processo tradutório. O (A) tradutor (a) é incentivado a examinar as funções do texto-fonte e do texto-alvo através do modelo de análise textual orientado para a tradução proposto por Nord e identificar quais elementos do texto-fonte podem ser “conservados” ou “adaptados” com base na função estabelecida ou demandada da tradução, de forma que a mensagem seja clara e eficaz no novo contexto cultural e linguístico (Nord, 2016, p.50). Essa abordagem não apenas garante a transferência de conteúdo, mas também observa a intenção do (a) emissor (a) do texto-fonte e assegura a funcionalidade da tradução na nova situação comunicativa (texto-alvo).

No contexto específico de *GM-SVPA*, o manual possui três funções: informativa, instrucional e didática. Além de divulgar orientações práticas e educativas para mediadores (as) e suas equipes, o manual visa instruir sobre como lidar com a violência sexual em conflitos, além de servir como material didático para capacitar os profissionais envolvidos nos processos de mediação.

O manual tem função didática no que sentido de oferecer instruções claras e diretas para mediadores (as) sobre como abordar a violência sexual relacionada ao conflito nos acordos internacionais, detalhando procedimentos específicos aplicados a esse contexto. Além de capacitar mediadores (as) com conhecimentos práticos, o manual também visa aumentar a conscientização sobre a gravidade e as implicações da violência sexual no contexto das guerras armadas.

Devido a função didática e orientativa da versão em português do *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace*

Agreements, os (as) leitores (as) da tradução devem compreender sem interferências as orientações presentes no manual em português para que sejam aplicadas de forma eficaz, da mesma forma como ocorre com os (as) leitores (as) do texto-fonte. Diante dessas funções, algumas escolhas tradutórias foram feitas pela tradutora, como explicações, que visaram uma melhor compreensão textual para o público-alvo brasileiro principal e aos receptores eventuais, conforme exemplificado abaixo.

Quadro 7 - Tradução do termo “humanitarian liaison”

Texto-fonte	Texto-alvo
12 <i>The mediation team could enlist the support of a <u>humanitarian liaison</u> in order to gather knowledge needed from the local level.</i>	12 A equipe de mediação poderia solicitar o apoio de um <u>Oficial de Ligação para ajuda humanitária</u> para obter o conhecimento necessário a nível local.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

O termo "Humanitarian Liaison Officer" (HLO, em inglês), encontrado em textos de língua inglesa que perpassam a área humanitária, refere-se a um cargo que integra o Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, em inglês). Conforme descrito pelo site *UNDP Careers*, a construção "humanitarian liaison" faz referência a uma pessoa ou ocupação encarregada de favorecer a comunicação e a coordenação entre diferentes grupos ou organizações envolvidas em operações humanitárias¹⁹. Essa figura funciona como elo de contato entre entidades e áreas em situações de conflito, uma vez que nesses contextos, ONGs, organizações governamentais e internacionais, entre outros, buscam oferecer assistência e apoio às populações afetadas.

O termo em português com sentido mais próximo do sentido original de “liaison officer” e que também pode ser utilizado na área de assistência humanitária é o termo “Oficial de Ligação”. Tal tradução pode ser encontrada no dicionário técnico *Military Dictionary* (1941), produzido pelo *United States Department of War*.

Na língua portuguesa, o termo “oficial de ligação” normalmente vem acompanhado de uma especificação que identifica a categoria ou grupo a qual o oficial pertence ou está relacionado, como, por exemplo, observa-se o uso do complemento

¹⁹ Liaison Specialist (Humanitarian) - Development Project Funded Post. https://jobs.undp.org/cj_view_job.cfm?cur_job_id=15412. Acesso em 10 de mar. 2024.

nominal “do Exército Brasileiro” em “Oficial de Ligação do Exército Brasileiro” (Ministério da Defesa, 2022).

Diante de tais especificações que acompanham o termo, optou-se por utilizar dois procedimentos discutidos por Barbosa (2020) na tradução do termo, a equivalência e a explicação. Utiliza-se a explicação para designar a finalidade em que o profissional atuará, no caso, “para a ajuda humanitária”, com o objetivo de evitar a omissão do adjetivo “humanitarian” no processo tradutório. Assim, nessa escolha tradutória, considera-se que o termo se trata de um indivíduo que facilita a comunicação entre entidades, organizações que atuam na área humanitária e fornecem ajuda humanitária para determinada área prejudicada, conforme observado no contexto em que o termo se insere.

Desse modo, ao traduzir o manual para o português, sugere-se que o (a) tradutor (a) assegure que as orientações e informações contidas no manual sejam compreensíveis e aplicáveis aos (às) mediadores (as) brasileiros (as). Essa tarefa envolve a adaptação de termos e referências culturais específicas, enquanto paralelamente há a manutenção da intenção original do texto, que consiste no fornecimento de diretrizes claras e úteis sobre como abordar a violência sexual em situações de conflito nos acordos de paz e de cessar-fogo.

4.3 FATORES INTRATEXTUAIS

As reflexões anteriormente analisaram os fatores extratextuais do *GM-SVPA*. Embora a análise dos elementos externos de determinado texto seja fundamental para o processo tradutório, a análise dos fatores intratextuais é igualmente imprescindível. Neste tópico, será feita a análise dos fatores intratextuais com base em *GM-SVPA* e nos conceitos da análise textual orientada para a tradução de Nord (2016).

4.3.1. Assunto

Como já foi destacado, o tema está diretamente relacionado ao conteúdo do texto. Ao analisar o título do manual *GM-SVPA*, é possível identificar o foco do documento: a abordagem da violência sexual em contextos de conflitos nos acordos de paz e cessar-fogo.

A análise do título e, conseqüentemente, do tema do manual indica que a linguagem empregada no documento estará relacionada à área do direito e das relações internacionais, conforme explorado nas seções 2.2.1 e 4.2.6. Essa terminologia específica deve ser traduzida de forma cuidadosa no texto-alvo, pois tanto o texto-fonte quanto o traduzido devem divulgar informações claras e didáticas sobre como inserir a violência sexual nos acordos de paz e cessar-fogo.

O tema do manual *GM-SVPA* pode ainda envolver questões políticas e ideológicas significativas. O manual trata não apenas da abordagem técnica para lidar com a violência sexual em contextos de conflito, mas também da dimensão política e ideológica subjacente a essa questão.

A violência sexual é um fenômeno mundial que envolve os direitos humanos, a justiça internacional e as relações internacionais. A partir da sua observância e de sua atualidade, surgem diversos debates sobre estruturas de poder, gênero e de segurança em níveis nacionais e globais. Portanto, recomenda-se que o processo tradutório de *GM-SVPA* além de apresentar as informações de maneira objetiva e acessível, capte as nuances políticas e ideológicas que permeiam o manual.

A questão ideológica presente no manual *GM-SVPA* refere-se aos posicionamentos políticos presentes no texto que podem influenciar nas abordagens para lidar com a violência sexual em contextos de conflito. A questão da violência sexual envolve considerações profundamente enraizadas em questões de direitos humanos, de gênero, de justiça internacional e de responsabilidade jurídica.

Essas questões presentes no texto também abrangem percepções sobre poder, controle e dominação, especialmente em contextos em que a violência sexual é usada como tática de guerra para intimidar e desestabilizar populações civis, entre outros objetivos (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012, p.4), como é destacado ao longo do manual.

Através da leitura do manual, percebe-se que a ONU condena esse tipo de violência e promove diretrizes através dele para capacitar mediadores (as) no combate e na abordagem da violência sexual em contextos de conflito armado. Entretanto, a abordagem em relação ao enfrentamento desse problema em zonas de conflito, muitas vezes, reflete diferentes posições sobre quais deveriam ser os papéis dos (as) mediadores (as) e das instituições internacionais na promoção da paz e na proteção dos direitos humanos. Por exemplo, há debates sobre a implementação de medidas legais e punitivas para evitar a ocorrência de violência sexual e para garantir

que haja consequências legais para aqueles que a praticam, como é discutido no manual traduzido neste trabalho.

GM-SVPA aborda uma série de questões políticas complexas e sensíveis. Entre elas estão a atuação dos Estados na proteção de direitos humanos *versus* a intervenção internacional, a busca pela justiça para vítimas de violência sexual, o uso da violência como ferramenta de poder, intimidação, entre outras questões.

O manual também enfatiza a aplicação de normas internacionais para proteger as vítimas e responsabilizar os responsáveis. Essas questões políticas enfatizam a importância e atualidade do manual não apenas como um guia técnico, mas também como um instrumento para enfrentar a violência sexual na promoção da paz e da segurança em áreas afetadas por conflitos armados.

4.3.2. Conteúdo

Conforme mencionado por Nord (2016, p. 161-162), o conteúdo textual abrange tudo o que é transmitido dentro dele e se refere a elementos e acontecimentos externos à linguagem. Além disso, a análise desse elemento é feita a partir da esfera semântica dos elementos linguísticos e gramaticais de um texto.

Nord (2016) discute a paráfrase, uma técnica essencial na tradução, especialmente dentro de sua abordagem funcionalista. Essa técnica consiste em uma estratégia que o (a) tradutor (a) utiliza para “expressar o mesmo conteúdo de formas diferentes” (Nord, 2016, p.163-64).

A aplicação dessa técnica pode ser vista na tradução de dois termos presentes no manual *GM-SVPA* (2012): “rank and file” e “caught on”. No texto, o termo “rank and file” é utilizado para descrever os combatentes, enquanto a expressão idiomática “caught on” é utilizada para indicar que os civis estão cada vez mais na linha de frente dos conflitos. Observa-se que uma tradução palavra por palavra (Barbosa, 2020, p.71) e não cuidadosa desses termos para o português não seria o melhor procedimento tradutório devido às diferenças no uso idiomático e especificidade semântica das línguas inglesa e portuguesa.

Quadro 8- Tradução de “rank and file” e “caught on”

Texto-fonte	Texto-alvo
<p><i>Agreements can call for education and information campaigns which can increase government transparency and public confidence²⁰ and can educate and inform combatants (<u>rank and file</u>), those associated with armed groups and the wider public of the contents, implications and expectations of the agreement, including those relating to conflict-related sexual violence</i></p>	<p>Os acordos podem solicitar campanhas de educação e informação, as quais podem aumentar a transparência do governo e a confiança pública²⁰ e podem educar e informar os combatentes (<u>soldados</u>), aqueles associados a grupos armados e o público em geral sobre os conteúdos, as implicações e as expectativas do acordo, incluindo aqueles relacionados à violência sexual relacionada ao conflito.</p>
<p><i>In today's violent conflicts, civilians are increasingly <u>caught on</u> the front line. One of the most devastating forms of extreme hostility waged against civilians is conflict-related sexual violence. While women and girls are often primary targets, conflict-related sexual violence is also strategically perpetrated against men and boys.</i></p>	<p>Nos conflitos violentos atuais, os civis estão cada vez mais <u>atingidos, presos e obrigados</u> a estarem na linha de frente. Uma das formas mais devastadoras de hostilidade extrema perpetrada contra civis é a violência sexual relacionada a conflitos. Embora as mulheres e as meninas sejam, em geral, os principais alvos, a violência sexual relacionada a conflitos também é estrategicamente praticada contra homens e meninos.</p>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

A expressão “rank and file” tem origem nas forças armadas e, de acordo com o *Cambridge Dictionary online*, refere-se aos membros comuns de uma organização, em oposição aos seus líderes²⁰. A tradução palavra por palavra da expressão (Barbosa, 2020, p.71), como em “classificação e arquivo”, não seria facilmente entendida pelo público brasileiro e não refletiria o significado original do texto-fonte, isto é, designar os combatentes que pertencem à base de uma instituição hierárquica.

A construção “rank and file” funciona como um aposto e é usada para especificar que os “combatants” são os membros comuns. Visando manter o sentido no português, optou-se por traduzir a expressão “rank and file” pelo substantivo “soldados”, uma vez que esse substantivo se refere, segundo a revista *Super Interessante* (2011), à base do Exército brasileiro²¹. Segundo a revista, “a parte inferior

²⁰ Rank and file. <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/rank-and-file>. Acesso em: 10 de mar. 2024.

²¹ SUPER INTERESSANTE. **Qual é a hierarquia das Forças Armadas?** As Forças Armadas são divididas em Exército, Marinha e Aeronáutica. Saiba como funcionam as patentes em cada uma delas. 2011. Elaborada por Marina Motomura. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-e-a-hierarquia-das-forcas-armadas/>. Acesso em: 10 mar. 2024

da pirâmide é formada pelos soldados” e na sequência, há os “cabos, sargentos, tenentes, capitães, majores, tenentes-coronéis, coronéis e, por último, os generais”²².

Desse modo, ao observar os procedimentos de Barbosa (2020), o procedimento mais adequado para explicar a tradução de "rank and file" para soldados seria a equivalência. A escolha do substantivo plural “soldados” em português mantém uma equivalência funcional, transmitindo o mesmo papel ou função dentro do contexto militar, além de ser utilizado em contexto semelhante para descrever os membros comuns, da base de uma organização. Assim, o significado do termo original é preservado na escolha do substantivo “soldado” na tradução e enfatiza a correspondência de função e papel dentro do contexto específico da tradução.

Outra expressão que se pode analisar é "caught on", uma expressão idiomática. A palavra “caught” é o particípio passado do verbo "catch" (pegar, apanhar) e a preposição “on” é uma preposição que indica a posição ou o estado de algo. Segundo o site *Writing Explained*, “caught on” pode significar três coisas: 1- resolver um problema ou entender algo; 2- tornar-se popular ou aceito; 3- ficar preso em um objeto (Writing Explained, [s.d], *tradução nossa*)²³. Entretanto, os dois primeiros significados não se aplicam ao contexto em que a expressão do trecho selecionado é empregada.

No contexto da frase original ("civilians are increasingly caught on the front line"), a construção “caught on” indica que os civis estão sendo cada vez mais envolvidos, expostos na linha de frente dos conflitos violentos, de forma que estão sendo "colocados" nessa situação perigosa e, conseqüentemente, atingidos. Na tradução dessa construção, optou-se pela paráfrase para tornar a estrutura mais fluente para o público-alvo do texto-alvo, de maneira a preservar o sentido original do termo e captar o sentido mais amplo de que há pessoas sendo afetadas diretamente pelos conflitos armados, especialmente civis que são colocados na linha de frente, uma vez que estão expostos, presos e obrigados nesse ambiente.

Além das considerações anteriores, nota-se que no manual *GM-SVPA* (2012), há menções às resoluções do Conselho de Segurança, evidenciando que o conteúdo deste manual está inserido em um contexto mais amplo de documentos e iniciativas externas ao manual. Desse modo, dentro do texto analisado, há a presença de

²² *Ibid.*

²³ WRITING EXPLAINED. **What Does To Catch On To Something Mean?** Disponível em: <https://writingexplained.org/idiom-dictionary/catch-on-to-something>. Acesso em: 01 jun. 2024.

intratextos, isto é, de referências a elementos externos ao texto principal, como por exemplo a menção a documentos externos relacionados a temática.

Identificar essas referências e sua relevância no contexto dos conflitos, das operações de paz e da abordagem da violência sexual em situações de conflito permite que o(a) tradutor(a) possa garantir que a tradução preserve essas indicações a documentos externos. Essa atenção é fundamental para assegurar que a tradução, assim com o texto-fonte, seja eficaz na orientação de mediadores(as) e suas equipes na resolução de conflitos.

4.3.3 Pressuposições

Segundo Nord (2016), as pressuposições referem-se às suposições implícitas ou conhecimentos prévios que são assumidos pelo emissor (a) como conhecidos pelo público-alvo de um texto. Essas pressuposições podem englobar crenças e conhecimentos específicos assumidos sobre o tema tratado e até mesmo expectativas sobre a recepção e interpretação de um texto.

Como já discutido e conforme aponta o teórico Fairclough (2008, p.155), a estrutura do texto apresenta diversos indícios presentes na estrutura textual que podem indicar pressuposições subjacentes. Por exemplo, no caso do manual traduzido, como observado abaixo, o seu título, isto é, a primeira estrutura que o (a) leitor (a) tem contato, apresenta indicações estruturais ao (à) leitor (a) que podem levar a certas pressuposições.

Quadro 9 - Tradução do título do manual

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>Guidance for Mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements</i>	Orientações para os(as) mediadores (as): Como Abordar a Violência Sexual Relacionada ao Conflito nos Acordos de Cessar-fogo e de Paz?

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

Ao analisar essa primeira estrutura do manual, é possível inferir que o documento aborda a violência sexual em situações de conflito, estabelecendo isso como o tema central do texto. Além disso, entende-se que o material é um manual

que fornece diretrizes sobre como enfrentar essa forma de violência nas diversas fases da mediação de conflitos e nas negociações de paz e cessar-fogo. A partir disso, sugere-se que haja uma abordagem particular para lidar com essa questão nesses contextos, ressaltando o papel fundamental dos (as) mediadores (as), já que o título do manual é direcionado especificamente a eles/elas.

O (A) emissor (a) vincula todos os termos essenciais presentes no título a um tema central: a violência sexual em contextos de conflito. A presença dessa sequência de termos-chaves sugere que o (a) receptor (a) também terá uma percepção similar ao ler o título. Portanto, a pressuposição final é que o texto oferece orientações a serem seguidas pelos (as) mediadores (as) para tratar de questões de justiça, de direitos e de paz nos acordos de cessar-fogo e de paz. por parte dos (as) mediadores (as).

O texto também assume que as normas e orientações emitidas pelas Nações Unidas são universalmente aplicáveis, devendo ser seguidas globalmente pelos (as) mediadores (as), apesar de contextualizar diretrizes teóricas específicas. As expressões em tom imperativo no texto reforçam a urgência e gravidade da situação, além da legitimidade e eficácia das diretrizes da ONU, o que sugere ao (à) tradutor (a) que evite traduções que possam parecer menos assertivas em relação ao texto-fonte.

Embora Fairclough defenda que as pressuposições podem estar explicitadas no texto (2008, p.155), Nord argumenta que elas não são informações visíveis no texto. Para a autora (2016, p.171-173), o (a) tradutor (a) deve refletir quais fatores se presume que são conhecidos pelos interlocutores e, por isso, não são mencionados de forma explícita. Com base nisso, o (a), tradutor (a) percebe se há a necessidade de esclarecer ou reduzir as informações omissas (Nord, 2016, p.174).

No contexto do manual, o (a) tradutor (a) depara-se com a necessidade de refletir sobre o esclarecimento ou não de termos no texto-fonte que não estão explicitados no texto-fonte (Nord, 2016, p.390), como ilustrado na tradução da sigla DDR no exemplo a seguir:

Quadro 10 - Tradução da sigla "DDR"

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>Sexual violence, when used as a method or tactic of warfare, should be treated as such in relevant provisions of ceasefire and peace</i>	A violência sexual, quando utilizada como método ou tática de guerra, deveria ser tratada como tal nas disposições pertinentes dos acordos de cessar-fogo

<i>agreements, including those which define disengagement and set the rules and responsibilities for demilitarized zones, buffer zones and <u>DDR</u>- related assembly areas/points.</i>	e de paz, incluindo as que definem a retirada e estabelecem as regras e responsabilidades para as zonas desmilitarizadas, zonas-tampão e áreas/ pontos de reunião relacionados à <u>desmobilização, desarmamento e reintegração (DDR).</u>
---	--

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

No exemplo acima, a sigla destacada “DDR” faz parte da terminologia da área dos processos de construção da paz e de gestão de conflitos das Nações Unidas. Percebe-se que no texto-fonte a sigla aparece sem nenhum tipo de definição de seu significado, o que leva a suposição de que o (a) emissor (a)/ produtor (a) pressupõe que o (a) leitor (a)- alvo esteja familiarizado com a sigla. Entretanto, ao pensar nos leitores identificados como um possível público eventual do manual traduzido, como por exemplo, os membros da sociedade civil, esses podem não estar familiarizados com a sigla, o que pode dificultar o entendimento do termo por parte desse público.

De acordo com Nord (2016, p.174), o (a) tradutor (a) pode desempenhar um papel crucial em tornar informações desconhecidas do texto-fonte conhecidas na cultura-alvo, de modo a escolher métodos tradutórios (expansão ou redução) de solução dessas dificuldades de entendimento. Desse modo, ao examinar as funções do manual traduzido— informativa, didática e orientativa— nota-se que a tradução do manual deve preservar essas funções e as características do gênero que pertence o documento que prezam por um conteúdo e compreensão clara e objetiva das orientações presentes no manual.

Nesse sentido, a tradutora optou por procedimentos tradutórios, como a explicitação, para preservar essas funções estabelecidas do texto-fonte. A expansão e a explicação da sigla DDR, conforme os procedimentos técnicos apresentados por Barbosa (2020), foram feitas em alinhamento com as reflexões de Nord em relação a função do (a) tradutor (a) em ajustar as informações do texto-fonte para os (as) leitores (as) da tradução.

4.3.4 Estruturação do texto

A estruturação do texto refere-se à organização e à disposição das informações internas. Essa organização não se limita apenas à sequência das frases e parágrafos,

mas também inclui a disposição hierárquica das informações, a coerência textual e a observância das relações de coesão entre os elementos de um texto.

O manual *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements* apresenta uma estrutura inicial formada por uma capa e contracapa; uma página que discorre sobre a criação do manual; e um sumário que mostra que o texto do manual está dividido em quatro partes.

O início da obra é intitulado “Panorama Geral”; a parte subsequente é nomeada, “Como Abordar a Violência Sexual Relacionada ao Conflito Durante Hostilidades em Curso e Acordos de Cessar-Fogo”; a terceira seção, “Como Abordar a Violência Sexual Relacionada ao Conflito nos Acordos de Segurança” e a última parte é intitulada “Como abordar a Violência Sexual Relacionada ao Conflito na Elaboração de Disposições Relativas à Justiça e Reparações Pós-Conflito”.

Além da análise da estrutura superficial do texto, de acordo com a análise de Nord (2016, p. 190), é fundamental que o (a) tradutor (a) observe se manual é uma obra autônoma ou se faz parte de um contexto maior e se contém em sua estrutura os chamados “intratextos”. Os intratextos são as citações, as notas de rodapé e os exemplos (Nord, 2016, p.181) e possuem determinadas funções em um hipertexto.

Observa-se que, como mencionado anteriormente, o manual está integrado a uma iniciativa mais ampla: Ação da ONU contra a Violência Sexual em Conflitos (*UN Action*). No texto-fonte analisado, percebe-se uma frequência significativa desses intratextos, como notas de rodapé, citações e exemplos, conforme evidenciado na tabela abaixo, o que confirma a interação do manual com esse contexto maior e com outros textos externos. Tais recursos são essenciais para situar o tema nesse contexto mais amplo, de modo a demonstrar a sua relevância e atualidade e direcionar a documentos e resoluções importantes sobre o assunto, sem desviar o foco do conteúdo principal.

Tabela 1 - Dados quantitativos em relação aos intratextos presentes em *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*

Intratextos	Quantidade
Citações	12

Exemplos	7
Rodapé	31

Fonte: Elaboração própria

Nas páginas iniciais do manual são mencionados elementos e eventos importantes, como *Colóquio Interagências de Alto Nível das Nações Unidas*, como mostrado abaixo, que foram os responsáveis pela elaboração das orientações contidas no manual, além de mencionar a Ação da ONU contra a Violência Sexual em Conflito, iniciativa do qual o texto faz parte. Essas informações iniciais são importantes para informar sobre o contexto da produção do manual, destacando o motivo da produção e o processo de desenvolvimento das orientações.

Quadro 11 - Exemplificação das entidades responsáveis pela criação do manual

Texto-fonte	Texto-alvo
<p><i>Development of this guidance for mediators benefited from material generated during the United Nations Inter-Agency High-Level Colloquium “Conflict-Related Sexual Violence and Peace Negotiations: Implementing Security Council Resolution 1820” in June 2009. The Colloquium was organized by the United Nations Development Fund for Women (now part of UN Women), Department of Political Affairs, Department of Peacekeeping Operations, United Nations Development Programme, and Office for the Coordination of Humanitarian Affairs on behalf of UN Action Against Sexual Violence in Conflict and in partnership with the centre for Humanitarian Dialogue. The Department of Political Affairs is grateful for the contributions of these partners and for the financial support provided through UN Action Against Sexual Violence in Conflict.</i></p>	<p>O desenvolvimento deste manual para mediadores (as) apoiou-se no material gerado durante o Colóquio Interagências de Alto Nível das Nações Unidas intitulado “Conflict-Related Sexual Violence and Peace Negotiations: Implementing Security Council Resolution 1820”, realizado em junho de 2009. O Colóquio foi organizado pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (atualmente parte da ONU Mulheres), Departamento de Assuntos Políticos, Departamento de Operações de Manutenção da Paz, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários em prol da Ação da ONU contra a Violência Sexual em Conflitos e em parceria com Centro para o Diálogo Humanitário. O Departamento de Assuntos Políticos agradece às contribuições desses parceiros e pelo apoio financeiro fornecido através da Ação das Nações Unidas contra a Violência Sexual em Conflitos.</p>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

Segundo Nord (2016), a introdução e a conclusão podem desempenhar papéis específicos na percepção do texto. No contexto do GM-SVPA, a organização do material segue uma progressão sistemática: a primeira seção oferece um panorama geral do assunto; a segunda parte explora a violência sexual em conflitos em andamento e acordos de cessar-fogo; a terceira parte examina a violência sexual no contexto de acordos de segurança; e a quarta parte foca nas disposições sobre justiça e reparações pós-conflito, abordando a violência sexual em acordos de segurança.

Além disso, há seções comuns em todas as partes, como os princípios, as orientações para o (a) mediador (a) relacionadas à aplicação e checklist. Essas checklists resumidas que recapitulam os pontos principais a serem considerados pelos (as) mediadores (as) e sua equipe. Essas listas funcionam como um resumo prático para revisão rápida, garantindo que nenhum aspecto crucial discutido seja esquecido pelo (a) tradutor (a).

Cada parte principal do documento é subdividida em títulos e subtítulos. Os títulos são geralmente descritivos e fornecem uma visão geral imediata do conteúdo tratado, enquanto os subtítulos abordam os tópicos específicos dentro do tema do título. Essa organização contribui para que o conteúdo seja apresentado de forma coerente e acessível, garantindo que o documento seja não apenas informativo, mas também prático e diretamente aplicável.

Dentro de cada título e subtítulo, o documento utiliza tópicos e marcadores numerais para destacar etapas, princípios ou componentes-chave. Essa formatação contribui para a organização visual do texto, tornando mais simples a memorização e o acompanhamento de procedimentos ou diretrizes específicas.

A estrutura textual do manual é sistemática e sugere uma progressão do conteúdo, indo do mais amplo para o mais específico, visto que começa com um panorama geral no início, e então progressivamente discorre sobre aspectos mais específicos, como por exemplo sobre o contexto da justiça pós-conflito na quarta parte do material.

4.3.5 Elementos não verbais

Nord (2016) enfatiza que os elementos não verbais desempenham um papel importante na estruturação e na interpretação do texto. Segundo a autora, eles podem fornecer contextos visuais, complementar informações ou reforçar uma informação.

Esses elementos são componentes importantes na comunicação textual e precisam ser tratados com cuidado pelo (a) tradutor (a) para garantir uma tradução completa e eficaz que preserve não apenas o conteúdo verbal, mas também a integridade visual de um texto.

No caso do manual traduzido *GM-SVPA*, há somente um elemento não verbal, o logotipo das Nações Unidas. De acordo com o Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental (2019), esse emblema, criado pela resolução nº 92 da Assembleia Geral em 7 de dezembro de 1946 apresenta um mapa-múndi projetado em uma perspectiva azimutal equidistante, centrado no Polo Norte, e é rodeado por uma coroa dourada de ramos de oliveira.

Esse logotipo reflete a missão da ONU, que é propiciar a paz e a cooperação internacional, uma vez que a coroa de oliveira é um emblema clássico de paz, enquanto o mapa reflete a intenção da organização de expandir sua influência em todo o mundo (Centro Regional de Informação das Nações Unidas, 2019).

Segundo ainda o Centro Regional de Informação das Nações Unidas (2019), as regras para o uso do emblema em documentos e publicações estão descritas na instrução administrativa de 15 de janeiro de 1979 (ST/AI/189/Add.2) e na sua atualização de 23 de janeiro de 2008. Segundo essas diretrizes (1979; 2008), os Departamentos e Escritórios da ONU podem usar o emblema para fins oficiais sem precisar de autorização, entretanto, para outros tipos de uso, deve-se fazer um pedido formal.

Ao refletir sobre os usos permitidos do único elemento não verbal presente no *GM-SVPA*, percebe-se que devido a tradução do manual neste trabalho não possuir um caráter oficial e por não ter sido solicitado um pedido formal para o seu uso, não é apropriado replicar o emblema das Nações Unidas no texto-alvo, visto que o emblema é usado apenas em contextos oficiais.

4.3.6 Léxico

Orlene Carvalho em seu verbete no Glossário Ceale (2014)²⁴ define o “léxico” como o conjunto de palavras e vocabulário específicos utilizados em um texto. Através do vocabulário de um texto, há a comunicação de uma determinada mensagem de um texto para determinados fins específicos em um determinado estilo e entonação. As decisões de utilização dessas seleções lexicais em um texto podem refletir aspectos culturais, sociais e contextuais que são específicos de uma temática e de um público para o qual ele foi escrito.

O manual é um documento oficial das Nações Unidas, e a estrutura dessa organização é percebida através, dentre outros elementos, dos títulos de departamentos, unidades, operações e divisões presentes nas páginas iniciais, como "United Nations" e "Department of Political Affairs”.

Quadro 12- Exemplificação dos títulos institucionais

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>United Nations</i>	Organização das Nações Unidas
<i>Department of Political Affairs</i>	Departamento de Assuntos Políticos
<i>Policy and Mediation Division</i>	Divisão de Política e Mediação
<i>Mediation Support Unit</i>	Unidade de Apoio à Mediação
<i>Department of Peacekeeping Operations</i>	Departamento de Operações de Manutenção da Paz
<i>Office for the Coordination of Humanitarian Affairs</i>	Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012) e Lima (2021, p. 52)

Devido ao alcance internacional da ONU e à precisão requerida pelo gênero “manual”, é evidente que o propósito das Nações Unidas na produção do manual consiste em fornecer orientações objetivas para os (as) mediadores (as) sobre como lidar com a violência sexual relacionada aos conflitos nos acordos de cessar-fogo e de paz. Diante do propósito informativo e orientativo do manual e das características

²⁴ Léxico. Disponível em: <<https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/lexico>>

convencionais do gênero em que o texto se insere, nota-se que a linguagem empregada nas orientações presentes no texto é formal e clara.

No decorrer do texto, nota-se a repetição da palavra "mediators" ou "mediadores", evidenciando a ênfase que o texto promove ao seu público-alvo. Essa expressão aparece 25 vezes, o que demonstra uma frequência considerável para um termo. A referência a esse grupo já é percebida no título do manual, pois o documento já se direciona especificamente a esse público, sublinhando a centralidade desses profissionais na abordagem do tema.

Nord (2016, p.197) destaca que o campo semântico dominante no texto muda conforme o assunto discutido. Desse modo, a escolha de palavras em um texto é fortemente influenciada pelo tema e conteúdo abordados nele. No contexto do GM-SVPA, por exemplo, a seleção de certos termos lexicais escolhidos para estarem presentes no texto estão intimamente ligados ao tema central do manual, a violência sexual em situações de conflito, especialmente em relação a sua inserção nos acordos de cessar-fogo e paz. Os termos centrais utilizados não apenas definem a área principal do documento, mas também direcionam a interpretação do conteúdo apresentado.

O manual adota uma linguagem bastante técnica e específica das áreas do direito e das relações internacionais, o que sugere que o vocabulário encontrado no material será da área jurídica e especializada. Alguns exemplos de termos especializados contidos no texto estão exemplificados abaixo:

- "**conflict-related sexual violence**": Termo técnico que especifica um tipo de violência sexual diretamente ligada ao contexto de conflitos armados (Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 2016).
- "**ceasefire agreements**": Termo que se refere aos acordos formais que buscam a cessação de hostilidades em um conflito (Campos, [s.d.]).
- "**mediation**": Termo usado para descrever o processo que mediadores (as) utilizam em cenários instáveis, como conflitos, com o objetivo de alcançar um acordo (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012).
- "**transitional justice**": Conceito do direito internacional que trata do conjunto de processos e mecanismos que tem com o objetivo de "garantir

responsabilização, promover a justiça e alcançar a reconciliação” (United Nations, 2010, p. 2, *tradução nossa*)²⁵.

- **"high-level colloquium"**: Reunião que geralmente envolve especialistas e autoridades de uma determinada área (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012).
- **"peacebuilding"**: Refere-se ao conjunto de ações destinadas a reforçar a paz sustentável em áreas pós-conflito (Martins, 2020).

O manual frequentemente utiliza termos específicos que definem o contexto em que as orientações listadas devem ser utilizadas, como por exemplo, o uso das construções adverbiais “Ceasefire and Peace Agreements”, “agreements”, “conflict”, entre outros, conforme apresentado abaixo:

Quadro 13- Exemplificação do contexto de utilização do manual

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>United Nations envoys are required to raise conflict- related sexual violence issues in <u>dialogue with parties to armed conflict.</u></i>	Os enviados das Nações Unidas são obrigados a levantar questões relacionadas à violência sexual relacionada ao conflito <u>no diálogo com as partes envolvidas no conflito armado.</u>
<i>Principle 4: Ensure monitoring for sexual violence is included <u>in ceasefire agreements</u>, including in relevant annexes.</i>	Princípio 4: Garantir que o monitoramento da violência sexual seja incluído <u>nos acordos de cessar-fogo</u> , inclusive em anexos relevantes.
<i>Addressing conflict- related sexual violence <u>in security arrangements</u> can help to protect against and prevent future occurrences and build effective, responsive security institutions.</i>	Abordar a violência sexual relacionada ao conflito <u>em arranjos de segurança</u> pode ajudar a proteger contra futuras ocorrências, preveni-las e criar instituições de segurança eficazes e responsivas.
<i>Sexual violence, when used as a method or tactic of warfare, should be treated as such <u>in relevant provisions of ceasefire and peace agreements</u>, including those which define disengagement and set the rules and responsibilities for demilitarized</i>	A violência sexual, quando utilizada como método ou tática de guerra, deveria ser tratada como tal nas <u>disposições pertinentes dos acordos de cessar-fogo e de paz</u> , incluindo as que definem a retirada e estabelecem as regras e responsabilidades para as zonas

²⁵ No original: “For the United Nations, transitional justice is the full range of processes and mechanisms associated with a society’s attempt to come to terms with a legacy of large-scale past abuses, in order to ensure accountability, serve justice and achieve reconciliation”(United Nations, 2010, p.2).

<i>zones, buffer zones and DDR- related assembly areas/points.</i>	desmilitarizadas, zonas-tampão e áreas/ pontos de reunião relacionados à desmobilização, desarmamento e reintegração (DDR).
--	---

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

As orientações propostas no manual devem ser utilizadas pelos (as) mediadores (as) em qualquer situação de conflito em qualquer localidade onde há ou houve incidência de violência sexual. Desse modo, as palavras que remetem ao contexto espacial dessas diretrizes são genéricas e não específicas. Portanto, no contexto do manual traduzido, não houve necessidade de traduzir explicitamente referências a lugares específicos, embora seja citado no manual acordos específicos para fins de exemplificação e/ou ilustração de uma determinada situação.

Considerando que a linguagem do manual é altamente técnica e especializada, foi imprescindível uma tradução cuidadosa da terminologia utilizada, como pode ser observado na tradução dos termos “indecent assault” e “blanket amnesty” abaixo.

Quadro 14 - Tradução dos termos “indecent assault” e “blanket amnesty”

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>The definition of sexual violence under international law encompasses rape, sexual slavery, enforced prostitution, forced pregnancy, enforced sterilization, trafficking and any other form of sexual violence of comparable gravity, which may, depending on the circumstances, include situations of indecent assault, trafficking, inappropriate medical examinations and strip searches</i>	A definição de violência sexual segundo o direito internacional abrange estupro, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada, tráfico de pessoas e qualquer outra forma de violência sexual de gravidade comparável, que pode, dependendo das circunstâncias, incluir situações de <u>atentado violento ao pudor</u> , tráfico, exames médicos e revistas íntimas inadequados.
<i>Article 3.18: “The granting of a <u>blanket amnesty</u> for all political events which happened between 2002 and 2009, except for crimes against humanity, war crimes, crimes of genocide and other serious violations of human rights and fundamental freedoms.</i>	Artigo 3.18: “A concessão de uma <u>anistia geral</u> para todos os fatos políticos ocorridos entre 2002 e 2009, com exceção dos crimes contra a humanidade, dos crimes de guerra, dos crimes de genocídio e de outras violações graves dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

Segundo *The Free Dictionary*, “indecent assault” é um termo jurídico que significa “the act of taking indecent liberties with a person without his or her consent”.²⁶ O adjetivo “indecent” em sua forma literal pode ter dois significados: “indecente” ou “obsceno”, enquanto “assault” pode significar “ataque” ou “agressão”.

O artigo 214 do Código Penal caracteriza o “atentado violento ao pudor” como o ato de coagir uma pessoa, utilizando violência ou uma ameaça significativa, a realizar ou praticar “ato libidinoso” que não envolva a “conjunção carnal” (Brasil, 1940). Desse modo, comparando os significados e os usos, verifica-se que o termo em português “atentado violento ao pudor” funciona como um equivalente funcional do termo “indecent assault”.

No segundo trecho, “blanket amnesty”, o mesmo raciocínio é aplicado. “Blanket” pode funcionar como um adjetivo ou substantivo em uma determinada frase. Como substantivo, “blanket” significa “cobertor” ou “manta”, enquanto como adjetivo, significa “geral” ou “total”. No referido termo, “blanket” funciona como adjetivo, qualificando “amnesty” ou “anistia”. Portanto, a tradução adequada para esse termo é “anistia geral”, expressão presente na Lei da Anistia, em português.

Além do exposto acima, cabe ressaltar que o manual inclui termos de forte carga conotativa, os quais reforçam a gravidade e a urgência do assunto, como as palavras “violence”, “tactic”, “warfare”, que podem ser encontradas ao longo do texto. Essas palavras remetem a imagens fortes e ressaltam a brutalidade desse tipo de violência, mostrando o cuidado do (a) emissor (a) em relação às escolhas lexicais ao tratar de um assunto complexo e sensível.

As escolhas de determinados itens lexicais destacam a posição da Organização das Nações Unidas em relação ao problema da violência sexual nos conflitos, uma vez que a instituição defende que as práticas de mediação de conflitos ao redor do mundo necessitam ser orientadas por abordagens padrões que considerem integralmente a gravidade e o impacto da questão.

4.3.6.1. Inclusividade e Sensibilidade

²⁶ *Indecent assault*. <https://www.thefreedictionary.com/indecent+assault>. Acesso em 10 mar. 2024.

O manual *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence* adota uma abordagem linguística sensível às questões de gênero envolvidas no contexto de conflitos armados e violência sexual. Esse tipo de abordagem é fundamental nos processos de mediação e de solução pacífica de conflitos. Através da escolha de certos itens lexicais, o documento demonstra uma compreensão clara de que o impacto da violência sexual em conflitos não se limita a um único grupo, e que o (a) mediador (a) deve considerar a diversidade das vítimas e das circunstâncias.

O texto reconhece que tanto homens quanto mulheres são vítimas de violência sexual relacionada ao conflito. Ao especificar a estrutura "men and boys" ao lado da estrutura "women and girls", o documento reflete uma abordagem de gênero inclusiva, reconhecendo e validando a experiência de todas as vítimas potenciais de violência sexual.

Quadro 15 - A linguagem inclusiva do manual

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>While <u>women and girls</u> are often primary targets, conflict-related sexual violence is also strategically perpetrated against <u>men and boys</u>.</i>	Embora as <u>mulheres e as meninas</u> sejam, em geral, os principais alvos, a violência sexual relacionada a conflitos também é estrategicamente praticada contra <u>homens e meninos</u> .

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

Esse uso inclusivo na linguagem é refletido também através do uso dos pronomes possessivos *his* e *her*, além do uso das estruturas mostradas acima, de maneira que se evita presumir que apenas um grupo de indivíduos, homem ou mulher, é vítima de violência sexual no contexto dos conflitos armados ou está envolvida nos processos de mediação. O uso dos pronomes "his/her" ao lado do substantivo "mediators" é uma forma de garantir que o texto não favoreça ou implique a participação de apenas determinado grupo na discussão das responsabilidades e papéis dentro das equipes de mediação:

Quadro 16 - Uso de pronomes inclusivos

Texto-fonte	Texto-alvo

<p><i>At the outset of a mediation process, <u>a mediator</u> and <u>his/her team</u> are advised to obtain information on conflict-related sexual violence that may be occurring or may have occurred.</i></p>	<p><i>No início de um processo de mediação, é aconselhável que o(a) mediador(a) e <u>sua equipe</u> obtenham informações sobre a violência sexual relacionada ao conflito que possa estar ocorrendo ou que possa ter ocorrido.</i></p>
<p><i>Do the <u>mediator and his/her team</u> have the information they need to determine whether conflict-related sexual violence may be occurring or may have occurred</i></p>	<p><i>O(A) mediador(a) e <u>sua equipe</u> têm as informações necessárias para determinar se a violência sexual relacionada ao conflito pode estar ocorrendo ou já ocorreu?</i></p>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

Como observado no quadro acima, a língua inglesa não flexiona os substantivos ou adjetivos de acordo com o gênero, diferentemente da língua portuguesa, em que a diferenciação de gênero é expressa através da flexão de substantivos e artigos. No inglês, o gênero ao qual o termo se refere é entendido através do “próprio conteúdo do signo, como nos pronomes *she/her/hers* e *he/him/his*” (Silva, 2021, p.35).

Nos trechos da tabela acima, a palavra inglesa “mediator” pode se referir tanto aos mediadores quanto às mediadoras, fato que é reforçado pelo uso dos pronomes possessivos “his” e “her”. Para que a tradução preservasse a linguagem inclusiva observada no texto-fonte e considerando as particularidades da língua-alvo, a solução encontrada foi adicionar entre parênteses o artigo “a” ou “as” ao longo das ocorrências da palavra “mediator”, para que o leitor do texto-alvo pudesse flexionar a palavra em gênero e número durante a leitura.

Esse uso inclusivo da linguagem reflete as ideias discutidas por Olga Castro (2013) sobre a relação direta entre poder, linguagem, ideologia e tradução, especialmente sob uma perspectiva de gênero. A presença de estruturas inclusivas de linguagem demonstra que o (a) emissor (a)/ produtor (a) do manual está atento (a) à discussão sobre os sistemas de poder e as questões de gênero que permeiam o uso da linguagem, através, por exemplo, da escolha do uso de pronomes possessivos que concordam em gênero e número com o substantivo que os acompanham.

Conforme Castro (2013, p.5), a tradução pode ser vista como uma ferramenta tanto de manutenção quanto de resistência das construções vigentes, uma vez que o (a) tradutor (a) tem o poder de influenciar como um texto será interpretado em outra língua e cultura, como discutido em seções anteriores. A escolha da tradutora de adicionar entre parênteses o artigo “a” ou “as” ao longo das ocorrências da palavra

“mediador” no texto-alvo, de modo a incentivar o (a) leitor (a) a flexionar a palavra em número e gênero, pode contribuir em uma das tarefas da tradução, apontadas por Castro (2013): a resistência em relação às hierarquias tradicionalmente existentes.

4.3.7 Sintaxe

Durante o processo de tradução, é necessário se atentar à estrutura sintática das línguas. Podem ser feitos ajustes na ordem das palavras, na construção das frases e nas estruturas gramaticais entre as línguas devido às diferenças linguísticas e estruturais existentes, para que elas sejam naturalmente compreensíveis na língua-alvo. Dessa maneira, é possível preservar a integridade e a intenção comunicativa do texto-fonte.

Observar a sintaxe de um texto envolve analisar, segundo Nord (2016), por exemplo, a extensão média das frases, os tipos de frases utilizados, a presença de orações principais, coordenadas e subordinadas (parataxe e hipotaxe), assim como os conectores e conjunções. Essa análise permite entender como as palavras se conectam dentro de uma frase para então entender a organização textual.

A seguir, há alguns casos de orações coordenadas (parataxe) encontrados no *GM-SVPA*:

Quadro 17 - Exemplificação de parataxe

Texto-fonte	Texto-alvo
<p><i>In today's violent conflicts, civilians are increasingly caught on the front line. One of the most devastating forms of extreme hostility waged against civilians is conflict-related sexual violence. While women and girls are often primary targets, conflict-related sexual violence is also strategically perpetrated against men and boys.</i></p>	<p>Nos conflitos violentos atuais, os civis estão cada vez mais atingidos, presos e obrigados a estarem na linha de frente. Uma das formas mais devastadoras de hostilidade extrema perpetrada contra civis é a violência sexual relacionada a conflitos. Embora as mulheres e as meninas sejam, em geral, os principais alvos, a violência sexual relacionada a conflitos também é estrategicamente praticada contra homens e meninos.</p>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

No exemplo acima, na frase fornecida, várias ideias são apresentadas de forma coordenada, sem relações de subordinação entre elas: "In today's violent conflicts,

civilians are increasingly caught on the front line."; "One of the most devastating forms of extreme hostility waged against civilians is conflict-related sexual violence." e "While women and girls are often primary targets, conflict-related sexual violence is also strategically perpetrated against men and boys."

Cada uma dessas sentenças expressa uma ideia separada, e elas estão conectadas por pontuações (ponto final), não por conjunções subordinativas. Portanto, o exemplo dado é de parataxe, onde as ideias são organizadas de maneira coordenada e independente.

Em *GM-SVPA* também há ocorrências de orações hipotáticas, que estão presentes no manual em maior quantidade.

Quadro 18 - Exemplificação de hipotaxes

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>Sexual violence, when used as a method or tactic of warfare, should be treated as such in relevant provisions of ceasefire and peace agreements, including those which define disengagement and set the rules and responsibilities for demilitarized zones, buffer zones and DDR- related assembly areas/points.</i>	A violência sexual, quando utilizada como método ou tática de guerra, deveria ser tratada como tal nas disposições pertinentes dos acordos de cessar-fogo e de paz, incluindo as que definem a retirada e estabelecem as regras e responsabilidades para as zonas desmilitarizadas, zonas-tampão e áreas ou pontos de reunião relacionados à desmobilização, desarmamento e reintegração (DDR).

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

No exemplo acima, há uma cláusula principal e uma cláusula subordinada que explica uma condição ou circunstância específica. A cláusula principal é "Sexual violence should be treated as such in relevant provisions of ceasefire and peace agreements,". A cláusula subordinada é "when used as a method or tactic of warfare,".

A cláusula subordinada introduz uma condição sob a qual a ação da cláusula principal deve ser aplicada e está subordinada à ideia principal, pois especifica a circunstância em que a violência sexual deve ser tratada nas disposições dos acordos de cessar-fogo e paz. Portanto, esse exemplo apresenta uma estrutura de hipotaxe, onde há uma subordinação de ideias entre a oração principal e a subordinada.

Além dessas estruturas subordinadas presentes no texto analisado, é importante destacar algumas outras escolhas tradutórias em relação a orações

subordinadas, como é o caso da tradução das estruturas "importantly" e "it is important", conforme destacado abaixo.

Quadro 19 - Tradução das estruturas "importantly" e "it is important"

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>It is important for transitional justice mechanisms to provide for strategies to protect victims and witnesses, including victim/witness protection programmes, provisions for in camera hearings, support counselors, etc.</i>	É importante que os mecanismos de justiça de transição prevejam estratégias para proteger vítimas e testemunhas, incluindo programas de proteção de vítimas/testemunhas, disposições relativas à realização de audiências não públicas, prestação de apoio por parte de conselheiros durante as audiências e outros.
Importantly, pre-ceasefire commitments can act as confidence-building measures [sic.] , which can be built upon in subsequent cease- fire and peace agreements.	É importante ressaltar que os compromissos prévios ao cessar-fogo podem funcionar como medidas de construção de confiança [sic.] que podem ser ampliadas em subsequentes acordos de cessar-fogo e de paz.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

No primeiro exemplo, em inglês, a frase "It is important" segue uma estrutura típica de sujeito, verbo e predicativo do sujeito. Na construção, o pronome "it" é usado de forma impessoal e a palavra "important" é um adjetivo que descreve uma característica ligada ao sujeito.

Em português, a frase "é importante" omite o pronome sujeito que seria equivalente ao pronome "it" em inglês. Isso devido a diferenças sintáticas entre o português e o inglês, pois a língua portuguesa permite a omissão do sujeito especialmente quando o texto já indica de forma clara a referência ou quando se trata de uma construção impessoal como essa (Barbosa, 2020, p.75).

Na tradução da construção "It is important" para a construção "É importante", a sintaxe muda de uma construção com sujeito explícito em inglês para uma construção com sujeito não explícito em português. Essa mudança reflete as diferenças sintáticas entre as duas línguas, com a versão em português possibilitando a omissão do sujeito impessoal ("it") sem perda de significado.

No segundo exemplo, "importantly" é um advérbio que modifica sentença, de modo a destacar a relevância do que está sendo expresso na frase. A expressão "é importante" é usada em português para enfatizar a importância de uma informação,

como ocorre no inglês. A tradução não é literal, mas sim uma adaptação para manter o sentido e a função do advérbio no contexto.

No texto-fonte, o advérbio "importantly" é formal e busca enfatizar uma informação. No texto-alvo, a expressão em português "é importante" mantém o grau de formalidade exigido pelo texto e a ênfase presente na construção do texto-fonte. A tradução não só preserva o tom formal, mas também é uma construção natural utilizada em português para introduzir informações de destaque, tornando a tradução culturalmente e linguisticamente apropriada.

Em português, embora o advérbio "importantemente" exista como uma forma derivada do adjetivo "importante", ele não é comum no uso cotidiano e acadêmico da língua portuguesa. Em português, a presença do adjetivo "importante" no início da frase em vez do advérbio "importantemente" é mais natural e alinhada com as normas estilísticas e linguísticas da língua.

Outro ponto a ser discutido são as diferenças sutis que devem ser levadas em consideração durante as escolhas tradutórias das construções "importantly" e "it is important". O advérbio "importantly" tende a ser mais forte e dar mais ênfase do que a construção "it is important" devido ao fato de que o advérbio está em destaque. Diante dessa ênfase, optou-se por traduzir "importantly" pela construção "é importante ressaltar que", de modo que ao acrescentar o infinitivo "ressaltar", um maior destaque seria dado as informações mencionadas após a construção, mantendo-se assim o tom enfático do advérbio do texto-fonte, mas diferenciando a tradução de duas expressões parecidas, "importantly" e "it is important".

Além das discussões acima, observa-se que, majoritariamente, o texto utiliza orações subordinadas para fornecer um contexto adicional ou esclarecer condições, como por exemplo, no quadro 18, as cláusulas iniciadas por "when" e "which" são utilizadas para detalhar circunstâncias específicas ou definir conceitos dentro da oração.

Além do uso dos conectores "when" e "which", verifica-se no manual o emprego de verbos modais como "can", "may", "should", e "must", como observado no quadro abaixo, estruturas que são utilizadas para indicar capacidade, possibilidade e obrigação, respectivamente. Esses verbos ajudam a guiar o comportamento dos (as) mediadores (as) e a enfatizar a importância de certas ações dentro dos processos de mediação.

Quadro 20- Exemplificação de verbos modais

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>In order to fulfill specific Security Council mandates⁸ on the issue, the mediator and his/her team <u>can</u> draw on the following checklist (and the more detailed guidance that accompanies it) for addressing conflict-related sexual violence as part of the overall mediation strategy.</i>	Com o objetivo de cumprir mandatos ⁸ específicos do Conselho de Segurança sobre a questão, o (a) mediador (a) e sua equipe <u>podem</u> se basear na seguinte checklist (e nas orientações mais detalhadas que a acompanham) para a abordagem da violência sexual relacionada a conflitos como parte da estratégia geral de mediação.
<i>Mediators <u>should</u> seek to make parties aware that sexual violence used as a tactic of conflict against civilians is a violation of international law and potential war crime or crime against humanity.</i>	Os (As) mediadores (as) <u>deveriam</u> buscar conscientizar as partes de que a violência sexual usada como tática de guerra contra civis é uma violação do direito internacional e um possível crime de guerra ou crime contra a humanidade.
<i>Any data collected on sexual violence <u>must</u> respect established ethical and safety principles, such as security, confidentiality, anonymity, informed consent, safety and protection from retribution, and protection of the data itself.</i>	Quaisquer dados coletados sobre violência sexual <u>devem</u> respeitar os princípios éticos e de segurança estabelecidos, como segurança, confidencialidade, anonimato, consentimento informado, segurança e proteção contrarretaliação e proteção dos próprios dados.
<i>Mediators and their teams <u>may</u> consider encouraging civil society, including women's groups, to convene a public forum (s) [sic.] to discuss security and peacebuilding issues, including conflict-related sexual violence.</i>	Os (As) mediadores (as) e suas equipes <u>podem</u> considerar incentivar a sociedade civil, incluindo grupos de mulheres, a convocar um ou mais fóruns públicos [sic.] para discutir questões de segurança e consolidação da paz, incluindo a violência sexual relacionada a conflitos.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

A escolha de traduzir "should" e "must" como "deveria" ou "deve", respectivamente, está relacionada ao modo como esses verbos modais são comumente interpretados em português. O verbo modal "should" em inglês frequentemente expressa uma recomendação de que algo seja feito. Portanto, traduzir esse verbo no português como "deveria" ou "deveriam" transmite essa mesma ideia de recomendação.

Por outro lado, o verbo modal "must" geralmente indica uma obrigação. Essa construção é mais enfática do que "should" em termos de obrigatoriedade. Desse

modo, traduzir "must" como "deve" ou "dever" em português reflete essa natureza de obrigação direta.

A escolha de usar "deveria" substituindo a ideia de "should" e "deve" ou "dever" em relação a "must" ajuda a transmitir o mesmo nível de obrigatoriedade ou recomendação presente nas orientações do texto-fonte em inglês. A escolha de usar uma tradução consistente para expressar necessidade ou recomendação de uma ação é indicada para evitar ambiguidades e garantir que o texto traduzido mantenha a mesma força e clareza do texto-fonte em inglês.

Além do uso de verbos modais, o texto recorre a frases declarativas, que transmitem informações e explicações, e a construções imperativas, que expressam comandos e ações que devem ser seguidos. Outro recurso também presente no manual é o uso da voz passiva. Essas diferentes estruturas estão exemplificadas no quadro a seguir:

Quadro 21 - Sintaxe

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>Researchers/interviewers <u>must</u> make every effort to avoid re-victimization, while fulfilling their objective to collect reliable data.</i>	Pesquisadores /entrevistadores <u>devem</u> fazer todo o esforço para evitar a revitimização, ao mesmo tempo em que cumprem seu objetivo de coletar dados confiáveis.
<i>It is imperative that sexual violence <u>is addressed</u> in the discipline, mandates and roles of armed groups and transitional security forces. This can have a critical impact on the sustainability of security and peace.</i>	É imperativo que a violência sexual <u>seja abordada</u> na disciplina, mandatos e papéis de grupos armados e forças de segurança de transição.
<i>If left unaddressed, it <u>can be used</u> as a means to continue acts of war outside the purview of agreements and monitoring teams, which can trigger cycles of vengeance and vigilantism, and risk undermining confidence in agreements and possibly the mediation process itself</i>	Se não for abordada, ela <u>pode ser usada</u> como um meio de continuar atos de guerra fora do escopo de acordos e equipes de monitoramento, o que pode desencadear ciclos de vingança e justiça com as próprias mãos e correr o risco de minar a confiança nos acordos e possivelmente no próprio processo de mediação.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

No primeiro exemplo, a construção "must make" expressa uma obrigação clara e necessária que deve ser cumprida pelos (as) pesquisadores (as) ou entrevistadores (as). Essa estrutura transmite uma instrução direta e obrigatória, típica de frases imperativas, que indica que esses indivíduos devem evitar a revitimização dos indivíduos prejudicados nesses contextos enquanto realizam a coleta de dados confiáveis.

No segundo exemplo, embora a primeira frase não seja explicitamente imperativa, pois não é uma ordem direta, ela enfatiza a necessidade de uma determinada ação. A palavra "imperative" (imperativo) transmite a ideia de que a ação de abordar a violência sexual é essencial e deve ser realizada. Portanto, essa construção impõe uma necessidade imperativa, mesmo que a forma gramatical seja declarativa.

Nesse mesmo exemplo, observa-se outra construção: o uso da voz passiva em "sexual violence is addressed" ao invés de "mediators address sexual violence". A voz passiva, como mostrado em outro trecho no quadro abaixo, é utilizada para direcionar ações específicas aos (às) leitores (as), no caso, os (as) mediadores (as). Nessa voz, o foco é colocado na ação/orientação.

Quadro 22 - Uso da voz passiva

Texto-fonte	Texto-alvo
<p><i>Mediators <u>should be aware</u> of the limitations of informal justice mechanisms, and agreements should help to ensure that criminal accountability and other formal justice processes are not circumvented.</i></p>	<p>Os (As) mediadores(as) <u>deveriam estar cientes</u> das limitações dos mecanismos de justiça informal, e os acordos devem ajudar a garantir que a responsabilidade criminal e outros processos formais de justiça não sejam contornados.</p>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

Como discutido anteriormente, o presente trabalho adota a ideia defendida por Travaglia (2007) em relação à presença de diferentes tipos textuais em um único texto e a classificação sugerida de tipologias textuais de Marcuschi (2002). Como mostrado abaixo, é possível observar, através de trechos retirados de *GM-SVPA*, que o manual contém diferentes tipos textuais, sendo a injunção predominante, conforme já especificado por Rosa (2003, p.24) em relação a predominância da injunção no gênero "manual".

No quadro abaixo, foram destacados os verbos de cada tipologia verbal, uma vez que, conforme defendido por Marcuschi (2002), entre outras estruturas, os tempos verbais definem uma tipologia textual. Assim, cada tipologia textual é geralmente associada a diferentes tempos verbais, conforme evidenciado nas passagens seguintes:

Quadro 23 -Tradução dos trechos das tipologias textuais encontradas no texto-fonte

TIPO TEXTUAL	EXEMPLOS	TRADUÇÃO
Injunção	<p>“At the earliest point of the mediation process, particularly during ongoing hostilities¹⁰ [sic] and in ceasefire agreements [sic], the mediator and his/her team <u>are advised to consider</u> three key areas when addressing conflict-related sexual violence: (1) <u>preparing</u> the ground and confidence-building measures; (2) <u>prohibiting</u> sexual violence and promoting command responsibility; and (3) <u>ensuring</u> robust monitoring arrangements.” (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012, p.13, <i>grifos meus</i>).</p>	<p>No ponto mais inicial do processo de mediação, especialmente durante as hostilidades em curso¹⁰ [sic] e nos acordos de cessar-fogo [sic], o (a) mediador (a) e sua equipe são <u>orientados a considerar</u> três áreas-chave ao abordar a violência sexual relacionada a conflitos: (1) <u>preparar</u> o terreno e implementar medidas de construção de confiança; (2) <u>proibir</u> a violência sexual e promover a responsabilidade de comando; e (3) <u>garantir</u> sólidos arranjos de monitoramento robustos.</p>
Descrição	<p>“In today’s violent conflicts, civilians <u>are</u> increasingly <u>caught</u> on the front line. One of the most devastating forms of extreme hostility waged against civilians <u>is</u> conflict-related sexual violence. While women and girls <u>are</u> often primary targets, conflict-related sexual violence <u>is</u> also strategically <u>perpetrated</u> against men and boys” (Department of Political and Peacebuilding Affairs, 2012, p. 3, <i>grifos meus</i>).</p>	<p>Nos conflitos violentos atuais, os civis <u>estão</u> cada vez mais <u>atingidos</u>, <u>presos e obrigados</u> a estarem na linha de frente. Uma das formas mais devastadoras de hostilidade extrema perpetrada contra civis <u>é</u> a violência sexual relacionada a conflitos. Embora as mulheres e as meninas <u>sejam</u>, em geral, os principais alvos, a violência sexual relacionada a conflitos também <u>é</u> estrategicamente praticada contra homens e meninos.</p>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012); Godoy (2014, p.18), Travaglia (2007) e Marcuschi (2002).

Na primeira linha do quadro, a frase original em inglês, "the mediator and his/her team are advised," emprega o tempo verbal presente simples na forma passiva. Essa escolha indica que a ação de aconselhar é contínua e abrangente, ou seja, direcionada a todos (as) os (as) mediadores e suas equipes. Ao traduzir tal construção para o português, a frase "o (a) mediador (a) e sua equipe são orientados" também usa o presente do indicativo na forma passiva. Isso mantém a ideia de uma orientação que é aplicável de maneira geral e habitual no presente, preservando a intenção original do trecho.

Nesse primeiro trecho, a estrutura passiva coloca a ênfase na ação de ser orientado, que é o foco principal da recomendação no manual. Essa técnica é crucial para destacar a orientação dada sem atribuir ênfase à identidade de quem está fornecendo a orientação. Se a frase fosse traduzida de forma literal para o português na voz ativa, como "aconselham o mediador e sua equipe", deslocaria o foco da ação para quem está oferecendo o conselho, o que não é a intenção do texto-fonte. A voz passiva mantém assim o foco em fornecer orientação aos (às) mediadores (as).

Por ser um trecho que possui a tipologia injuntiva, apresenta estruturas na forma passiva, assim como destacado por Kussmaul (1997, p. 77, *apud* Silva, 2021, p. 31). Tal estrutura é usada para transmitir diretrizes de maneira clara e impessoal. Além disso, é usada para focar a atenção na ação/ na orientação dada, em vez de quem está fornecendo a orientação.

Na tradução da segunda linha, o tempo verbal predominante em inglês na tradução fornecida é o presente. Os verbos "are", "is", e "are" são todos conjugados no presente indicativo. Por isso, na tradução foram utilizados principalmente tempos verbais no presente, como "estão", "é", "sejam", para manter a descrição no presente, refletindo, assim, o contexto atual dos conflitos violentos e da violência sexual relacionada a esses conflitos.

No português, a escolha do subjuntivo "sejam" ao invés do indicativo "são" na frase "Embora as mulheres e as meninas sejam, em geral, os principais alvos..." está relacionada ao uso do subjuntivo após conjunções concessivas como "embora", conforme defendido por Bechara (2009). Segundo Evanildo Bechara, gramático brasileiro, dentre outros usos, também se usa subjuntivo nas orações adverbiais com

as estruturas concessivas “ainda que”, “embora”, “conquanto”, “posto que”, entre outros (Bechara, 2009, p.237).

N português, observa-se que o subjuntivo pode ser empregado para expressar uma condição hipotética. O trecho destacado no quadro acima, quando introduzido por "embora", transmite a ideia de que, apesar de as mulheres e meninas serem frequentemente os principais alvos da violência sexual em conflitos, essa não é uma verdade absoluta em todos os casos, mas sim uma tendência geral que pode variar dependendo das circunstâncias específicas de cada conflito.

Outra característica do texto é a utilização de marcadores numerais que transmitem a ideia de que existe uma estrutura de hierarquia entre os conceitos e as orientações. Esses recursos visam a organização das informações e a facilitação da compreensão de passos ou princípios cruciais, de modo que se assegure que as orientações sejam apresentadas de forma clara, para que possam ser entendidas com facilidade.

Quadro 24 - Uso de marcadores numerais

Texto-fonte	Texto-alvo
<p><i>The mediator and his/her team are advised to consider three key areas in addressing conflict-related sexual violence in framing provisions for post-conflict justice and reparations in peace agreements: (1) accountability for those with a history or association with conflict-related sexual violence; (2) protection and participation of victims and witnesses engaged in pursuit of justice and reparations; and (3) reparations for victims of conflict-related sexual violence.</i></p>	<p>O mediador e sua equipe são aconselhados a considerar três áreas-chave ao abordar a violência sexual relacionada ao conflito ao formular disposições relativas à justiça e reparações pós-conflito em acordos de paz: (1) responsabilização das pessoas com antecedentes ou associação a violência sexual relacionada ao conflito; (2) proteção e participação das vítimas e testemunhas empenhadas na procura de justiça e reparação e (3) reparação das vítimas de violência sexual relacionada ao conflito.</p>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

4.3.8 Elementos suprasegmentais

Segundo Nord, as características suprasegmentais abrangem todos os aspectos da organização textual que vão além da análise de palavras ou construções

sintáticas. Esses elementos suprasegmentais, como o itálico, o negrito, as aspas, têm um impacto direto na expressão escrita e na interpretação do texto, pois podem alterar a entonação, o ritmo e a ênfase em determinadas partes do texto.

No caso do manual analisado em questão, esses elementos são utilizados com duas funções: uma função hierárquica e outra enfática. Em relação à função hierárquica, o texto está dividido em partes, seções e parágrafos, com cabeçalhos e subcabeçalhos em destaque (negrito ou itálico), o que auxilia na criação de uma estrutura hierárquica que orienta o (a) leitor (a) ao longo do documento. As partes principais do documento são destacadas em negrito, enquanto as subseções, em itálico. Ao sinalizar os títulos e subtítulos de forma distinta, o (a) leitor (a) consegue identificar informações de maneira ágil e hierarquizada.

Em relação à função enfática, a ênfase de determinados trechos do texto é alcançada por meio do uso do elemento visual negrito. No documento, frases ou termos importantes são destacados para atrair a atenção do (a) leitor (a) para essas palavras, como ilustrado a seguir:

Quadro 25 - Exemplificação do uso de negrito

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>Mediators and their teams may consider encouraging civil society, including women's groups, to convene a public forum (s) [sic.] to discuss security and peacebuilding issues, including conflict-related sexual violence. Outcomes of such discussions can be fed back to the mediation team and used in discussion with the parties .</i>	Os (As) mediadores (as) e suas equipes podem considerar incentivar a sociedade civil, incluindo grupos de mulheres, a convocar um ou mais fóruns públicos [sic.] para discutir questões de segurança e consolidação da paz, incluindo a violência sexual relacionada ao conflito.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

Além do uso de negrito e itálico, as aspas são empregadas para enfatizar o uso não literal de uma palavra, conforme exemplificado a seguir:

Quadro 26 - Exemplificação do uso de aspas

Texto-fonte	Texto-alvo

<p>Criminal Justice [sic.]: While some peace agreements provide for the establishment of war crime tribunals or chambers, the majority of wartime abuses tend to be referred to the domestic justice system with a strong emphasis on traditional/informal justice processes. Most agreements do not address how these processes can effectively prosecute conflict-related or protect the dignity and safety of survivors of sexual violence. Prosecutions through these mechanisms often focus on the senior-most perpetrators, while “de facto” [sic.] amnesty continues to exist for the “rank and file” [sic.]. This has an impact on perceived impunity and redress for victims.</p>	<p>A Justiça Criminal [sic.]: Embora alguns acordos de paz prevejam o estabelecimento de tribunais ou câmaras para crimes de guerra, a maioria dos abusos cometidos durante o período de guerra tende a ser encaminhada para o sistema de justiça nacional, com um forte enfoque em processos de justiça tradicionais/informais. A maioria dos acordos não aborda como esses processos podem efetivamente processar os crimes relacionados ao conflito ou proteger a dignidade e a segurança dos sobreviventes de violência sexual. Os processos judiciais através destes mecanismos centram-se frequentemente nos perpetradores de mais alto escalão, enquanto a anistia “de facto” [sic.] continua a existir para os “soldados” [sic.]. Essa situação tem um impacto na percepção de impunidade e da reparação das vítimas.</p>
---	--

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

Nos trechos acima, as aspas são usadas em "de facto" e "rank and file" para realçar termos específicos que possuem significados técnicos e contextuais particulares. Segundo Guilherme Bianchini de Oliveira (2017), advogado brasileiro, ao utilizar a expressão “de facto”, o texto indica uma expressão em latim comumente usada no jargão jurídico para significar "de fato", em contraste com a expressão "de jure", que significa "de direito". No trecho selecionado, a expressão "de facto" é usada no contexto do manual para indicar que, na realidade, há uma anistia que continua a existir, mesmo que não seja formalmente reconhecida ou oficializada.

O uso das aspas em “de facto” ajuda a evidenciar o termo estrangeiro e técnico, que muitas vezes não é diretamente traduzível e que possui um significado específico dentro do contexto particular. Além disso, essas aspas também podem indicar que o uso da expressão é irônico ou crítico, destacando a discrepância entre a teoria (leis que deveriam se aplicar a todos) e a realidade (alguns indivíduos continuam impunes).

Em relação à expressão “rank and file”, ela destaca uma frase específica que se refere aos membros da base de uma organização, neste caso, os soldados ou combatentes de menor patente dentro de um contexto militar. Nesse caso específico,

as aspas podem ter sido usadas para dar um tom sarcástico e irônico à frase. As aspas em "rank and file" podem sugerir que o (a) autor (a) esteja questionando a ideia de que esses combatentes de nível inferior (os chamados "rank and file") são menos culpáveis ou que a anistia para eles é menos problemática.

O uso das aspas pode levar a interpretação de que, apesar de serem considerados "menos importantes", esses indivíduos também têm responsabilidade significativa pelos crimes cometidos, no caso a violência sexual, e a anistia para eles pode contribuir para a sensação de impunidade. Portanto, as aspas podem estar destacando uma crítica implícita à ideia de que apenas os agentes que estão no topo da hierarquia são na realidade processados e responsabilizados, enquanto os de nível inferior são praticamente ignorados e passam impunes.

Desse modo em ambos os exemplos apresentados, as aspas ajudam a sinalizar ao (à) leitor (a) que esses termos devem ser entendidos de uma forma específica e dentro do contexto jurídico da mediação de conflitos. Além dessas interpretações, há outro uso das aspas no manual: citar diretamente trechos de documentos, discursos e declarações oficiais, conforme mostrado no quadro a seguir:

Quadro 27 - Uso de citações de documentos oficiais

Texto-fonte	Texto-alvo
<p><i>The United Nations Security Council considers that "sexual violence, when used or commissioned as a tactic of war in order to deliberately target civilians or as a part of a widespread or systematic attack against civilian populations, can significantly exacerbate situations of armed conflict and may impede the restoration of international peace and security". Three Security Council resolutions specifically oblige the UN system to address conflict-related sexual violence.</i></p>	<p>O Conselho de Segurança das Nações Unidas considera que "a violência sexual, quando usada ou encomendada como tática de guerra para deliberadamente atacar civis ou como parte de um ataque generalizado ou sistemático contra populações civis, pode exacerbar significativamente situações de conflito armado e pode dificultar a restauração da paz e segurança internacionais". Três resoluções do Conselho de Segurança obrigam especificamente o sistema da ONU a abordar a violência sexual relacionada ao conflito.</p>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

O uso de aspas no trecho fornecido destaca uma citação direta do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a violência sexual em contextos de conflito presente na Resolução 1820. As aspas ajudam o (a) leitor (a) a distinguir claramente

entre a fala do (a) autor/emissor (a) do documento e as palavras exatas de uma fonte externa. Esse uso reforça a seriedade da declaração e a necessidade de considerá-la dentro de políticas e práticas relacionadas ao combate à violência sexual em conflitos.

4.4 EFEITO

Segundo Nord, a tradução não deve ser vista apenas como uma transferência mecânica das estruturas linguísticas do texto-fonte para o texto traduzido, mas sim como um processo em o (a) tradutor (a) reflete acerca das características do texto-fonte e texto-alvo. Diferentemente da intenção e da função do texto, o efeito de um texto sobre um (a) receptor (a) só pode ser avaliado posteriormente, no momento do recebimento do texto por parte dos interlocutores.

No caso do manual *GM-SVPA*, um possível efeito alcançado pelo documento, segundo os conceitos de Nord (2016), seria a capacidade deste manual de informar orientações para os (as) mediadores (as) e para leitores (as) eventuais sobre a abordagem da violência sexual nos processos de paz e de cessar-fogo, tanto na língua-fonte em que o texto foi escrito inicialmente quanto na tradução para o português.

As análises da cultura-alvo e de partida realizadas ao longo deste capítulo, acompanhadas pela análise pormenorizada do manual *GM-SVPA*, contribuíram significativamente para as decisões discutidas aqui, centradas principalmente nas funções do texto analisado e traduzido. Essas análises proporcionaram uma compreensão mais profunda do conteúdo dentro de um contexto específico e em determinado momento. Com base nessas análises, a tradutora foi capaz de tomar decisões conscientes em seu trabalho diante da compreensão do texto-fonte e do papel efetivo que o texto desempenhará na cultura-alvo obtida através da análise textual proposta por Nord (2016).

CAPÍTULO 5

Nesta seção, serão apresentadas outras decisões de tradução que foram feitas durante o processo tradutório, apesar de que diversas escolhas tradutórias já apareceram nas subseções 4.1 e 4.2, como o caso do termo “de facto”.

Neste capítulo e no anterior, cada decisão de tradução foi cuidadosamente ponderada, levando em consideração não apenas as particularidades linguísticas, mas também as peculiaridades culturais e contextuais presentes na obra e na cultura-alvo. É relevante destacar que, em alguns casos, optou-se por uma abordagem que privilegia a manutenção do mesmo significado do texto-fonte, enquanto em outros momentos, priorizou-se uma adaptação mais dinâmica que pudesse ser mais fluente para o público-alvo da tradução.

5. TÍTULOS

Fontes e documentos externos, como entidades, reuniões, resoluções da ONU, diretrizes e legislações internacionais, são mencionados no manual *GM-SVPA*. A presença desses elementos externos no texto principal confere uma análise mais profunda e abrangente da questão da violência sexual em situações de conflito.

A tradução dos títulos dessas fontes externas no texto-alvo foi, em grande medida, fundamentada nas traduções observadas no site oficial das Nações Unidas, disponível em português e nos materiais institucionais (notícias e documentos) encontrados em português. Assim como observado pela pesquisadora Fernanda Garcia (2014, p.59), as traduções presentes no site da ONU no português podem levar os usuários a páginas em que o material fonte está disponibilizado em inglês.

Assim como adotado por Garcia (2014) em sua tradução dos títulos da ONU, neste trabalho, a tradutora também buscou garantir que as traduções presentes no manual estivessem alinhadas com as traduções apresentadas pelo site da ONU no português brasileiro, assegurando que o público-alvo encontrasse facilmente as referências.

Na tabela abaixo, há alguns exemplos dos títulos traduzidos com base no que foi encontrado na ONU Brasil:

Texto-fonte	Texto-alvo
<p><i>The Colloquium was organized by the United Nations Development Fund for Women (now part of UN Women), Department of Political Affairs, Department of Peacekeeping Operations, United Nations Development Programme, and Office for the Coordination of Humanitarian Affairs on behalf of UN Action Against Sexual Violence in Conflict and in partnership with the Centre for Humanitarian Dialogue.</i></p>	<p>O Colóquio foi organizado pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, atualmente parte da ONU Mulheres, Departamento de Assuntos Políticos, Departamento de Operações de Manutenção da Paz, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários em nome da Ação da ONU contra a Violência Sexual em Conflitos e em parceria com Centro para o Diálogo Humanitário*.</p>
<p><i>Organized by DPA, DPKO, UNDP, UNIFEM and OCHA on behalf of UN Action Against Sexual Violence in Conflict and in partnership with the Centre for Humanitarian Dialogue (HDC).</i></p>	<p>Organizado pelo Departamento de Assuntos Políticos (DPA, sigla em inglês), Departamento de Operações de Paz (DPKO, sigla em inglês), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP, sigla em inglês), Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM, sigla em inglês) e Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, sigla em inglês) em nome da Ação da ONU Contra a Violência Sexual em Conflito e em parceria com o Centro para o Diálogo Humanitário (HDC, sigla em inglês).</p>
<p><i>See “Report of the Secretary-General on the implementation of Security Council resolutions 820 (2008) and 1889 (2009)” (S/2010/604).</i></p>	<p>Vide “Report of the Secretary-General on the implementation of Security Council resolutions 820 (2008) and 1889 (2009)” (S/2010/604).</p>
<p><i>Security Council resolution 1820 (2008), Security Council resolution 1888 (2009) and Security Council resolution 1960 (2010), among their provisions, prohibit amnesty for conflict-related sexual violence; require the UN system to develop mediation methods to address conflict-related sexual violence; and provide the accountability architecture to list and de-list perpetrators, as well as to report on patterns and trends in conflict-related sexual violence.</i></p>	<p>As resoluções 1820 do Conselho de Segurança (2008), 1888 (2009) e 1960 (2010), entre suas disposições, proíbem anistia para violência sexual relacionada ao conflito; exigem que o sistema das Nações Unidas desenvolva métodos de mediação para abordar a violência sexual relacionada ao conflito; e fornecem a estrutura de responsabilização para listar e retirar da lista perpetradores, bem como para relatar padrões e tendências em violência sexual relacionada ao conflito.</p>

	tendências na violência sexual relacionada ao conflito.
--	---

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012) e Garcia (2014, p.59).

A ausência de uma tradução para o português brasileiro do documento "Report of the Secretary-General on the implementation of Security Council resolutions 820 (2008) and 1889 (2009)" dificulta que mediadores (as) brasileiros (as) e potenciais leitores (as) localizem o documento caso optem por buscar a versão traduzida do título. Além disso, o título está entre aspas, indicando que foi transcrito integralmente, portanto, uma tradução literal poderia comprometer o propósito do documento, que é informar e orientar profissionais envolvidos (as) na mediação de conflitos sobre como lidar com a violência sexual relacionada a conflitos, usando recursos externos para um maior aprofundamento, como outros documentos da ONU.

5.1 ESTRANGEIRISMO

O manual em questão é direcionado a um público especializado, composto por profissionais envolvidos na mediação. Por essa razão, emprega-se jargões da área do direito e das relações internacionais, termos familiares e compreensíveis para especialistas que compartilham da mesma bagagem linguística.

"Inter alia" é uma expressão latina que, segundo o glossário de termos jurídicos do desembargador brasileiro Silvio Teixeira Moreira (2008), significa "entre outras coisas"²⁷. O uso de termos do latim no português, fenômeno conhecido como latinismo, é bastante comum em áreas como o direito, onde esses termos são frequentemente empregados.

Barbosa (2020, p.79) discorre sobre o uso de termos de uma língua em outra através do processo tradutório conhecido como "estrangeirismo", entendido como a cópia de um vocábulo da língua-fonte no texto da língua-alvo. Nessa técnica, portanto, há a conservação da estrutura escrita e semântica original da palavra se tradução, como exposto abaixo:

²⁷ *Inter alia*. Disponível <<https://www.migalhas.com.br/coluna/latinorio/63693/aula-n--97>>. Acesso em 29 de maio de 2024.

Quadro 29 - Uso da transcrição na tradução do termo “inter alia”

Texto-fonte	Texto-alvo
<p><i>The United Nations Security Council considers that “sexual violence, when used or commissioned as a tactic of war in order to deliberately target civilians or as a part of a widespread or systematic attack against civilian populations, can significantly exacerbate situations of armed conflict and may impede the restoration of international peace and security”. Three Security Council resolutions specifically oblige the UN system to address conflict-related sexual violence.</i></p>	<p>O Conselho de Segurança das Nações Unidas considera que "a violência sexual, quando usada ou encomendada como tática de guerra para deliberadamente atacar civis ou como parte de um ataque generalizado ou sistemático contra populações civis, pode exacerbar significativamente situações de conflito armado e pode dificultar a restauração da paz e segurança internacionais". Três resoluções do Conselho de Segurança obrigam especificamente o sistema da ONU a abordar a violência sexual relacionada ao conflito.</p>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

Outro exemplo de estrangeirismo é a transcrição do termo “checklist” do texto-fonte para o texto-alvo devido à incorporação deste termo de língua inglesa nos dicionários de língua portuguesa. O termo em inglês, que em português significa “lista de verificação”, é amplamente usado em textos no português e muitas vezes é preferível ao termo “lista de verificação”.

Quadro 30 - Uso da transcrição na tradução do termo “checklist”

Texto-fonte	Texto-alvo
<p><i>In order to fulfill specific Security Council mandates on the issue, the mediator and his/her team can draw on the following <u>checklist</u> (and the more detailed guidance that accompanies it) for addressing conflict-related sexual violence as part of the overall mediation strategy.</i></p>	<p>Com o objetivo de cumprir mandatos específicos do Conselho de Segurança sobre a questão, o mediador e sua equipe podem se basear na seguinte <u>checklist</u> (e nas orientações mais detalhadas que a acompanham) para a abordagem da violência sexual relacionada ao conflito como parte da estratégia geral de mediação.</p>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

A transcrição do termo “continuum” do texto-fonte no texto-alvo é justificada pelos mesmos motivos dos termos acima mencionados. O termo de origem latina, que

em português, segundo o dicionário online *Michaelis*, significa “sequência ininterrupta”, “contínuo”²⁸, é encontrado em textos em português e nos dicionários, o que mostra que foi incorporado na língua.

Quadro 31 - Uso da transcrição na tradução do termo “continuum”

Texto-fonte	Texto-alvo
[...] <i>To this end, addressing conflict-related sexual violence can be seen as part of a <u>continuum</u>: from facilitating security, to dealing with the past, to breaking the cycle of impunity and ensuring reconciliation and rehabilitation.</i>	[...] Para esse fim, a abordagem da violência sexual relacionada ao conflito pode ser vista como parte de um <u>continuum</u> : desde a facilitação da segurança, ao enfrentamento do passado, até rompimento do ciclo de impunidade e garantia de reconciliação e reabilitação.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

O termo "cluster de proteção" é mais um exemplo em que se utiliza o procedimento do estrangeirismo. Essa expressão é comumente utilizada nos contextos das relações internacionais, especialmente em documentos e em debates que tratam de questões humanitárias e de proteção em situações de conflitos armados e crises humanitárias. Os *clusters* são formados a partir da colaboração de organizações internacionais que se unem com o objetivo de realizar ações específicas visando aprimorar a coordenação das atividades humanitárias (Jahre; Jensen, 2010).

Quadro 32 - Uso da transcrição na tradução do termo “protection cluster”

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>In order to assess whether conflict-related sexual violence may be occurring, or may have occurred, particularly during ongoing hostilities, proactive outreach and coordination efforts by the mediation team is advised with the Office of the Special Representative of the Secretary-General on Sexual Violence in Conflict, humanitarian actors or a humanitarian liaison,12 <u>protection clusters</u>,13 other UN actors, women’s groups and networks,14 victims of conflict-related sexual</i>	Para avaliar se a violência sexual relacionada a conflitos pode estar ocorrendo ou ter ocorrido, especialmente durante hostilidades em curso, é aconselhável que a equipe de mediação realize esforços proativos de divulgação e coordenação com o Gabinete do Representante Especial do Secretário-Geral sobre Violência Sexual em Conflito, atores ou Oficial de Ligação humanitários,12 <u>clusters de proteção</u> , 13 outros atores das Nações Unidas, grupos e redes de

²⁸Disponível

em:

<https://michaelis.uol.com.br/palavra/8QWB/continuum/#:~:text=3%20Mat%20Uma%20sequ%C3%AAncia%20ordenada%20ininterrupta%3B%20conjunto%20cont%C3%ADnuo>. Acesso em 29 de maio de 2024.

<i>violence and their communities, police, former soldiers, and religious and political leaders, as appropriate.</i>	mulheres, vítimas de violência sexual relacionada a conflitos e suas comunidades, polícia, ex-soldados e líderes religiosos e políticos, conforme apropriado.
--	---

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

O termo "cluster" é empregado por organizações internacionais, governos, acadêmicos e profissionais para descrever a coordenação e o agrupamento de esforços voltados para proteger e assistir pessoas em situações vulneráveis (Jahre; Jensen, 2010). Este termo não possui equivalente em português, sendo utilizado na forma original em textos escritos nesse idioma. Portanto, é crucial manter a integridade e a precisão do termo ao transferi-lo para o português, de modo que seja consistente com a forma que é encontrado nos textos em português, pois a tradução deve capturar não apenas o significado literal, mas também a essência do uso do conceito original, para evitar perda de referência e interpretações equivocadas.

5.2 TERMOS TÉCNICOS

Como mencionado anteriormente, o manual *GM-SVPA* apresenta uma terminologia jurídica e política específica. Determinados termos foram traduzidos de acordo com o seu uso recorrente na língua-alvo no contexto da mediação e das relações internacionais, conforme exemplificado abaixo:

Quadro 33 -Tradução do termo 'peacebuilding'

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>[...] It provides strategies for including this security and <u>peacebuilding</u> concern within ceasefire and security arrangements and in framing provisions for post-conflict justice and reparations.</i>	[...] Ele fornece estratégias para incluir essa preocupação de segurança e de <u>consolidação da paz</u> nos acordos de cessar-fogo e segurança, bem como elaborar disposições relativas à justiça e reparações pós-conflito.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

Conforme observado em publicação de Gilda Neves (2009, p.9), diplomata brasileira, pela FUNAG, o termo "peacebuilding" é atualmente empregado em contextos diplomáticos e acadêmicos ligados ao cenário de solução de conflitos e construção da paz. Segundo Neves (2009, p.9), o termo pode ser traduzido

literalmente do inglês para o português como "construção da paz" ou, de forma mais ampla, como "consolidação da paz", opção indicada pela instituição. Segundo a autora, essa tradução leva em consideração o contexto das Nações Unidas e de seus dois idiomas oficiais neolatinos, contexto em que as formas utilizadas são "consolidación de la paz" e "consolidation de la paix".

A FUNAG, Fundação Alexandre de Gusmão, é uma instituição brasileira ligada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil, que fomenta o debate científico e a reflexão sobre questões globais. Essa instituição é uma grande referência no estudo de questões relacionadas às relações internacionais e à política externa do Brasil. Desse modo, tendo em vista a referência e à respeitabilidade que a instituição possui, assim como a tradução presente no documento pesquisado, a tradutora adotou a tradução do termo "peacebuilding" como "consolidação da paz".

Outro termo técnico observado é "command responsibility". Essa construção é específica da área do direito internacional e da área militar. Conforme definido pelo glossário online do *European Center for Constitutional and Human Rights* (ECCHR), esse termo:

permite que os comandantes sejam responsabilizados criminalmente por crimes cometidos pelos seus subordinados. Isto aplica-se se o comandante estava em posição de evitar crimes cometidos por forças sob o seu controle efetivo e sabia ou deveria saber que o crime seria cometido. (ECCHR, *tradução nossa*).²⁹

Ao analisar textos relacionados a esse tipo de responsabilidade no português, nota-se o uso da locução nominal "responsabilidade de comando", termo presente, por exemplo, na dissertação de mestrado de Marcelo Feital para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, intitulada "A responsabilidade de comando por atos de subordinados no Direito Internacional dos Conflitos Armados" (2010). Na expressão em questão há a adição da preposição "de" formando uma expressão preposicional ("de comando") combinada ao substantivo ("responsabilidade"). Essa construção transmite a ideia de que existe uma obrigação (responsabilidade) que é inerente à posição de liderança (comando).

²⁹ No original: "[...] allows for commanders to be held criminally liable for crimes committed by their subordinates. This will apply if the commander was in a position to prevent crimes committed by forces under their effective control and knew or should have known that the crime would be committed" (European Center for Constitutional and Human Rights).

O inglês e o português diferem em suas estruturas gramaticais. Enquanto o inglês frequentemente utiliza a estrutura com adjetivo seguido por substantivo (por exemplo, "command responsibility"), o português frequentemente recorre a locuções preposicionais. Portanto, no português, o termo "responsabilidade de comando" apresenta em sua composição a preposição "de" para ligar os dois substantivos, indicando uma relação de pertencimento ou origem da responsabilidade no comando, como observado abaixo.

Quadro 34 - Tradução do termo "command responsibility"

Texto-fonte	Texto-alvo
[...] <i>Early discussions on <u>command responsibility</u> can help to ensure that parties understand the risks and legal, political, economic and personal consequences for the use of conflict-related sexual violence. [...]</i>	[...]. As primeiras discussões sobre a <u>responsabilidade de comando</u> podem ajudar a garantir que as partes entendam os riscos e as consequências legais, políticas, econômicas e pessoais do uso de violência sexual relacionada ao conflito. [...]

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

O termo "criminal accountability" é mais um exemplo de terminologia técnica presente no manual. Segundo o *Cambridge Dictionary*, o termo se refere à "responsabilidade por qualquer comportamento ilegal que cause algum mal ou danos a alguém ou a algo" (Cambridge Dictionary, [s.], *tradução nossa*).³⁰ O adjetivo "criminal" neste contexto está delimita à área jurídica pertencente e se refere a algo que está associado ao sistema criminal/penal. Ao observar as ocorrências de adjetivos que qualificam o substantivo "responsabilidade" na legislação brasileira, observa-se que há ocorrência da forma "responsabilidade penal" e em menor escala da estrutura "responsabilidade criminal". Portanto, optou-se pelo substantivo "responsabilidade penal" devido a sua maior frequência nos textos jurídicos.

Quadro 35 - Tradução do termo "criminal accountability"

³⁰*Criminal accountability*. Disponível em <https://dictionary.cambridge.org/us/dictionary/english/criminal-liability>. Acesso em 17 mar. 2024.

No original: "responsibility for any illegal behaviour that causes harm or damage to someone or something."

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>Transitional justice mechanisms should include a mix of approaches, from <u>criminal accountability</u>, to truth seeking, and reparations and redress. [...]</i>	Os mecanismos de justiça de transição devem incluir uma variedade de abordagens que abarcam desde a <u>responsabilização penal</u> até a busca da verdade, assim como reparações. [...]

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

No quadro acima, pode-se citar outros dois termos técnicos, a expressão “reparations and redress”. Geralmente, esses termos são utilizados em conjunto para se referir ao processo de compensação e reparação no processo de justiça. O objetivo desse processo é corrigir injustiças e mitigar os efeitos de determinados eventos sobre comunidades afetadas.

Em inglês, “reparations” e “redress” são termos distintos, embora relacionados. O termo *reparation* se refere especificamente à compensação financeira ou material como forma de reparar danos e injustiças (*Cambridge Dictionary*, [s.d]). Geralmente, é usado para descrever compensações diretas concedidas a grupos ou indivíduos que foram prejudicados historicamente.

Por outro lado, *redress* é mais amplo e abrange não apenas a compensação financeira, mas também a reparação de uma injustiça ou desigualdade. Isso pode incluir diversas medidas corretivas, como retratações, entre outras, destinados a corrigir ou mitigar os efeitos de injustiças passadas e prevenir futuras injustiças, como discorrido por Murray:

redress é uma reparação ou compensação, e pode incluir compensação financeira, prestação de serviços, reconhecimento e desculpas e similares. Inclui danos, ou compensações financeiras, obtidos através de litígios civis, bem como esquemas ou processos estabelecidos por governos ou instituições para oferecer compensação, reparação e/ou serviços.³¹ (Murray, 2015, p. 87, *tradução nossa*)

No português, não há uma diferenciação tão nítida entre os dois termos, “reparations” e “redress”, como é observado na língua inglesa. Ambos os termos

³¹ No original: “[...] is a remedy or compensation, and it can include financial compensation, provision of services, recognition and apologies and the like. It includes damages, or financial compensation, obtained through civil litigation, as well as schemes or processes established by governments or institutions to offer compensation, reparation and/or services ” (Murray, 2015, p. 87).

tendem a ser traduzidos de forma mais ampla e sem distinção como "reparação (s)" ou "compensação (s)".

Além dos termos técnicos mostrados anteriormente, os últimos exemplos de termos técnicos que podem ser observados são os termos “arrangement” e “agreement”.

Quadro 36 - Tradução dos termos “agreements” e “arrangements”

Texto-fonte	Texto-alvo
<i>If left unaddressed, it can be used as a means to continue acts of war outside the purview of <u>agreements</u> and monitoring teams, which can trigger cycles of vengeance and vigilantism, and risk undermining confidence in <u>agreements</u> and possibly the mediation process itself.</i>	Se não for abordada, ela pode ser usada como um meio de continuar atos de guerra fora do escopo de <u>acordos</u> e equipes de monitoramento, o que pode desencadear ciclos de vingança e justiça com as próprias mãos e correr o risco de minar a confiança nos <u>acordos</u> e possivelmente no próprio processo de mediação.
<i>Amnesties for crimes under international law are prohibited, and <u>arrangements</u> for transitional justice are included, particularly prosecution, reparations and truth-seeking bodies.</i>	Anistias nos casos de crimes tipificados, conforme o direito internacional, sejam proibidas, e <u>arranjos</u> relativos à justiça de transição sejam incluídos, especialmente em relação ao processo criminal, às reparações e Comissões da Verdade.

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

O Relatório sobre o Direito dos Tratados (*Law of Treaties*), disponibilizado pela Organização das Nações Unidas em 1953, apresenta uma definição de “agreement”, como mostrado abaixo:

Agreements, as defined in article 1, constitute treaties regardless of their form and designation. (International Law Commission, 1953, p. 90)³²

De acordo com a definição acima, um "agreement" refere-se a um tratado ou compromisso formal firmado entre partes, desse modo um acordo de paz é um todo tipo de "agreement". Por outro lado, segundo as definições de *Cambridge Dictionary* online e *Word Reference*, um "arrangement" refere-se ao planejamento, disposição ou

³² “Os acordos, conforme definidos no artigo 1º, constituem tratados, independentemente de sua forma e designação” (International Law Commission, 1953, p. 90, *tradução nossa*).

organização de um plano/acordo e pode ser menos formal do que um "agreement". Desse modo, o termo "arrangement" trata-se de uma expressão mais informal do que "agreement", focando mais na organização ou disposição de algo do que em um compromisso formal.

Segundo o *dicionário de direito, economia e contabilidade: português-inglês/inglês-português*, de Marcílio Moreira de Castro, publicado em 1981, o termo "arrangement" é equivalente da palavra "acordo", assim como "agreement". Desse modo, observa-se que a fonte mencionada mostra que ambos os termos são utilizados como sinônimos e ambos significam "acordo".

Entretanto, ao observar a tradução da sigla *Ceasefire and Transitional Security Arrangements Monitoring Mechanism* (CTSAMM) presente no Decreto nº 9.710, de 13 de fevereiro de 2019, em que há a presença do termo "arrangements", é possível perceber que o termo "arrangements" foi traduzido como "arranjos", como exposto na seguinte passagem:

A obstrução de atividades de missões internacionais de manutenção da paz, diplomáticas ou humanitárias no Sudão do Sul, incluindo o Mecanismo de Monitoramento do Cessar-fogo e dos Arranjos de Segurança Transicional (CTSAMM, na sigla em inglês), ou a entrega, distribuição ou acesso de assistência humanitária; (Brasil, 2019).

No trecho destacado acima, o termo "transitional security arrangements" é traduzido como "arranjos de segurança transicional". A palavra "arranjos" foi escolhida para traduzir "arrangements", que neste contexto se refere aos acordos provisórios voltados à segurança durante um período de transição, como é o caso do contexto da expressão no exemplo presente no quadro 36. É necessário recordar que em *GM-SVPA*, há uma série de orientações que ajudam os (as) mediadores (as) sobre como abordar a violência sexual nos acordos de paz e cessar-fogo, o que inclui também todos os processos que levam a assinatura de um acordo, isto é, os processos preparatórios em que se há o estabelecimento de arranjos, que posteriormente irão se transformar em acordos.

No texto, há uma clara distinção entre três principais termos, "provisions", "arrangement" e "agreement", que se referem a diferentes aspectos de como as partes estabelecem e organizam obrigações e disposições no contexto de negociação de acordos de paz e cessar-fogo. Enquanto, "provisions" refere-se às cláusulas

específicas de um acordo que definem condições e obrigações, "arrangement" refere-se à organização de um plano ou ao próprio plano formal ou informal. Por outro lado, um "agreement" trata-se de um compromisso mais formal entre partes do que um "arrangement".

Embora a tradução de "arrangement" pelo substantivo "arranjos" possa ter uma conotação menos formal, neste contexto, essa escolha se mostrou benéfica porque distingue a tradução desse termo da tradução de "agreement", além de capturar a natureza temporária e prática dessas medidas. Ademais, ao observar documentos do governo brasileiro, o termo "arrangement" é traduzido como "arranjo". Diante disso, na tradução final do manual que foi traduzido neste trabalho, optou-se por utilizar a tradução como "arranjo" para "arrangement", em consonância com a terminologia adotada em documentos oficiais do Governo brasileiro e com o significado da expressão no contexto analisado.

5.3 REPETIÇÃO

A tendência de repetir palavras ou estruturas pode variar entre o inglês e o português, dependendo da situação e do propósito da comunicação. Na língua inglesa, recorre-se frequentemente à repetição devido a constante necessidade da língua em referenciar os elementos mencionados anteriormente para estabelecer coesão e coerência textual. Por outro lado, no português, especialmente na escrita formal e acadêmica, há uma tendência de se evitar a repetição através do uso de sinônimos ou pronomes (Maciel, 2010, p. 131 *apud* Neves, 2010, p.24). Esse padrão reflete o estilo da língua portuguesa formal, que valoriza um estilo mais variado de palavras, priorizando a substituição sem recorrer tanto à repetição, como frequentemente observado na língua inglesa.

No GM-SVPA, há várias estruturas que se repetem, as quais poderiam ser eliminadas na tradução em português do manual devido ao idioma evitar esse tipo de repetição desnecessária, como mencionado previamente. A omissão dessas estruturas, conforme exposto abaixo, não gera prejuízos sintáticos, nem semânticos para o conteúdo do texto, além de não comprometer a compreensão textual.

Texto-fonte	Texto-alvo
<p>6 <u>Security Council resolution 1820 (2008), Security Council resolution 1888 (2009) and Security Council resolution 1960 (2010), among their provisions, prohibit amnesty for conflict-related sexual violence; require the UN system to develop mediation methods to address conflict-related sexual violence; and provide the accountability architecture to list and de-list perpetrators, as well as to report on patterns and trends in conflict-related sexual violence.</u></p>	<p>6 <u>As resoluções 1820 (2008), 1888 (2009) e 1960 (2010) do Conselho de Segurança), entre suas disposições, proíbem anistia para violência sexual relacionada ao conflito; exigem que o sistema das Nações Unidas desenvolva métodos de mediação para abordar a violência sexual relacionada ao conflito; e fornecem a estrutura de responsabilização para listar e retirar da lista perpetradores, bem como para relatar padrões e tendências na violência sexual relacionada ao conflito.</u></p>
<p><i>Knowledge Gathering, Knowledge Sharing and Strategic Communication</i></p>	<p><i>Levantamento, Coleta e Compartilhamento de Conhecimento e Comunicação Estratégica</i></p>

Fonte: Elaborada pela autora, com base em Department of Political and Peacebuilding Affairs (2012).

No exemplo acima, para que se evitasse a repetição de estruturas no português, optou-se por eliminar a repetição das palavras "Security Council resolution" e reestruturar a frase de maneira que apenas se citasse os números e os anos das resoluções. A omissão dessa estrutura permitiu que se preservasse a clareza e o significado da frase original, mas se eliminasse a repetição desnecessária da expressão completa "Security Council resolution" em português.

Diante de todas as decisões tradutórias apresentadas neste capítulo, observa-se que as escolhas tradutórias justificadas acima foram tomadas pela tradutora, com o objetivo de tornar o texto traduzido compreensível para os (as) leitores (as) brasileiros (as), principalmente, para os (as) mediadores (as) brasileiros (as), através da eliminação de termos repetidos, do uso frequente das expressões técnicas no contexto brasileiro e da tradução de títulos institucionais da Organização das Nações Unidas que podem ser facilmente localizados e acessados na internet pelo público brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foram propostos os seguintes objetivos: traduzir o manual *GM-SVPA* (2012); debruçar sobre a questão da violência sexual em contextos de conflitos armados e questões de gênero, a partir das teorias feministas; discutir as estratégias de tradução de termos e expressões especializadas em relação à temática, assim como discorrer sobre a função do texto traduzido.

Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements (2012) é um documento elaborado pelo antigo Departamento de Assuntos Políticos das Nações Unidas, que atualmente compreende o Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz das Nações Unidas. Ele oferece orientações aos mediadores e às mediadoras e suas equipes sobre como abordar a violência sexual relacionada a conflitos em acordos de cessar-fogo e de paz.

O primeiro objetivo proposto neste trabalho é realizar uma tradução funcionalista de *GM-SVPA* a partir dos conceitos de análise textual orientada para a tradução de Nord (2016) e dos procedimentos técnicos da tradução discutidos por Barbosa (2020). O texto-fonte *GM-SVPA*, assim como a tradução proposta neste trabalho, tem como função informar e orientar de forma didática o (a) receptor (a), os (as) mediadores (as), para que eles/elas compreendam e apliquem as orientações contidas no manual e, conseqüentemente, atendam às necessidades das vítimas afetadas pela violência sexual, facilitando processos de paz mais inclusivos e duráveis.

A abordagem funcionalista da tradução enfatiza a importância de uma tradução voltada à função pretendida/exigida do texto, principalmente do texto-alvo. Dentro dessa abordagem, Nord (2016) propõe uma metodologia de análise textual, que permite que se produza uma tradução que seja funcional e eficaz na cultura-alvo. Para tal finalidade, Nord fornece um conjunto de fatores internos e externos, os quais foram analisados neste trabalho, para entender e interpretar o texto-fonte.

A incorporação dos procedimentos técnicos de tradução de Barbosa (2020), dos princípios do funcionalismo na tradução e da metodologia de análise textual de Nord (2016; 2018) na tradução do manual *GM-SVPA* destaca a importância de se elaborar uma tradução fluente que atenda ao propósito planejado ou exigido para o texto-alvo. Essas abordagens combinadas permitiram que se buscasse neste trabalho

uma tradução final culturalmente relevante, eficaz e funcionalmente adequada para o público-alvo proposto.

Em relação ao segundo objetivo proposto, conforme anteriormente discutido, as perspectivas feministas nas Relações Internacionais destacam que o uso desse tipo de violência nos conflitos armados tem como finalidade atingir objetivos estratégicos (Wood, 2010). A cientista política americana Elisabeth Jean Wood (2010), por exemplo, observa que alguns grupos armados recorrem ao uso da violência sexual como forma de humilhação, punição e instauração do medo em vítimas e em comunidades. Em complemento, a antropóloga argentina Rita Segato (2003; 2018) argumenta que a violência sexual é uma condição necessária para a perpetuação das estruturas hierárquicas de gênero e outras ordens.

Assim como exposto, o Brasil enfrenta desafios significativos em relação à violência sexual, tanto nas suas participações em missões de paz quanto em situações de violência interna. A ausência de informações sobre como abordar a violência sexual no contexto dos conflitos armados e mitigar seus danos no contexto brasileiro faz com que seja necessário a utilização da tradução neste contexto como um possível recurso de acesso a orientações que orientam a abordagem dessa temática nos acordos de cessar-fogo e de paz.

Com o objetivo de promover maior atenção e discussão em relação à violência sexual em contextos de conflitos, optou-se pela tradução do manual *GM-SVPA*. A tradução de *GM-SVPA* para o português, que se apresenta como uma possibilidade de melhorar a compreensão e sensibilização em relação ao fenômeno da violência sexual nos contextos de conflitos por parte, principalmente, dos profissionais brasileiros envolvidos diretamente na mediação, como os (as) mediadores (as) brasileiros (as).

Em relação ao terceiro objetivo proposto neste trabalho, como observado durante as seções do presente trabalho, o manual em questão utiliza uma linguagem altamente técnica e específica de determinados campos do conhecimento, como do campo jurídico e das relações internacionais. Devido ao grau de especificidade e tecnicidade dos termos, ao longo do trabalho, foram discutidas diversas estratégias de tradução de termos e expressões especializadas em relação à temática discutida no manual traduzido.

Durante as escolhas tradutórias propostas na tradução final, em alguns casos, optou-se por uma abordagem que privilegia a manutenção do mesmo significado do

texto-fonte, enquanto em outros momentos, priorizou-se uma adaptação cultural dos termos que fosse mais compreensível para o público-alvo da tradução, isto é, os (as) mediadores (as) brasileiros (as). Para isso, foram utilizados os procedimentos técnicos da tradução discutidos por Barbosa (2020), como a equivalência, explicitação, expansão, que ofereceram métodos específicos, empregados durante os desafios linguísticos e culturais enfrentados.

Diante das reflexões e discussões apresentadas, espera-se que o presente trabalho contribua para futuras pesquisas acerca dos processos tradutórios que envolvem temas tão importantes para a atualidade, assim como em relação à discussão das diferentes teorias da tradução. Além disso, deseja-se também que a tradução presente neste trabalho seja uma possibilidade de uma melhor formação dos (as) mediadores (as) brasileiros (as) para que lidem de maneira mais eficaz com a violência sexual relacionada a conflitos em processos de cessar-fogo e acordos de paz.

BIBLIOGRAFIA

ACNUR. **Ação contra a violência sexual e de gênero: uma estratégia atualizada.** Divisão de Proteção Internacional. Junho de 2011. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2012/Acao_contra_a_violencia_sexual_e_de_genero.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2012/Acao_contra_a_violencia_sexual_e_de_genero. Acesso em: 05 mar. 2024.

ANDRADE, Isabela. **Violência Sexual em Conflitos Armados: uma leitura feminista e pós-colonial sobre as iniciativas de seu combate no Sistema ONU (2008 – 2019).** Orientadora: Luciana Ballestrin. 2020. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020. Disponível em: https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/6898/Dissertacao_Isabela%20Andrade.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 05 mar. 2024.

ARROJO, Rosemary. Os estudos da tradução na pós-modernidade, o reconhecimento da diferença e a perda da inocência. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 1, p. 53- 70, 1996. Disponível em: https://r.search.yahoo.com/_ylt=AwrFQFZr0uFmKQUA6Fnz6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZiEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1727285100/RO=10/RU=https%3a%2f%2fwww.researchgate.net%2fpublication%2f307784763_Os_Estudios_da_Traducao_na_Pos-Modernidade_o_Reconhecimento_da_Diferenca_e_a_Perda_de_Inocencia/RK=2/RS=5mMJellNyyfnFHxf0KbV9j8ghQ-. Acesso em: 18 mar.2024.

ARROJO, Rosemary (Org.). **O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino.** 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003. ISBN 85-7113-062-0. Disponível em: https://www.academia.edu/download/60861594/O_Signo_Desconstruido_-_Rosemary_Arrojo20191010-51427-1127gtx.pdf#page=76. Acesso em: 01 abr. 2024.

ARROJO, Rosemary. **Oficina de Tradução: A Teoria na Prática.** São Paulo: Editora Ática, 2007.

AUBERT, Francis Henrik. **As (in) fidelidades da tradução: servidões e autonomia do tradutor.** Campinas: Editora da Unicamp, 1993. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5779939/mod_resource/content/1/AUBERT_%28In%29fidelidades%20da%20tradu%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2024.

AZENHA Jr, João Júnior. **Tradução técnica e condicionantes culturais: primeiros passos para um estudo integrado.** São Paulo: Humanitas, 1999.

AZENHA Jr, João. Tradução Técnica, Condicionantes Culturais e os Limites da Responsabilidade do Tradutor. **Cadernos de Tradução**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 137-149, 1996. ISSN 1414-526X. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4925422>. Acesso em: 20 abr.2024.

BAKER, Mona. **Translation and Conflict: A narrative account.** 2. ed. Londres: Routledge, 2018.

BARBOSA, Heloísa G. **Procedimentos técnicos da tradução: uma nova proposta.** Campinas, São Paulo: Pontes, 2020, 3ª edição..

BARROS, Carolina de Sousa Saleiro. **A Tradução e a Terminologia na Comissão Europeia: relatório de estágio.** 2022. 104 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Tradução, Universidade do Porto, Porto, 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/146521>. Acesso em: 11 abr. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 22 mai. 2024.

_____. **Decreto nº 9.710, de 13 de fevereiro de 2019.** [S. l.], 13 de fevereiro. Aprova o embargo de armas e estende o regime de sanções aplicáveis à República do Sudão do Sul até 31 de maio de 2019. [S. l.], 13 fev. 2019. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9710.htm>. Acesso em: 25 mar. 2024.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CAMBRIDGE DICIONARY. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

CAMPOS, Tiago Soares. "O que é cessar-fogo?"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-cessar-fogo.htm>. Acesso em 29 jun. de 2024

CARREAU, Dominique; BICHARA, Jahyr-Philippe. **Direito Internacional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

CASTRO, Marcílio Moreira de. **Dicionário de Direito, Economia e Contabilidade**: português-inglês/ inglês-português. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

CASTRO, Olga. Gender, language and translation at the crossroads of disciplines. **Gender and Language**, [s. l.], v. 7, ed. 1, p. 5-12, 15 fev. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273818908_Introduction_Gender_language_and_translation_at_the_crossroads_of_disciplines. Acesso em: 07 jun. 2024.

CARVALHO, Orlene Lúcia de Saboia. Léxico. In: **Glossário Ceale**: termos de alfabetização, leitura e escrita para alfabetizadores. Belo Horizonte: UFMG/Ceale, 2014, s/p. Disponível em: <<https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/lexico>>. Acesso em: 05 mai. 2024.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. **Violência sexual durante conflitos armados: uma tragédia invisível**. 2016. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/content/violencia-sexual-durante-conflitos-armados-uma-tragedia-invisivel>. Acesso em: 29 jun. 2024.

COUTINHO, Mariana Paz. **Uma análise textual voltada para a tradução do manual The Indigenous Interpreter**. 2021. 151 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras - Tradução - Inglês) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <https://164.41.168.37/bitstream/10483/29143/1/2021_MarianaPazCoutinho_tcc.pdf> . Acesso em: 15 abr. 2024.

CUNHA, Mário Bastos. **Inglês como língua internacional e o curso LEA-NI da UESC: um estudo do livro Market Leader Elementary**. *C@alea: Cadernos de Aulas do LEA*, n. 7, dez. 2018, p. 60-81. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/calea/article/download/2136/1634/>. Acesso em: 05 abr. 2024.

DPPA- DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. **Guidance for Mediators on Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements**. [S.l.], 2012. Disponível em: <https://www.un.org/sexualviolenceinconflict/wp-content/uploads/2020/06/Background-Doc-1-DPA-Guidance-for-Mediators-on-Addressing-Conflict-Related-Sexual-Violence-in-Ceasefire-and-Peace-Agreements.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2024.

_____. **What we do**. Disponível em: <https://dppa.un.org/en/what-we-do#:~:text=DPPA%20supports%20the%20Secretary%2DGeneral's,political%20developments%20around%20the%20world>. Acesso em: 24 mai. 2024.

ECCHR - EUROPEAN CENTER FOR CONSTITUTIONAL AND HUMAN RIGHTS. **Command Responsibility**. Disponível em: <<https://www.ecchr.eu/en/glossary/command-responsibility/>>. Acesso em: 27 abr. 2024.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

FEITAL, Marcelo. **A responsabilidade de comando por atos de subordinados no Direito Internacional dos Conflitos Armados**. 2020. 210 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Ciências Militares, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/8910/1/MO%206285%20-%20MARCELO%20FEITAL.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2024.

FREITAS, Jeane Silva de; LACERDA, Jan Marcel de Almeida Freitas. A mediação facilitadora das organizações internacionais na resolução de conflitos: Uma análise da atuação da ONU e a da UA no conflito entre o Sudão e o Sudão do Sul. **Relações Internacionais**, Lisboa, 2016, n. 51, p. 89-106, set. 2016. Disponível em <http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992016000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 mar. 2024.

GAGGIOLI, Giovanni. Sexual violence in armed conflict: A violation of international humanitarian law and human rights law. **International Review of the Red Cross**, v. 96, n. 894, p. 503-538, 2014. DOI: 10.1017/S1816383115000211. Disponível em: <https://international-review.icrc.org/sites/default/files/irrc-894-gaggioli.pdf>. Acesso em: 01 mar.2024.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. A linguagem de especialidade e o texto técnico-científico. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 241-251, set./dez. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6381/4065>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

GARCIA, Fernanda de Deus. **Entendendo o tráfico de pessoas**: uma tradução funcionalista do relatório global da ONU sobre o tráfico de pessoas. 2014. 126 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras-Tradução) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/8273/1/2014_FernandadeDeusGarcia.pdf. Acesso em: 26 ago. 2024.

GRAMMATING. **Present simple in instructions**. Disponível em: <https://www.grammaring.com/present-simple-in-instructions>. Acesso em: 26 abr. 2024.

GREUEL, Marcelo da Veiga. Reflexões fenomenológicas sobre a Teoria da tradução. Florianópolis: **Cadernos de Tradução**, n. 1, p. 27–36, 1996. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/307653987_Reflexoes_Fenomenologicas_sobre_a_Teoria_da_Traducao_um_Esboco. Acesso em: 08 abr. 2024.

GODOY, Raquel Bezerra de. **Um exercício de tradução**: Traduzindo The complete guide to Joseph H. Pilates' techniques of physical conditioning. 2014. 98 f. Tese (Bacharel em Letras Tradução Inglês) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/9514/1/2014_RaquelBezerraDeGodoy.pdf. Acesso em: 11 jul. 2024.

HATIM, Basil; MASON, Ian. **Discourse and the translator**. Nova Iorque: Longman, 1990.

HOROWITZ, Sara. Mediation. In: WEBEL, Charles; GALTUNG, Johan (Ed.). **Handbook of Peace and Conflict Studies**. 2007. Disponível em: <https://www.mkgandhi.org/ebks/handbook-of-peace-and-conflict-studies.pdf>. Acesso em: 20 jun.2024.

HURTADO ALBIR, Amparo. **Traducción y traductología**: Introducción a la traductología. Madrid: Cátedra .2001.

INTERNATIONAL LAW COMMISSION. **Report on the Law of Treaties by Mr. H. Lauterpacht, Special Rapporteur**. Nova Iorque, 1953. Disponível em: <https://legal.un.org/ilc/documentation/english/a_cn4_63.pdf>. Acesso em: 29 maio 2024.

JAHRE, Marianne; JENSEN, Leif-Magnus. Coordination in Humanitarian Logistics through Clusters. **International Journal of Physical Distribution & Logistics Management**, 2010, v. 40, n.º. 8/9, p. 657-674. <https://doi.org/10.1108/09600031011079319>

KÖCHE, Vanilda Salton; BOFF, Odete Maria Benetti e MARINELLO, Adiane Fogali. Os gêneros textuais e a tipologia injuntiva. **Caderno Seminal Digital**, [S. l.], v. 7, n. 11, p. 1-20, v.11, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cadernoseminal/article/view/9821/7699>. Acesso em: 19 mai. 2024.

KOCOUREK, Rostislav. Textes et termes. **Meta**, v.36, n.1, p.71-76, 1991. Disponível em: <<https://www.erudit.org/en/journals/meta/1991-v36-n1-meta331/003330ar/>>. Acesso em: 19 mai. 2024.

KOSKINEN, Kaisa. Institutional translation: the art of government by translation. **Perspectives**, v. 22, n.4. p. 479-492, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280169916_Institutional_translation_the_art_of_government_by_translation. Acesso em: 23 mar.2024.

LEMOS, Clara Giffoni; THIAGO, Maria Eduarda Costa Santos de Souza. A relevância da tradução na diplomacia: O impacto da Resolução 242 na disputa árabe-israelense. **Cadernos de Aulas LEA**, v. 12, p. 156-167, dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/calea/article/view/3853>. Acesso em: 05 mai.2024.

LIMA, Júlia Soares de. **A lei de migração**: uma tradução funcionalista para a garantia de direitos. 2021. 150 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras - Tradução - Inglês) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/31088/1/2021_JuliaSoaresDeLima_tcc.pdf. Acesso em: 21 mar. 2024.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). **Gêneros textuais & ensino**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p.19-36.

MARGARIDA, Silvânia Mendonça Almeida. **A figura do tradutor/leitor e sua função comunicativa**. Recanto das Letras, [S./l], 2011. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/teorialiteraria/3383451>. Acesso em: 28 mai. 2024.

MARTÍN, Jacinto *et al.* **Los lenguajes especiales**. Granada: Editorial Comares, 1996.

MARTINS, Inês. **Educação e peacebuilding: uma abordagem a partir da perspectiva pós-colonialista**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais – Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento) – Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, Coimbra, janeiro 2020. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/94738/1/INES_MARTINS.pdf. Acesso em: 29 jun. 2024.

MEDEIROS, Gabriela Gurgel; DANTAS, Vitor Emmanuel Viana Antunes; RAFFAELE, Mário Savéri Liotti Duarte. Mediação e diplomacia: uma abordagem acerca do papel da Organização das Nações Unidas na guerra civil síria. **In Verbis**, Natal, v. 49, n. 1, p. 173-197, jan./jun. 2021. Disponível em: <<http://www.inverbis.com.br/index.php/home/article/view/118/34>>. Acesso em: 13 abr. 2024.

MENEZES, Vanda Maria Cardozo de; LOPES, Monclar Guimarães. Aula 14 - Aspectos linguísticos da evolução do latim ao português: sintaxe diacrônica (Parte 3). In: **MENEZES, Vanda Maria Cardozo de; LOPES, Monclar Guimarães; COSTA, Wagner Alexandre dos Santos**. *Português VII*. Volume 2. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2018. p. 105. Disponível em: <https://canal.cecierj.edu.br/022019/0e25d404871a1ba98d814d32f7fdec3c.pdf#page=51>. Acesso em: 12 jun.2024.

MICHAELIS. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/8QWB/continuum/#:~:text=3%20Mat%20Uma%20sequ%C3%AAncia%20ordenada%20ininterrupta%3B%20conjunto%20cont%C3%ADnuo>. Acesso em: 29 mai. 2024.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Exército Brasileiro. **Diretriz aos Oficiais de Ligação de Doutrina (EB70-D-10.010)**. 3. ed. 2022. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/10279/1/Diretriz_OLig.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2024.

_____. **Histórico da participação brasileira em missões da ONU**. 29 abr. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/copy_of_missoes-de-paz/historico-da-participacao-brasileira-em-missoes-da-onu. Acesso em: 11 mar. 2024.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Brazil's 7 priorities in the Security Council - 2022-2023**. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/en/Brazil-UNSC/the-2022-2023-mandate/braziils-7-priorities-in-the-security-council-2022-2023>>. Acesso em: 20 abr. 2024.

_____. **Participação do Brasil na MINUSTAH**. 2022. Disponível em: < <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-porto-principe/porto-principe-arquivos/portugues/relacoes-brasil-haiti/participacao-do-brasil-na-minustah>>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Glossário de termos jurídicos**. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/es/sala-de-imprensa/glossario-de-termos-juridicos>. Acesso em: 18 abr. 2024.

MOREIRA, Silvio Teixeira. **Latinório**. Aula nº 97. 2008. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/coluna/latinorio/63693/aula-n--97>>. Acesso em: 29 mai. 2024.

MOSSOP, Brian. **Translating institutions: a missing factor in translation theory**. In: Woodsworth, Judith and Sherry Simon, eds. *La traduction et son public [Translation and its audience]*. Quebec: 1988. p. 65-71. Disponível em: <https://www.erudit.org/en/journals/ttr/1988-v1-n2-ttr1469/037019ar.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2024.

MURRAY, Suellen. **Five: Reparation and redress**. In: MURRAY, Suellen. In: **Supporting Adult Care-Leavers**. Bristol, UK: Policy Press, 2015. Cap. 5. p. 87-110. Disponível em: <<https://bristoluniversitypressdigital.com/monochap/book/9781447313656/ch005.xml>>. Acesso em: 25 abr. 2024.

NEVES, Gilda Motta Santos. **Comissão das Nações Unidas para Consolidação da Paz: perspectiva brasileira**. Brasília: FUNAG, 2009. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca/download/916-Comissao-das-Nacoes-Unidas-para-Consolidacao-da-Paz-Perspectiva-Brasileira.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2024.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Uma amostra do tratamento concedido às classes de palavras na tradição gramatical do português**. *Revista Confluência*, n. 39-40, p. 12-27, 2010. Disponível em: <https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/662>. Acesso em: 24 jul. 2024.

NEVES, Maria Inês Fernandes. **Tradução em contexto diplomático**. 2021. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Tradução, Universidade Católica Portuguesa, Portugal, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/37391>. Acesso em: 07 abr. 2024.

NICK, Stanko. **Use of Language in Diplomacy**. In: Kurbalija, Jovan e Slavik, Hannah (eds.). **Language and Diplomacy**. Malta: DiploProjects, 2001. p. 39-47.

NORD, Christiane. **Functionalism in translation studies**. In: MILLÁN, Carmen; BARTRINA, Francesca (ed.). **The Routledge Handbook of Translation Studies**. London: Routledge, 2013. Cap. 15. p. 201-212.

_____. **Análise textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicação didática, com tradução e adaptação de Meta Elisabeth Zipser et al.** São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016.

_____. **Translating as a Purposeful Activity: Functionalist Approaches Explained**. 2. ed. Manchester: St. Jerome, 2018.

OFFICE OF THE SPECIAL REPRESENTATIVE OF THE SECRETARY-GENERAL ON SEXUAL VIOLENCE CONFLICT. **UN Action against Sexual Violence in Conflict**. 2024. Disponível em: <https://www.un.org/sexualviolenceinconflict/about-us/un-action/>. Acesso em: 28 abr. 2024.

_____. **About the Office**. Disponível em: <https://www.un.org/sexualviolenceinconflict/about-us/about-the-office/>. Acesso em: 12 marc. 2024.

OLIVEIRA, Claudio Luiz. **IMPORTÂNCIA DA TRADUÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO TRADUTOR**; *Communitas*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 351–356, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/1109>. Acesso em: 15 mar. 2024.

OLIVEIRA, Guilherme Bianchini de. **Expressões em Latim mais utilizadas pelos operadores do Direito**. 2017. Publicado por Guilherme Bianchini de Oliveira. Disponível em:

<<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/expressoes-em-latim-mais-utilizadas-pelos-operadores-do-direito/444134158>>. Acesso em: 12 abr. 2024.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Conselho de Segurança reforça luta contra violência sexual em situações de conflito**. 17 dez. 2010. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/56132-conselho-de-seguran%C3%A7a-refor%C3%A7a-luta-contra-viol%C3%Aancia-sexual-em-situa%C3%A7%C3%B5es-de-conflito>. Acesso em: 02 jun. 2024.

_____. **Carta das Nações Unidas**. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2022-05/Carta-ONU.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2024.

ONU Mulheres. Resoluções do Conselho de Segurança sobre mulheres, paz e segurança. 2023. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2023/04/poster-mulheres-paz-seguranca_online.pdf. Acesso em: 04 jun. 2024.

ONU NEWS. **UN issues new guidelines to help mediators address sexual violence in conflict**. 2012. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2012/03/405972>. Acesso em: 01 mai. 2024.

_____. **ONU pede urgência para erradicar violência sexual em conflito**. 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/06/1754242>. Acesso em: 15 mar. 2024.

_____. **Mulheres e meninas são 94% das vítimas de violência sexual em conflitos**. 2023. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/07/1817547>. Acesso em: 11 mai. 2024.

_____. **ONU verificou mais de 3,6 mil casos de violência sexual durante guerras em 2023**. 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/04/1830716>>. Acesso em: 15 mar. 2024.

PEIXOTO, Aline. Desarmamento, desmobilização e reintegração dos ex-combatentes no âmbito das Nações Unidas. **Universitas: Relações Internacionais**, v. 4, n. 1, 2006. DOI: 10.5102/uri.v4i1.275. Disponível em: <https://publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/viewFile/275/237>. Acesso em: 08 jun. 2024.

PIUCCO, Narceli. Sobre a (in) visibilidade do tradutor na tradução: algumas referências teóricas e opiniões de tradutores literários. Paraná: **Revista Trama**, v. 4, n. 7, p. 177-187, 2008. Semestral. Disponível em: https://r.search.yahoo.com/_ylt=Awrilh_j6nFmOWULrxLz6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1718770531/RO=10/RU=https%3a%2f%2fe-revista.unioeste.br%2findex.php%2ftrama%2farticle%2fdownload%2f2370%2f1790/RK=2/RS=y.46ObCwNNUHtUKD17VepfsBQaw->. Acesso em: 24 abr. 2024.

PUCHALA, Karolina. **Text Typology and its significance in translation**. Wydawn. Uniw. Rzeszowskiego, Rzeszów, v. 8, p. 357-365. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/18326103.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2024.

RAMOS, Maria Inês Amaral. **Tradução e (in)visibilidade do tradutor: será traduzir um ato político?** Trabalho de projeto (Mestrado em Tradução, Português e duas línguas estrangeiras: Francês e Alemão) – Universidade de Coimbra, Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas, Coimbra, 2023. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/retrieve/267023/MariaRamos_versaofinal.pdf. Acesso em: 15 mai. 2024.

REISS, Katharina. **Translation Criticism: Potentials and Limitations: Categories and Criteria for Translation Quality Assessment**. 1.ed. [S.I.]: Routledge, 2000.

RELIEFWEB. **Guidance for Mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements**. UN DPA, 31 jan. 2012. Manual e Diretrizes. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/guidance-mediators-addressing-conflict-related-sexual-violence-ceasefire-and-peace>. Acesso em: 04 mai. 2024.

ROSA, Adriana Letícia Torres da. **A sequência injuntiva passo a passo**. 2003. 144 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2003. Disponível em: < https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7899/1/arquivo8096_1.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2024.

ROSCOE-BESSA, Cristiane. The future of translation studies. **Tradterm**, n. 11, p. 313-321, 2005. DOI: 10.11606/issn.2317-9511.tradterm.2005.49692.

SANTOS, Aline de Souza Correia. **A violência sexual em zonas de conflito**: um estudo sobre o japão imperial do século xx. 2022. 65 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/245624/001146310.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 jun. 2024.

SECURITY COUNCIL REPORT. Is Christmas really over? Improving the mandating of peace operations. **Security Council Report**. 2019. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/research-reports/is-christmas-really-over-improving-the-mandating-of-peace-operations.php>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SEGATO, Rita Laura. **La masculinidad es un título, la feminidad no**. Quito: Presenza, International Press Agency, 2018. Disponível em: <<https://www.presenza.com/es/2018/09/lamasculinidad-es-un-titulo-la-feminidad-no-rita-segato/>>. Acesso em: 13 maio 2024.

_____. **Las estructuras elementales de la violencia**: ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003. Disponível em: < <https://repositorio.ciem.ucr.ac.cr/jspui/handle/123456789/156>>. Acesso em: 13 maio 2024.

SEKINO, Kyoko. **Tradutor - bilíngüe, terminólogo e mediador: aquisição de conhecimento da área de especialidade**. 2007. 174 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SILVA, Josias Marcos de Resende. **Proteção de civis nas operações de paz robustas das Nações Unidas: a contribuição das unidades de operações especiais**. Rio de Janeiro, 2023. Tese apresentada à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Militares, com ênfase em Defesa. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/11735/1/MO%206653%20-%20JOSIAS%20MARCO%20DE%20RESENDE%20SILVA.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2024.

SILVA, Julia Cristina Valverde da. **Interpretando direitos**: tradução de um manual de autoestudo sobre interpretação em situações de refúgio. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Tradução Inglês) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/29292/1/2021_JuliaCristinaValverdeDaSilva_tcc.pdf. Acesso em: 01 abr. 2024.

SIQUEIRA, Sávio. **Inglês como língua internacional: por uma pedagogia intercultural crítica**. *Estudos Linguísticos e Literários*, n. 52, ago.-dez. 2015, p. 231-256. Salvador. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/viewFile/15557/10678>. Acesso em: 05 sbr. 2024.

SUPER INTERESSANTE. **Qual é a hierarquia das Forças Armadas?** As forças armadas são divididas em exército, marinha e aeronáutica. Saiba como funcionam as patentes em cada uma delas. As Forças Armadas são divididas em Exército, Marinha e Aeronáutica. Saiba como funcionam as patentes em cada uma delas. 2011. Elaborada por Marina Motomura. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/qual-e-a-hierarquia-das-forcas-armadas/>>. Acesso em: 10 mar. 2024

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Das relações possíveis entre tipos na composição de gêneros**. In: 4o Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais (IV SIGET), 2007, Tubarão - SC. Anais [do] 4o Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais (4o SIGET). Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, 2007. v. 1. p. 1297-1306. Disponível em: <

<http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/cd/Port/75.pdf>> Acesso em: 16 abr. 2024.

THE FREE DICTIONARY. Disponível em: <<https://www.thefreedictionary.com/indecent+assault>>. Acesso em 10 mar. 2024.

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável – MONDIACULT – 2022**. 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000382887_por>. Acesso em: 18 mar. 2024.

UNITED NATIONS. **Guidance Note of the Secretary-General: United Nations Approach to Transitional Justice**. 2010. Disponível em: https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/TJ_Guidance_Note_March_2010FINAL.pdf. Acesso em: 20 mai. 2024.

UNITED NATIONS DEPARTMENT FOR GENERAL ASSEMBLY AND CONFERENCE MANAGEMENT. **United Nations Editorial Manual**. Nova Iorque, 2004. Disponível em: <<https://www.un.org/dgacm/en/content/editorial-manual>>. Acesso em: 07 mai. 2024.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME CAREERS. **Liaison Specialist (Humanitarian) - Development Project Funded Post**. Disponível em: <https://jobs.undp.org/cj_view_job.cfm?cur_job_id=15412>. Acesso em: 12 abr. 2024.

UNITED NATIONS PEACEMAKER. **Diretrizes das Nações Unidas para uma mediação eficaz**. New York, 2012. Disponível em: <<https://peacemaker.un.org/sites/default/files/document/files/2022/09/guidanceeffectivemediationundpa2012ptjun2015correction0.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

UNITED NATIONS WOMEN. **Women's Participation in Peace Negotiations: Connections between Presence and Influence**. New York, 2012. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/Library/Publications/2012/10/WPSsourcebook-03A-WomenPeaceNegotiations-en.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2024.

UNITED STATES DEPARTMENT OF WAR. **Military Dictionary: (advance Installment) Part. I. English-Portuguese. Part II. Portuguese-English**. Washington: Government Publishing Office, 2017, p. 99.

UNRIC - Centro Regional de Informação das Nações Unidas. **Qual é a história do emblema da ONU?** Disponível em: <<https://unric.org/pt/qual-e-a-historia-do-emblema-da-onu/>>. Acesso em: 16 mar. 2024.

VERMEER, Hans Josef (ed.). IS TRANSLATION A LINGUISTIC OR A CULTURAL PROCESS? In: COULTHARD, Malcolm. **Ilha do Desterro: studies in translation**. 28. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992. p. 37-49. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/issue/view/630>. Acesso em: 18 abr. 2024.

VÍLCHEZ, Fidel Pascua. **O glossário bilingue português-espanhol/espanhol-português de termos acadêmicos**. In: FERREIRA, Anise de Abreu Gonçalves D'Orange et al. (Orgs.). **Variedades do léxico**. Araraquara: Letraria, 2015. p. 81-90. Disponível em: <https://www.letraria.net/wp-content/uploads/2016/01/VARIEDADES-DO-L%C3%89XICO-LETRARIA.pdf#page=71>. Acesso em: 26 ago. 2024.

WOICIECHOWSKI, Andrieli. **Interface tradução-jornalismo e as influências culturais na tradução de títulos jornalísticos**. 2021. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Português e Espanhol) – Universidade Federal da Fronteira Sul, 2021. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/5487/1/WOICIECHOWSKI.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2024.

WOOD, Elisabeth Jean. Sexual violence during war: toward an understanding of variation. 2010.p.124-137. In: SJOBERG, Laura; VIA, Sandra (Org.) **Gender, war, and militarism: feminist perspectives**. Santa Barbara: Praeger.

WRITING EXPLAINED. **What Does To Catch On To Something Mean?** Disponível em: <<https://writingexplained.org/idiom-dictionary/catch-on-to-something>>. Acesso em: 01 jun. 2024.

WORD REFERENCE. Disponível em: <<https://www.wordreference.com/>>. Acesso em: 21 jun. 2024.

ZIPSER, Meta Elisabeth; POLCHLOPEK, Silvana Ayub. **Introdução aos estudos de tradução**. Unidade C. Florianópolis: LLE/CCE/UFSC, 2008. p. 57-68. Disponível em < <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/117279/Livro%20de%20Introducao%20Estudos%20da%20Traducao%202008.pdf?sequence=1>>. Acesso em 17 mai. 2024.

VAN ZYL, Paul. **Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito**. Traduzido pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. In: BRYDEN, Alan; HÄNGGI, Heiner (Orgs.). Security governance in post-conflict peacebuilding. Genebra: DCAF, 2005. Tradução publicada em: Revista Anistia Política e Justiça de Transição, v. 1, n. 01, p. 47-71, 2005. Lit-Verlag. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r30625.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Villaça. **Gramática da língua portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso**. Porto: Almedina, 2001.

ANEXO A – GLOSSÁRIO

Este anexo contém um glossário construído a partir de termos coletados do manual traduzido das áreas de direito internacional, direitos humanos, mediação de conflitos e gestão da paz. As entradas terminológicas presentes neste glossário foram elaboradas, com adaptações, com base nas fichas terminológicas dos pesquisadores Fidel Pascua Vílchez (2015, p. 86) e Fernanda de Deus Garcia (2014, p. 68).

Com base em Vílchez (2015, p. 86) e Garcia (2014, p. 68), as entradas do glossário construído com base em *GM-SVPA*, incluem os seguintes componentes: a área temática, o termo na língua de entrada, no caso a língua inglesa, a definição do termo, a fonte da definição, o contexto do termo na língua de chegada, o termo na língua de chegada, no caso a língua portuguesa, a definição do termo na língua de chegada, a fonte da definição do termo na língua de chegada, o contexto do termo na língua de chegada e a fonte.

<p>Áreas temáticas: Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário</p>
<p>Termo em inglês: conflict-related sexual violence</p>
<p>Definição: “It refers to rape, sexual slavery, forced prostitution, forced pregnancy, forced abortion, enforced sterilization, forced marriage and any other form of sexual violence of comparable gravity perpetrated against women, men, girls or boys that is directly or indirectly linked to a conflict.”</p> <p>Fonte: https://peacekeeping.un.org/en/conflict-related-sexual-violence</p>
<p>Contexto: “In today’s violent conflicts, civilians are increasingly caught on the front line. One of the most devastating forms of extreme hostility waged against civilians is conflict-related sexual violence. While women and girls are often primary targets, conflict-related sexual violence is also strategically perpetrated against men and boys.”</p>

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: Violência Sexual Relacionada ao Conflito

Definição: “A ONU considera que a ‘violência sexual relacionada ao conflito’ engloba práticas como estupro, escravidão sexual ou indução à prostituição, gravidez e aborto forçados, esterilização, casamento e qualquer outra forma de violência sexual similar. Tráfico humano para fins de violência ou exploração sexual nessas situações.”

Fonte: <https://news.un.org/pt/story/2021/06/1754242>

Contexto: “O relatório mais recente do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre violência sexual relacionada a conflitos constatou que mais de 70% dos atores estatais e não estatais citados no relatório são agressores criminosos reincidentes, tendo cometido crimes por cinco anos ou mais. Cada novo conflito, inclusive agora na Ucrânia e no Sudão, traz novos relatos desse ciclo vicioso que começa mais uma vez.”

Fonte: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/declaracao-da-diretora-executiva-do-unfpa-dia-internacional-violencia-conflito>

Áreas temáticas: Segurança e Gestão de Conflitos Pós-Conflito

Termo em inglês: Disarmament, Demobilization and Reintegration (DDR)

Definição: “It is a process through which members of armed forces and groups are supported to lay down their weapons and return to civilian life”

<p>Fonte: https://unitar.org/sustainable-development-goals/peace/our-portfolio/disarmament-demobilization-and-reintegration#:~:text=Disarmament%2C%20Demobilization%20and%20Reintegration%20(DDR,and%20return%20to%20civilian%20life.</p>
<p>Contexto: [...] “The Council also considers sexual violence conflict- related when it is ‘committed against civilians’, committed ‘in and around UN managed refugee and internally displaced persons camps’, or committed during “disarmament, demobilization and reintegration processes”.</p> <p>Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. <i>Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements</i>. Nova Iorque, 2012.</p>
<p>Termo em português: Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR)</p>
<p>Definição: “Desarmamento, Desmobilização e Reintegração são procedimentos políticos, militares, securitários, humanitários e socioeconômicos que buscam promover a estabilidade efetiva em um cenário pós-conflito. Segundo as Normas Integradas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração- IDDRS (IDDRS, 2006) da Organização das Nações Unidas (ONU), principal órgão internacional na implementação de iniciativas em DDR, tais programas objetivam solucionar os problemas de segurança quando ex-combatentes se vêm sem meios de subsistência durante o período de transição do conflito para a paz e para o desenvolvimento. Esses programas criam um ambiente no qual os ex-combatentes possam entregar suas armas e serem reintegrados social e economicamente na sociedade, tornando-se participantes ativos do processo de construção de paz.”</p> <p>Fonte: Rusafa, Thamires Barbosa. <i>Desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR): o papel de ex-combatentes na construção da paz e desenvolvimento pós-conflito</i>. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Osasco, 2023. Disponível em:</p>

<https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/bd9c0504-b4b8-429e-9712-16db18edefc1/content>

Contexto: “Os processos de “Desarmamento, Desmobilização e Reintegração” (DDR) são partes fundamentais da negociação e implementação de acordos de paz. Expressam muitos dos desafios que perpassam a reconstrução de comunidades políticas, incluindo, entre outros elementos, o fim do conflito armado, a reforma das regras de organização da violência no chamados “pós conflito” e o controle democrático das Forças Armadas”. [...]

Fonte: <https://www.iri.puc-rio.br/evento/processos-de-paz-e-desarmamento-desmobilizacao-e-reintegracao-ddr-qual-o-papel-da-mediacao/>

Áreas temáticas: Direito Internacional e Direitos Humanos

Termo em inglês: Transitional justice

Definição: “Transitional justice covers the full range of processes and mechanisms associated with a society’s attempt to come to terms with a legacy of large-scale past conflict, repression, violations and abuses, in order to ensure accountability, serve justice and achieve reconciliation”.

Fonte: <https://www.ohchr.org/en/transitional-justice>

Contexto: “Amnesties for crimes under international law are prohibited, and arrangements for transitional justice are included, particularly prosecution, reparations and truth-seeking bodies”.

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: Justiça de Transição

Definição: “É o modelo que visa a reconciliação com medidas políticas e judiciais para reparação de direitos humanos e impedir novos abusos”.

Fonte: <https://news.un.org/pt/story/2020/02/1704081>

Contexto: “Embora a terminologia seja relativamente recente, as origens da justiça de transição remontam aos julgamentos dos nazistas no Tribunal de Nuremberg e os processos de desnazificação realizados na Alemanha e países ocupados pelas forças do Eixo após a 2ª Guerra. [...]”

Fonte: <https://www.conjur.com.br/2024-mar-31/os-60-anos-do-golpe-de-estado-1964-e-a-justica-de-transicao/>

Áreas temáticas: Relações Internacionais e Gestão de Conflitos

Termo em inglês: buffer zones

Definição: “It is demilitarized zones established following an armistice, which are generally known as "buffer zones". The main objective of such zones is to prevent the adverse armed forces from being in contact, and they are often placed under the authority of an armistice commission, or in some cases, of a peacekeeping force of the United Nations”.

Fonte: <https://ihl-databases.icrc.org/en/ihl-treaties/api-1977/article-60/commentary/1987>

Contexto: “Sexual violence, when used as a method or tactic of warfare, should be treated as such in relevant provisions of ceasefire and peace agreements, including those which define disengagement and set the rules and responsibilities for demilitarized zones, buffer zones and DDRrelated assembly areas/points”.

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: zonas tampão

Definição: “O conceito de zona tampão pode ser aplicado a áreas estratégicas onde o estado central proíbe o acesso à área de fronteira. A criação de parques nacionais, áreas protegidas ou reservas é uma política pública importante para a organização da zona tampão – barreiras físicas significativas ou áreas florestais também podem ser zonas tampão ‘naturais’”.

Fonte: Pinto, H.S. *A Queda do Poder de Compra do Real no Contexto Latino-americano: possíveis consequências para a segurança alimentar em zonas de fronteira*. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisa/CONLEG/Senado, Outubro 2021 (Texto para Discussão nº302). Disponível em: <www.senado.leg.br/estudos>.

Contexto: “[...] A zona tampão da Linha Verde, patrulhada pela ONU, com forte presença militar em ambos os lados, separa a República do Chipre da República Turca do Chipre do Norte (RTCN), reconhecida apenas por Ancara”.

Fonte: <https://oglobo.globo.com/boa-viagem/noticia/2023/08/03/saiba-como-uma-zona-de-conflito-virou-a-mais-nova-e-polemica-atracao-turistica-do-chipre-no-mediterraneo.ghtml>

<p>Área temática: Política militar</p>
<p>Termo em inglês: Disarmament</p>
<p>Definição: “Disarmament, in international relations, any of four distinct conceptions: (1) the penal destruction or reduction of the armament of a country defeated in war; (2) bilateral disarmament agreements applying to specific geographic areas; (3) the complete abolition of all armaments, as advocated by utopian thinkers and occasionally by governments; and (4) the reduction and limitation of national armament by general international agreement through such international forums as the League of Nations, in the past, and the United Nations, in the present”.</p> <p>Fonte: https://www.britannica.com/topic/disarmament</p>
<p>Contexto: “Discussions on collection, documentation, control and disposal of small arms and light and heavy weapons of combatants and of the Security Arrangements 35 civilian population can contribute to preventing conflict- related sexual violence. For instance, it is estimated that 90 per cent of the cases of conflict- related sexual violence in Eastern Democratic Republic of Congo have been perpetrated by men with guns, outside the purview of existing ceasefire and peace agreements. The engagement of women’s groups and networks can help with eventual disarmament processes”.</p> <p>Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. <i>Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements</i>. Nova Iorque, 2012.</p>
<p>Termo em português: Desarmamento</p>
<p>Definição: “Deposição ou entrega de armas; Licenciamento de tropas e Redução considerável de efetivo do exército”.</p>

Fonte: https://dicionario.priberam.org/desarmamento#google_vignette

Contexto: “No mundo altamente digitalizado e conectado em que vivemos hoje, as discussões multilaterais sobre segurança internacional já não se limitam ao ambiente físico, passando a incorporar, também, o ciberespaço. Atualmente, temas relativos à segurança cibernética no contexto da segurança internacional figuram entre os principais assuntos debatidos nas discussões sobre desarmamento no âmbito das Nações Unidas”.

Fonte: <https://www.gov.br/mre/pt-br/delbrasonu/paz-e-seguranca-internacional/desarmamento-e-nao-proliferao>

Áreas temáticas: Direitos Humanos, Justiça Transicional, e Resolução de Conflitos.

Termo em inglês: Truth and reconciliation commissions

Definição: “Truth and reconciliation commissions are official, nonpermanent, nonjudicial, and investigative bodies that can be used to address conflict-related crimes and their impact on society. Their primary purpose is to allow a society emerging from conflict as a whole to understand what happened during the conflict as well as why it happened and to pursue communal resolution”.

Fonte: <https://www.usip.org/guiding-principles-stabilization-and-reconstruction-the-web-version/rule-law/accountability-the-law>

Contexto: “Transitional justice mechanisms can include truth and reconciliation commissions, hybrid tribunals, local customs and rituals”.

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: Comissões de Verdade e Reconciliação

Definição: “Também conhecidas como Comissões da Verdade, são criadas pelo Estado para investigar violações de Direitos Humanos ocorridas em um determinado período da história de um país. Normalmente ocorrem durante um período de transição política, como por exemplo após um regime autoritário”.

Fonte: <https://www.politize.com.br/comissao-nacional-da-verdade/>

Contexto: “A Comissão da Verdade e Reconciliação do Peru é considerada uma das mais representativas do gênero na região. Criada em 2001, encaminhou diversos casos ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos e suas investigações fundamentaram processos como o que permitiu que o ex-presidente Alberto Fujimori acabasse preso por crimes cometidos durante seus mandatos”.

Fonte: <https://brasil.un.org/pt-br/57067-comiss%C3%A3o-da-verdade-re%C3%BAne-pa%C3%ADses-da-am%C3%A9rica-latina-e-caribe-para-troca-de-experi%C3%A2ncia>

Área temática: Direitos Humanos

Termo em inglês: summary executions

Definição: “Summary execution or extrajudicial killing is a tactic used to terrorize a population and enforce compliance. In nearly all jurisdictions, summary execution is illegal as an arbitrary deprivation of the right to life”.

Fonte: <https://cja.org/human-rights-issues/summary-execution/>

Contexto: “(d.) All acts of violence against or other abuse of the civilian population, e. g., summary executions, torture, harassment, arbitrary detention and persecution of civilians on the basis of ethnic origin, religion, or political affiliations, incitement of ethnic hatred, aiming civilians, use of child soldiers, sexual violence, training of terrorists, genocide and bombing of the civilian population”.

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: execuções sumárias

Definição: “Execuções sumárias, arbitrárias ou extrajudiciais é o termo para se referir a perda da vida com ação e envolvimento de agentes estatais, a partir de uma série de características como a relação vítima e autor, exclusão de legítima defesa ou do cumprimento do dever legal. São esses diferentes elementos que tornam um homicídio com características de execução sumária um crime de direitos humanos, bem como explicam as dificuldades de investigação e responsabilização”.

Fonte: <https://www.blogdaletramento.com.br/2019/05/o-que-e-execucao-sumaria.html?m=0>

Contexto: “A ONU denunciou nesta sexta-feira “execuções sumárias” e ‘extrajudiciais’ no Iraque, enquanto jihadistas se movem a partir de três pontos em direção à capital, Bagdá, depois de fortalecer seu poder em territórios conquistados no Norte do país. [...]”

Fonte: <https://oglobo.globo.com/mundo/onu-denuncia-execucoes-sumarias-no-iraque-12839572>

Área temática: Direito Criminal

Termo em inglês: prosecution

Definição: “the act or process of holding a trial against a person who is accused of a crime to see if that person is guilty;”

Fonte: <https://www.britannica.com/dictionary/prosecution#:~:text=%CB%8Cpr%C9%91%CB%90s%C9%AA%CB%88kju%CB%90%CA%83%C9%99n%2F-,noun,if%20that%20person%20is%20guilty>

Contexto: “[...] Prosecutions through these mechanisms often focus on the senior-most perpetrators, while “de facto” amnesty continues to exist for the “rank and file”. This has an impact on perceived impunity and redress for victims [...]”

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: processo criminal

Definição: “conjunto de atos (como ouvir testemunhas, exame de corpo de delito, reconhecimento fotográfico...) que buscam verificar se alguém cometeu ou não um determinado crime”.

Fonte: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/como-funciona-um-processo-criminal/1349064467>

Contexto: “No processo criminal, 16 pessoas foram acusadas de homicídio doloso qualificado e por diferentes crimes ambientais. São 11 nomes ligados à Vale e cinco vinculados à empresa alemã Tüv Süd, que assinou o laudo de estabilidade da barragem que se rompeu”.

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/mpf-recorre-para-manter-processo-criminal-contr-ex-presidente-da-vale>

Área temática: Militar

Termo em inglês: disengagement

Definição: “Disengagement is a process by which people gradually stop being involved in a conflict, activity, or organization”.

Fonte: <https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/disengagement>

Contexto: “Sexual violence, when used as a method or tactic of warfare, should be treated as such in relevant provisions of ceasefire and peace agreements, including those which define disengagement and set the rules and responsibilities for demilitarized zones, buffer zones and DDR-related assembly areas/points”.

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: desengajamento

Definição: “afastamento de compromisso político ou ideológico; abandono da participação em questões políticas, sociais, etc”.

Fonte: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/desengajamento#:~:text=1.&text=2.,quest%C3%B5es%20pol%C3%ADticas%2C%20sociais%2C%20etc>.

Contexto: “[...] Ao contrário das Forças Armadas, o desengajamento político-partidário desses militares sequer foi alvo de proposta governamental. Além disso, foi aprovada uma reforma do regulamento geral das PMs que ampliou a autonomia dessas corporações em relação aos governadores. Mantidas como forças auxiliares e reservas do Exército, as PMs também tiveram suas competências expandidas”.

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/08/governo-lula-3-navega-em-aguas-turbulentas-na-relacao-com-as-forcas-armadas>

Área temática: Direito Penal

Termo em inglês: criminal accountability

Definição: “It can also be known as ‘criminal responsibility’, ‘criminal accountability’ and ‘criminal liability’. Criminal liability is a legal concept that holds individuals responsible for their actions or omissions if they are found to have committed a criminal act. Criminal liability differs from civil liability, which is based on the breach of a contract or tort. To be considered criminally liable, an individual must have acted

with intention or negligence and thus there must be both an actus reus and mens rea”.

Fonte: <https://legal.thomsonreuters.com/blog/what-is-criminal-liability/>

Contexto: “Mediators should be aware of the limitations of informal justice mechanisms, and agreements should help to ensure that criminal accountability and other formal justice processes are not circumvented”.

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: responsabilidade penal

Definição: É o “dever jurídico de responder pela ação delituosa que recai sobre o agente imputável”.

Fonte: FRAGOSO, Heleno Cláudio, **Lições de Direito Penal - A Nova Parte Geral**. 7ª ed. Forense: Rio de Janeiro, 1985, p. 203.

Contexto: “O projeto em discussão no Congresso Nacional propõe baixar de 18 para 16 anos a idade mínima para, em casos de crimes violentos, uma pessoa ser julgada pela Justiça Comum. Trata-se de algo diferente da chamada responsabilidade penal que prevê punições (como as medidas socioeducativas) para um menor de idade infrator. ‘Hoje, ocorre uma ‘judicialização’ de temas que envolvem família, política e drogas. Querem tudo resolver com mudanças na lei’, critica a promotora”.

Fonte: <https://mppr.mp.br/Noticia/IDADE-PENAL-ONU-reducao-da-maioridade-penal-pode-agravar-violencia>

Área temática: Direito Internacional

Termo em inglês: hybrid tribunals

Definição: “Hybrid courts are defined as courts of mixed composition and jurisdiction, with both national and international aspects, usually operating within the jurisdiction where the crimes were committed.”

Fonte: *Rule-of-law tools for post-conflicts states: maximizing the legacy of hybrid courts*, Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, 2008)

Contexto: “Transitional justice mechanisms can include truth and reconciliation commissions, hybrid tribunals, local customs and rituals.”

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: tribunais híbridos

Definição: “[...] os tribunais híbridos são aqueles que se aproximam mais do modelo de tribunal puramente internacional. Estes tribunais, como o para Serra Leoa e o para o Líbano, atuam de forma independente do Estado afetado e do órgão internacional que os criou. Sua criação se dá por acordo internacional ou por resolução do Conselho de Segurança e é o fato de serem constituídos também por elementos de origem nacional, seja pessoal seja da norma aplicável, que os distingue de jurisdições puramente internacionais. [...]”

Fonte: WILLIAMS, Sarah. *Hybrid and Internationalised Criminal Tribunals: selected jurisdictional issues*. Oxford; Portland: Hart, 2012.

Contexto: “A negação da adoção dos tribunais híbridos seguramente representará um retrocesso e poderá impactar no próprio avanço alcançado e que vem tornando o Judiciário brasileiro um exemplo mundial de inovação com sua postura receptiva às novas tecnologias, em prol do aprimoramento e democratização do acesso à justiça.”

Fonte: <https://www.conjur.com.br/2022-abr-05/dierle-nunes-necessidade-adocao-tribunais-hibridos/>

Área temática: Segurança Humana

Termo em inglês: community security

Definição: “Community security is a strategy that implements UNDP people-centred approach, through engaging a wide range of state and civil society actors to identify root causes of conflict and violence and develop coordinated responses.”

Fonte: <https://www.undp.org/rolhr/community-security#:~:text=Community%20security%20is%20a%20strategy,viole%20and%20develop%20coordinated%20responses.>

Contexto: “The mediator and his/her team are advised to consider three key areas in addressing sexual violence in security arrangements: (1) command responsibility and accountability of armed forces and groups; (2) community security; and (3) military and law-enforcement capability.”

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: segurança comunitária

Definição: “Uma nova visão de segurança internacional estabelecida pela PNUD é dividida em sete dimensões, uma dessas dimensões é a Segurança Comunitária, que tem como desígnio fazer com que os grupos e os indivíduos estejam livres e protegidos para manifestar as suas identidades culturais, identidades dos grupos, e valores em união, afastando as ameaças e prevenindo os conflitos étnicos”.

Fonte: Nascimento, J. F. C. do. (2018). *AS TRANSFORMAÇÕES DO CONCEITO DE SEGURANÇA EM DETRIMENTO DAS ALTERAÇÕES DO SISTEMA INTERNACIONAL: UMA VISÃO SOBRE A SEGURANÇA COMUNITÁRIA*. NEARI EM REVISTA, 4(5). Disponível em: <https://revistas.faculdedamas.edu.br/index.php/neari/article/view/664>

Contexto: “[...] reconhecer as diversas possibilidades de atuação dos profissionais da área de segurança pública e de possibilitar que os cursos superiores de tecnologia de segurança pública possam ser organizados sobre diferentes ênfases, como por exemplo, segurança e ordem pública, segurança comunitária, defesa civil, polícia técnico-científica e polícia investigativa, ainda deu início a um processo sem precedentes na história da formação policial no Brasil, de interação entre as organizações policiais e inúmeras instituições de ensino superior do país [...]”

Fonte: Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública*. Coordenação: Andréa da Silveira Passos [et al.], Brasília: SENASP, 3ª edição. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br>>.

Área temática: Direito Criminal

Termo em inglês: Amnesty

Definição: “a decision by a government that allows political prisoners to go free”.

Fonte: <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/amnesty>

Contexto: “[...] article 3.18 ensures the exclusion of such international crimes from amnesty [...]”

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: Anistia

Definição: “É o termo que se usa na linguagem jurídica para significar o perdão concedido aos culpados por delitos coletivos, especialmente de caráter político, para que cessem as sanções penais contra eles e se ponha em perpétuo silêncio o acontecimento apontado como criminoso (art. 107, II, Código Penal)”.

Fonte: [https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/476-glossario/8312-anistia#:~:text=%C3%89%20o%20termo%20que%20se,acontecimento%20apontado%20como%20criminoso%20\(art.](https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/476-glossario/8312-anistia#:~:text=%C3%89%20o%20termo%20que%20se,acontecimento%20apontado%20como%20criminoso%20(art.)

Contexto: “Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (vetado)”.

Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm

Área temática: Militar

<p>Termo em inglês: ceasefire</p>
<p>Definição: “an agreement, usually between two armies, to stop fighting in order to allow discussions about peace”.</p> <p>Fonte: https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/ceasefire</p>
<p>Contexto: “[...] Only three ceasefire agreements (Nuba Mountains, Burundi and Lusaka) specifically include sexual violence, for instance, as part of the definition of ceasefire”.</p> <p>Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. <i>Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements</i>. Nova Iorque, 2012.</p>
<p>Termo em português: cessar-fogo</p>
<p>Definição: “Suspensão das hostilidades entre partes beligerantes”.</p> <p>Fonte: https://dicionario.priberam.org/cessar-fogo.</p>
<p>Contexto: “O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Catar, Majed Al-Ansari, disse nesta terça-feira (21) que as negociações sobre cessar-fogo em Gaza e libertação de reféns entre Israel e o Hamas continuam em um impasse”.</p> <p>Fonte: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/catar-diz-que-negociacoes-sobre-tregua-em-gaza-continuam-travadas/</p>
<p>Área temática: Direitos Humanos</p>
<p>Termo em inglês: arbitrary detention</p>

Definição: “Arbitrary or unlawful detention occurs when an individual is arrested and detained by a government without due process and without the legal protections of a fair trial, or when an individual is detained without any legal basis for the deprivation of liberty”.

Fonte: <https://cja.org/human-rights-issues/arbitrary-detention/#:~:text=Arbitrary%20or%20unlawful%20detention%20occurs,for%20the%20deprivation%20of%20liberty.>

Contexto: “Acordo de cessar-fogo do conflito dos Montes Nuba (2000): Artigo II, Princípios de Cessar-fogo: ‘(d.) Todos os atos de violência contra ou outros abusos da população civil, como execuções sumárias, tortura, assédio, detenção arbitrária e perseguição de civis com base na origem étnica, religião ou afiliações políticas, incitação ao ódio étnico, visando civis, uso de crianças-soldado, violência sexual, treinamento de terroristas, genocídio e bombardeio da população civil.”

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: prisão arbitrária

Definição: “Prisão arbitrária refere-se a uma detenção ilegal ou injusta, na qual a pessoa é privada de sua liberdade sem base legal ou sem o devido processo legal. Essa detenção ocorre quando não há motivo razoável ou legal para a prisão, violando os direitos fundamentais do indivíduo”.

Fonte: <https://juristas.com.br/foruns/topic/significado-de-prisao-arbitraria/>

Contexto: “Relatório apresentado no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas nesta terça-feira (8/3) pelo relator especial contra a tortura, Juan Méndez, defendeu a redução da população carcerária brasileira e classificou as audiências de custódia como “uma das mais importantes iniciativas em políticas públicas para combater problemas em prisões arbitrárias e tortura”. O documento é resultado de visita oficial de 12 dias realizada ao país em agosto de 2015 a convite do governo brasileiro”.

Fonte: <https://www.cnj.jus.br/onu-audiencias-de-custodia-sao-importantes-contra-prisao-arbitraria/>

Área temática: Conflitos Armados

Termo em inglês: hostilities

Definição: “acts of fighting in a war”

Fonte:

https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/us/definition/american_english/hostility

Contexto: “[...] Tais medidas podem incluir cessação temporária de hostilidades, cartas de compromisso por parte dos grupos armados e acordos de direitos humanos, que devem conter compromissos para cessar e proibir a violência sexual. [...]”

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: hostilidades

Definição: “Conjunto de operações de guerra ou seus preparativos”.

Fonte: <https://www.aulete.com.br/hostilidade>

Contexto: “Após o sucesso no cruzamento da fronteira do grupo de 32 brasileiros que estava em Gaza, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou que o Governo Federal seguirá se esforçando para buscar junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas uma solução que permita a suspensão de hostilidades e a criação de pausas humanitárias no confronto no Oriente Médio”.

Fonte: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/11/mauro-vieira-brasil-defende-suspensao-de-hostilidades-no-orientes-medio>

Área temática: Deslocamentos internos

Termo em inglês: internally displaced persons (IDPs)

Definição: “Internally displaced people, referred to as IDPs, have been forced to flee their homes by conflict, violence, persecution or disasters, however, they remain within the borders of their own country”.

Fonte: <https://www.unhcr.org/about-unhcr/who-we-protect/internally-displaced-people>

Contexto: “[...] Security actors (such as military and police) need specific mandates to address conflict- related sexual violence, particularly targeting vulnerable communities (internally displaced persons (IDPs), refugees). [...]”

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: deslocados internos

Definição: “São pessoas deslocadas dentro de seu próprio país, pelos mesmos motivos de um refugiado, mas que não atravessaram uma fronteira internacional para buscar proteção”.

Fonte: <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/deslocados-internos/#:~:text=S%C3%A3o%20pessoas%20deslocadas%20dentro%20de,fronteira%20internacional%20para%20buscar%20prote%C3%A7%C3%A3o>.

Contexto: “Nas Américas, o Brasil teve a maior quantidade de deslocados internos, sendo mais de cinco mil deles por conflitos por terra e 708 mil por desastres naturais. A quantidade de afetados por condições ambientais é a maior em uma década”.

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/internacional/audio/2023-05/brasil-teve-maior-numero-de-deslocados-internos-nas-americas-em-2022>

Área temática: Militar

Termo em inglês: cantonments

Definição: “It is a group of buildings or a camp where soldiers live”.

Fonte: <https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/cantonment>

Contexto: “Provisions for the separation of forces should ensure monitoring of buffer zones by military observers and deployment of special police forces around vulnerable communities, cantonments and IDP and refugee camps. [...]”

Fonte: DEPARTMENT OF POLITICAL AND PEACEBUILDING AFFAIRS. *Guidance for mediators: Addressing Conflict-Related Sexual Violence in Ceasefire and Peace Agreements*. Nova Iorque, 2012.

Termo em português: acantonamentos

Definição: “Lugar onde se acantonam tropas”.

Fonte: https://dicionario.priberam.org/acantonamento#google_vignette

Contexto: “[...] No período de 24 dia 28 de abril, os Soldados incorporados no corrente ano realizaram o acampamento do período básico no Campo de Instrução Sargento Ribeiro Pires (CIRP). A Atividade no terreno teve por finalidade desenvolver a resistência e colocar em prática as instruções típicas do combate”.

Fonte: <https://cmo.eb.mil.br/index.php/publicacoes/943-organizacoes-militares-realizam-acampamento-do-periodo-basico>